

Volume I

RELATÓRIO DE GESTÃO '07

Município de Cantanhede





INDICE

.....	INDICE
.....	2
I – Apresentação.....	3
II – Enquadramento macroeconómico	6
III – Introdução.....	8
IV – Execução Orçamental	9
4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	9
4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2007	12
4.1.2 - Execução Orçamental da Receita	17
4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa	27
4.2 - Poupança.....	40
4.3 – Evolução do Endividamento	43
4.4 – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR)	53
V – Situação Económico-Financeira.....	60
5.1 – Análise do Balanço.....	60
5.1.1 – Imobilizado.....	61
5.1.2 – Circulante.....	63
5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos	64
5.1.4 – Fundos Próprios	65
5.1.5 – Passivo	66
5.2 – Análise da Demonstração de Resultados	74
VI – Proposta de Aplicação dos Resultados.....	75
VII – Consolidação de contas	76
VIII – Parecer das Contas e Certificação Legal das Contas	77



I – Apresentação

Ex.mo Senhor Deputado da Assembleia Municipal

O órgão executivo camarário vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de 2007, de acordo com o preceituado na legislação em vigor, nomeadamente o que refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Cumprem-se assim as disposições legais que recomendam este exercício de apresentar, explicar, justificar e divulgar os registos de suporte da gestão municipal, fazendo o devido enquadramento ao modo como foram executadas as acções inerentes às responsabilidades de carácter metodológico, processual, financeiro e político impostas por lei ou previstas nos documentos previsionais da autarquia, designadamente no orçamento e no plano plurianual de investimentos para o ano económico de 2007.

Assim, o Relatório de Gestão relativo a 2007 propõe uma análise à execução orçamental do Município segundo diferentes perspectivas, que são enunciadas nos seguintes termos:

- Exposição de todos os factores financeiros e económicos considerados como relevantes no período sujeito a análise, confrontando esses factores com exercícios de anos anteriores, através de vários quadros indicativos e comparativos;

- Descrição da actividade desenvolvida pelo Município por níveis de execução, quer relativamente à arrecadação de receita, quer no que diz respeito às despesas efectuadas, segundo as diversas formas de apresentação recomendáveis, ou seja, tendo em consideração a sua natureza orgânica, económica e funcional;

- Apresentação da situação económica e financeira do Município.

Com base nesta orientação, apresentam-se a seguir a súmula da execução orçamental do Município de Cantanhede durante o ano de 2007, a qual, segundo o que consta no descritivo dos documentos de prestação de contas, atingiu os seguintes movimentos gerais:

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:

(Valores em Euros)

-Em documentos.....	900,38	
- Em numerário:		
- de dotação orçamental.....	32.928,46	
- de operações de tesouraria...	870.401,91	903.330,37

RECEITA:

- Orçamental.....	23.939.182,83	
- Operações de Tesouraria.....	1.110.449,55	
- Virtual liquidada.....	0,00	
		25.049.632,38

DESPESA:

- Orçamental.....	23.913.403,55	
- Operações de Tesouraria.....	1.219.389,30	
- Virtual cobrada.....	0.00	
- Virtual anulada.....	0.00	
		25.132.792,70

SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:

- Em documentos.....	900,38	
- Em numerário:		
- Orçamental.....	58.707,74	
- Operações de Tesouraria....	761.462,14	
		821.070,28

A receita orçamental cobrada no ano de 2007 ascendeu a **23.972.111,29 Euros**, a partir do somatório das verbas correspondentes a:

- receitas correntes.....	14.050.569,74
- receitas de capital.....	9.921.541,55

Relativamente à despesa orçamental paga, o seu valor atingiu **23.913.403,55 euros**, montante que foi aplicado em:

- despesa corrente.....	11.269.810,71
- despesa de capital.....	12.913.403,55

Face ao exposto, justifica-se uma pequena nota para referir que, no âmbito dos documentos de prestação de contas, o Relatório de Gestão é um instrumento da maior utilidade, porquanto possibilita a análise da metodologia e dos procedimentos adoptados na gestão autárquica. E de facto, aqui se encontram coligidas informações pertinentes e elucidativas sobre o que foi a actividade do Município de Cantanhede durante 2007, informações essas que facilitam a leitura circunstanciada do seu desempenho económico e financeiro, bem como a avaliação dos níveis de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos nesse período, em comparação com a proposta de actuação apresentada nos documentos previsionais no início do ano económico a que diz respeito.

CANTANHEDE, 16 de Abril de 2008

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(João Pais de Moura)

II – Enquadramento macroeconómico

Em 2007, a economia portuguesa manteve o ciclo de recuperação, sustentado pela evolução favorável do investimento empresarial e o crescimento das exportações, factores que tiveram influência decisiva na obtenção da taxa de crescimento de 1.9 por cento.

Este resultado, que ficou aquém das expectativas do Governo, fica a dever muito ao impacto negativo que a conjuntura económica internacional tem vindo a provocar internamente, como aliás se constata da leitura da generalidade das previsões, as quais referem um abrandamento do crescimento económico para 1.3 por cento em 2008. Isto numa perspectiva muito optimista, já que, ao ritmo a que estão a ser feitas actualizações relativamente à economia internacional, é de acreditar que muito dificilmente essa estimativa se irá manter.

O mais provável é que o objectivo de retoma da economia portuguesa seja adiado pelo menos até 2010, conforme prevê o Fundo Monetário Internacional, ao referir que estando os Estados Unidos estagnados desde há dois anos e não crescendo a Europa ao ritmo que chegou a ser prognosticado, haverá inevitáveis consequências para Portugal ao nível do crescimento económico, sobretudo em função da quebra na procura e da contracção do crédito.

Voltando à aceleração económica verificada em Portugal no último ano, ela está relacionada com a produtividade total dos factores, reflectindo uma recuperação em alguns sectores económicos mais tradicionais e uma evolução do tecido produtivo para actividades de maior valor acrescentado, nomeadamente de maior conteúdo tecnológico, através da reafecção do emprego e da taxa de utilização da capacidade produtiva.

Ainda assim, parece não ter sido suficiente para que a taxa de crescimento económico inicialmente prevista pelo Governo se confirmasse. Segundo o Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal, em 2007 houve uma redução de 8.2 por cento do PIB, enquanto a taxa de inflação se situou em 2.4 por cento, por influência da componente energética, que reflectiu a evolução do preço do petróleo. Relativamente ao consumo privado, a taxa de crescimento foi inferior à do PIB, tendo-se mantido similar à registada em 2006. Esta moderação na despesa de consumo das famílias terá estado associada à subida das taxas de juro e consequente aumento dos encargos da dívida, assim como da carga fiscal.

Por outro lado, a Formação Bruta de Capital Fixo subiu, com um importante contributo do sector empresarial, mas o mesmo não aconteceu com as Administrações Públicas e o investimento das famílias, que a este nível terão registado em 2007 um crescimento virtualmente nulo. Neste contexto, merece referência a significativa influência que as exportações de bens e serviços tiveram na recuperação da actividade económica.

Entretanto emergiram os problemas do sistema financeiro, que se debate com dificuldades de financiamento e de capital. Em Agosto surgiu a crise do “subprime”, com várias fases muito sensíveis, desde a questão da liquidez até às perdas nos balanços das instituições financeiras e às perdas significativas nas bolsas. Segundo o Governador do Banco de Portugal, o sistema financeiro está a sofrer um processo de desalavancagem, com as instituições bancárias a procederem a aumentos de capital, situação que terá provocado nos investidores, a nível internacional, uma percepção de risco com efeitos ainda difíceis de quantificar. Em Portugal, estes efeitos dependem sobretudo da rapidez da recuperação da confiança nos mercados internacionais, sendo que as condições financeiras mais restritivas e a deterioração do enquadramento externo levantam sérias dificuldades à economia portuguesa.

Em 2007, há a registar que a gradual recuperação da actividade económica foi acompanhada pela correcção de alguns desequilíbrios, como o ajustamento das contas externas, o processo de consolidação orçamental e a desaceleração do consumo privado, interrompendo a tendência descendente da taxa de poupança das famílias.

Neste contexto, a actividade do Município de Cantanhede não escapou aos efeitos da conjuntura económica nacional e internacional, tendo sido condicionada pelo aumento de preços e encargos, pela manutenção das transferências financeiras da Administração Central e pelo aumento dos encargos decorrentes de novas competências em diversas áreas. Apesar disso, os resultados do exercício de 2007 não podem deixar de ser considerados muito positivos.

Por outro lado, na perspectiva de que o Quadro de Referência Estratégica Nacional arrancaria efectivamente em 2007, o Município de Cantanhede avançou atempadamente com várias acções de forma a ter o maior número possível de projectos preparados para candidatar aos fundos do novo quadro comunitário. É evidente que todo trabalho realizado exigiu um grande esforço do ponto de vista humano e financeiro, uma vez que as contrapartidas económicas da eventual aprovação de candidaturas ainda não se fizeram sentir nos cofres da autarquia.

Entretanto, fica a enorme satisfação dos bons resultados obtidos a vários níveis: reduzimos significativamente as dívidas a fornecedores e empreiteiros, o endividamento líquido ficou muito longe do limite imposto por lei e aumentámos a execução orçamental para um patamar que nunca tinha sido atingido.

Justifica-se ainda uma última nota para sublinhar a relevância de algumas das mais significativas conquistas e realizações do Município em 2007: a nível nacional fomos uma das primeiras autarquias a certificar a totalidade dos serviços, obtivemos o 1º. Prémio de Boas Práticas da Administração Local atribuído pela respectiva Secretaria de Estado, concluímos a carta desportiva, implementámos o SIADAP, assumimos e cumprimos de forma exemplar as competências que nos foram delegadas em matéria de Educação e Acção Social, entre outras, e lançámos projectos estruturantes e fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável do Concelho

Mas nada do que foi conseguido teria sido possível sem o extraordinário empenho e motivação de todos os funcionários, a quem deixamos um voto de reconhecimento pelo excelente trabalho que realizaram em diferentes domínios.

A sua qualidade técnica e competência, aliada a um grande rigor nas decisões políticas foram determinantes para os resultados que orgulhosamente submetemos à apreciação e votação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

III – Introdução

O Relatório de Gestão, como instrumento de apoio à gestão por excelência, não traduz por si só toda a realidade financeira e económica de uma autarquia, pelo que se optou por proceder à inclusão de outros elementos de análise pertinentes nos Documentos de Prestação de Contas do Município. Estes documentos aparecem devidamente identificados nas considerações técnicas do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, surgindo aí elencados no seu ponto dois e discriminados do seguinte modo:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
 - Da receita;
 - Da despesa;
 - Do plano plurianual de investimentos;
 - Mapa de fluxos de caixa;
 - Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
 - Caracterização da entidade;
 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
 - Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução;
- Relatório de gestão.

De todos os documentos acima mencionados, o relatório de gestão, dado o seu carácter aglutinador e de síntese, deve traduzir, sempre de forma simples e elucidativa, vários indicadores fiáveis relativamente a diferentes realidades, nomeadamente as seguintes:

- No âmbito estritamente orçamental, quais os níveis de execução alcançados, numa apresentação separada do lado da receita face ao lado da despesa e respectivos desvios, bem como o desempenho verificado no Plano Plurianual de Investimentos e nas Actividades Mais Relevantes, ou seja, nas Grandes Opções do Plano, documento que integra os dois anteriores;

- A situação económica e financeira da Autarquia;

- A forma como tem evoluído o endividamento municipal, apresentando a sua variação ao longo dos últimos três anos, além da distinção entre os diferentes níveis de endividamento, como sejam os de curto, médio e longo prazo de e a terceiros;

- Apresentação da proposta de aplicação dos resultados devidamente fundamentada;

- Todos os factos que tenham ocorrido depois da finalização do exercício económico sujeito a análise mas que, de alguma forma, foram considerados como relevantes no período em apreço.

Considerando o que acabou de ser referido, o presente relatório de gestão foi desenvolvido tendo em conta as duas ópticas impostas pelo POCAL. Ou seja:



- A orçamental, onde aparece uma análise detalhada dos diversos níveis de execução do orçamento aprovado para o ano de 2007, numa perspectiva de caixa, considerando todas as receitas arrecadadas e despesas efectuadas pelas suas várias fases de arrecadação e realização;

- A patrimonial, onde se apresenta uma análise mais pormenorizada dos principais documentos que a constituem, nomeadamente o balanço, demonstração de resultados e correspondentes anexos. Estes documentos, que sintetizam a realidade económica e financeira de qualquer organização, demonstram também, monetariamente, a constituição do seu património, a formação de resultados e a movimentação dos recursos financeiros consumada em determinado exercício económico.

IV – Execução Orçamental

4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa

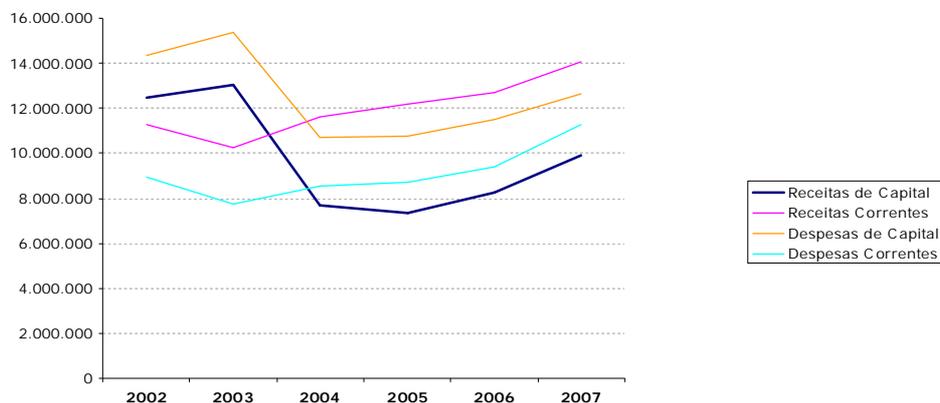
Neste capítulo começa-se por dar a conhecer, de modo abreviado e recorrendo à apresentação de quadros, os diferentes níveis de execução orçamental verificados durante o ano de 2007, demonstrando sob variadíssimas perspectivas os resultados obtidos, os quais surgem devidamente fragmentados segundo diferentes ópticas, distinguindo sempre o lado da despesa do lado da receita.

QUADRO 1

VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Receitas de Capital</i>	12.459.079,13	13.058.979,04	7.659.900,94	7.356.018,00	8.254.088,34	9.921.541,55
<i>Receitas Correntes</i>	11.267.981,11	10.243.575,74	11.621.165,20	12.180.098,12	12.679.658,88	14.050.569,74
<i>Despesas de Capital</i>	14.362.459,43	15.378.427,28	10.697.471,87	10.788.258,89	11.506.743,90	12.643.592,84
<i>Despesas Correntes</i>	8.933.382,85	7.753.336,40	8.563.565,70	8.736.716,68	9.394.074,86	11.269.810,71

Gráfico da Variação das Receitas e Despesas





QUADRO 2

Un: (Euros)

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS CORRENTES E AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS DE CAPITAL			ANO FINANCEIRO DE 2007		
DESIGNAÇÃO	VALOR	%	DESIGNAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES:			DESPESAS CORRENTES:		
01 – Impostos directos	4.686.892,21	19,55	01 – Pessoal	5.409.606,51	22,62
02 – Impostos indirectos	439.740,70	1,83	02 – Aq. de bens e serviços correntes	3.404.656,35	14,24
04 – Taxas, multas e outras penalidades	310.923,30	1,30	03 – Juros e outros encargos	415.199,98	1,74
05 – Rendimentos de propriedade	942.345,98	3,93	04 – Transferências correntes	1.508.456,18	6,31
06 – Transferências correntes	7.018.384,06	29,28	05 – Subsídios	292.511,40	1,22
07 – Venda de bens e serviços correntes	562.392,31	2,35	06 - Outras despesas correntes	239.380,29	1,00
08 - Outras receitas correntes	89.891,18	0,37			
Total das receitas correntes	14.050.569,74	58,61	Total das despesas correntes	11.269.810,71	47,13
RECEITAS DE CAPITAL:			DESPESAS DE CAPITAL		
09 – Venda de bens de investimento	1.392.910,76	5,81	07 – Aq. de bens de capital	8.482.788,01	35,47
10 – Transferências de capital	3.607.382,28	15,05	08 – Transferências de capital	2.110.190,48	8,82
11 – Activos financeiros	0,00	0,00	09 – Activos financeiros	133.164,00	0,56
12 – Passivos financeiros	4.885.835,00	20,38	10 – Passivos financeiros	1.837.440,35	7,68
13 – Outras receitas de capital	0,00	0,00	11 - Outras despesas de capital	80.010,00	0,33
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	2.485,05	0,01			
16 – Saldo da Gerência Anterior	32.928,46	0,14			
17 – Operação Extra-Orçamentais	0,00	0,00			
Total das receitas de capital	9.921.541,55	41,39	Total das despesas de capital	12.643.592,84	52,87
TOTAL GERAL DA RECEITA	23.972.111,29	100,00	TOTAL GERAL DA DESPESA	23.913.403,55	100,00



QUADRO 3

Un: (Euros)

DESVIOS ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E DESPESAS

PREVISTAS E REALIZADAS					
Ano Financeiro 2007					
DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	PREVISÃO		EXECUÇÃO/COBRANÇA (3)	DIFERENÇAS	
	Inicial (1)	Final (2)		Valor (4) = (3) - (2)	Percentagem (5) = (4) / (2)
RECEITAS CORRENTES					
<i>Impostos directos:</i>					
Contribuição Autárquica/IMI	2.907.547,00	2.907.547,00	2.614.926,55	-292.620,45	-10,1%
Imposto sobre veiculos/IUC	427.996,00	427.996,00	426.874,10	-1.121,90	-0,3%
Sisa/IMT	1.444.480,00	1.444.480,00	1.645.091,56	200.611,56	13,9%
<i>Impostos indirectos</i>					
Taxas, multas e outras penalidades	893.216,00	893.216,00	439.740,70	-453.475,30	-50,8%
Rendimentos da propriedade	948.619,00	948.619,00	310.923,30	-637.695,70	-67,2%
<i>Transferências correntes:</i>					
FEF/FSM/PARTICIPAÇÃO FIXA IRS	1.030.138,00	1.030.138,00	942.345,98	-87.792,02	-8,5%
Outras	5.695.816,00	5.695.816,00	5.695.816,00	0,00	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1.650.213,00	2.044.265,00	1.322.568,06	-721.696,94	-35,3%
Outras receitas correntes	812.619,00	812.619,00	562.392,31	-250.226,69	-30,8%
Outras receitas correntes	4.797,00	4.797,00	89.891,18	85.094,18	1773,9%
TOTAL	15.815.441,00	16.209.493,00	14.050.569,74	-2.158.923,26	-13,3%
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	5.439.270,00	5.564.966,00	5.409.606,51	-155.359,49	-2,8%
Aquisição de bens e serviços	3.691.356,00	4.129.252,00	3.404.656,35	-724.595,65	-17,5%
Juros e outros encargos	475.498,00	592.167,00	415.199,98	-176.967,02	-29,9%
<i>Transferências correntes:</i>					
Para Sociedades não financeiras	54.869,00	57.369,00	57.367,77	-1,23	0,0%
Para a administração central	92.876,00	75.044,00	74.894,01	-149,99	-0,2%
Para a administração local	202.144,00	160.903,00	156.631,18	-4.271,82	-2,7%
Para Instituições sem fins Lucrativos	1.423.935,00	1.191.516,00	1.173.240,84	-18.275,16	-1,5%
Outras	58.082,00	55.645,00	46.322,38	-9.322,62	-16,8%
Subsídios	280.441,00	311.389,00	292.511,40	-18.877,60	-6,1%
Outras despesas correntes	266.399,00	241.251,00	239.380,29	-1.870,71	-0,8%
TOTAL	11.984.870,00	12.379.502,00	11.269.810,71	-1.109.691,29	-9,0%
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de bens de investimento	9.197.825,00	9.197.825,00	1.392.910,76	-7.804.914,24	-84,9%
<i>Transferências de capital:</i>					
FEF	3.050.040,00	3.050.040,00	3.050.040,00	0,00	0,0%
Outras	4.681.085,00	4.681.085,00	557.342,28	-4.123.742,72	-88,1%
<i>Activos Financeiros:</i>					
Outros	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,0%
<i>Passivos financeiros:</i>					
Empréstimos curto prazo	0,00	874.585,00	874.585,00	0,00	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazo	1.183.680,00	5.183.680,00	4.011.250,00	-1.172.430,00	-22,6%
<i>Outras receitas de capital</i>					
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.667,00	1.667,00	0,00	-1.667,00	-100,0%
Saldo da gerência anterior	3.892,00	3.892,00	2.485,05	-1.406,95	-36,1%
Saldo da gerência anterior	0,00	32.928,46	32.928,46	0,00	0,0%
Total	18.118.194,00	23.025.707,46	9.921.541,55	-13.104.165,91	-56,9%
DESPESAS DE CAPITAL					
<i>Investimentos:</i>					
Terrenos	667.125,00	983.441,00	395.200,83	-588.240,17	-59,8%
Habitacões	50,00	50,00	0,00	-50,00	-100,0%
Edifícios	4.125.298,00	5.185.421,00	2.080.826,77	-3.104.594,23	-59,9%
Construções diversas	12.124.669,00	13.864.921,00	5.003.604,08	-8.861.316,92	-63,9%
Material de transporte	5.009,00	5.009,00	1.147,88	-3.861,12	-77,1%
Equipamento de Informática	86.947,00	113.580,00	61.931,44	-51.648,56	-45,5%
Software Informático	146.667,00	126.667,00	99.664,02	-27.002,98	-21,3%
Equipamento administrativo	63.521,00	111.902,00	77.967,27	-33.934,73	-30,3%
Equipamento Básico	285.500,00	380.290,00	186.513,12	-193.776,88	-51,0%
Ferramentas e utensilios	5.350,00	6.825,00	4.623,22	-2.201,78	-32,3%
Artigos e objectos de valor	10.000,00	18.300,00	6.700,00	-11.600,00	-63,4%
Outros investimentos	271.764,00	255.952,00	7.992,35	-247.959,65	-96,9%
<i>Locação Financeira</i>					
<i>Transferências de capital:</i>					
Para sociedades não financeiras	254.013,00	634.770,00	556.617,03	-78.152,97	-12,3%
Para a administração central	435.001,00	535.097,00	535.095,20	-1,80	0,0%
Para a administração local	1.000,00	2.650,00	750,00	-1.900,00	-71,7%
Para a administração local	967.327,00	981.052,00	552.738,76	-428.313,24	-43,7%
Para Instituições sem fins Lucrativos	1.095.086,00	1.342.403,46	1.021.606,52	-320.796,94	-23,9%
Outras	35.100,00	101,00	0,00	-101,00	-100,0%
<i>Activos Financeiros:</i>					
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Outros	133.265,00	133.265,00	133.164,00	-101,00	-0,1%
<i>Passivos financeiros:</i>					
Amortização de empréstimos	1.010.465,00	1.885.050,00	1.837.440,35	-47.609,65	-2,5%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Outras despesas capital	225.608,00	288.952,00	80.010,00	-208.942,00	-72,3%
TOTAL	21.948.765,00	26.855.698,46	12.643.592,84	-14.212.105,62	-52,9%



4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2007

Elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o orçamento do Município de Cantanhede para 2007 veio a ter aprovação da Assembleia Municipal na reunião de 29 de Dezembro de 2006. No documento consta, além da estimativa de arrecadação anual das receitas municipais para satisfazer os encargos inerentes aos projectos apresentados no plano plurianual de investimentos, o registo de todas as despesas correntes necessárias para assegurar a actividade do Município.

O orçamento municipal de 2007, no montante global de 33.933.635,00 euros, reflecte uma subida de 3.940.105,00 euros em relação ao orçamento aprovado para 2006, o que, no entender do executivo camarário, se justificava pela necessidade de acautelar todas as estimativas relacionadas com as várias delegações de competências efectivadas e para fazer face aos novos encargos relacionados com a entrada em funcionamento de novos equipamentos. Em todo o caso, foi respeitada a obrigatoriedade de dar observância às regras previsionais impostas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

QUADRO 4

Modificações Orçamentais da Receita do ano de 2007

Un: (Euros)

Orçamento Inicial		Receitas Correntes		Receitas Capital		33.933.635,00	
		15.815.441,00		18.118.194,00			
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Receitas Correntes	Receitas Capital	Receitas Correntes	Receitas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 4	13-03-2007	0,00	874.585,00	0,00	0,00	874.585,00	0,00
Alt. 7	21-06-2007	45.802,00	0,00	0,00	0,00	45.802,00	0,00
Rev.1	29-06-2007	0,00	32.928,46	0,00	0,00	32.928,46	0,00
Alt. 12	18-09-2007	348.250,00	0,00	0,00	0,00	348.250,00	0,00
Alt. 14	15-11-2007	7.100,00	4.000.000,00	7.100,00	0,00	4.007.100,00	7.100,00
TOTAL		401.152,00	4.907.513,46	7.100,00	0,00	5.308.665,46	7.100,00
Orçamento Final		16.209.493,00		23.025.707,46		39.235.200,46	



QUADRO 5

Modificações Orçamentais da Despesa do ano de 2007

Un: (Euros)

		Despesas Correntes		Despesas Capital			
Orçamento Inicial		11.984.870,00		21.948.765,00		33.933.635,00	
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Despesas Correntes	Despesas Capital	Despesas Correntes	Despesas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 1	15-01-2007	123.193,00	50.977,00	123.193,00	50.977,00	174.170,00	174.170,00
Alt. 2	13-02-2007	142.015,00	61.245,00	142.015,00	61.245,00	203.260,00	203.260,00
Alt. 3	06-03-2007	5.716,00	48.297,00	5.716,00	48.297,00	54.013,00	54.013,00
Alt. 4	13-03-2007	29.676,00	890.455,00	29.676,00	15.870,00	920.131,00	45.546,00
Alt. 5	20-04-2007	71.210,00	70.566,00	71.210,00	70.566,00	141.776,00	141.776,00
Alt. 6	15-05-2007	92.429,00	466.935,00	92.429,00	466.935,00	559.364,00	559.364,00
Alt. 7	21-06-2007	253.219,00	170.564,00	207.417,00	170.564,00	423.783,00	377.981,00
Rev. 1	29-06-2007	580,00	41.365,00	0,00	9.016,54	41.945,00	9.016,54
Alt. 8	11-07-2007	41.438,00	215.858,00	41.438,00	215.858,00	257.296,00	257.296,00
Alt. 9	17-07-2007	74.580,00	36.699,00	74.580,00	36.699,00	111.279,00	111.279,00
Alt. 10	14-08-2007	207.927,00	198.111,00	207.927,00	198.111,00	406.038,00	406.038,00
Alt. 11	29-08-2007	78.806,00	91.668,00	78.806,00	91.668,00	170.474,00	170.474,00
Alt. 12	18-09-2007	716.924,00	201.373,00	368.674,00	201.373,00	918.297,00	570.047,00
Rev. 2	28-09-2007	5.080,00	153.601,00	5.080,00	153.601,00	158.681,00	158.681,00
Alt. 13	16-10-2007	92.579,00	236.188,00	92.579,00	236.188,00	328.767,00	328.767,00
Alt. 14	15-11-2007	172.888,00	4.052.660,00	172.888,00	52.660,00	4.225.548,00	225.548,00
Alt. 15	13-12-2007	144.722,00	571.499,00	144.722,00	571.499,00	716.221,00	716.221,00
Alt. 16	28-12-2007	22.052,00	0,00	22.052,00	0,00	22.052,00	22.052,00
Alt. 17	29-12-2007	210.851,00	435,00	210.851,00	435,00	211.286,00	211.286,00
TOTAL		2.485.885,00	7.558.496,00	2.091.253,00	2.651.562,54	10.044.381,00	4.742.815,54
Orçamento Final		12.379.502,00		26.855.698,46		39.235.200,46	



QUADRO 6

Modificações Orçamentais das Grandes Opções do Plano 2007

Un: (Euros)

		PPI		AMR		GOP	
Orçamento Inicial		18.045.913,00		2.750.180,00		20.796.093,00	
N.º	DATA	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES
Alt. 1	15-01-2007	50.977,00	50.977,00			50.977,00	50.977,00
Alt. 2	13-02-2007	61.245,00	12.100,00	0,00	49.145,00	61.245,00	61.245,00
Alt. 3	06-03-2007	1.963,00	0,00	46.334,00	48.297,00	48.297,00	48.297,00
Alt. 4	13-03-2007	15.860,00	13.313,00	10,00	2.557,00	15.870,00	15.870,00
Alt. 5	20-04-2007	30.465,00	70.566,00	40.101,00	0,00	70.566,00	70.566,00
Alt. 6	15-05-2007	402.935,00	466.935,00	64.000,00	0,00	466.935,00	466.935,00
Alt. 7	21-06-2007	169.914,00	170.564,00	650,00	0,00	170.564,00	170.564,00
Rev. 1	29-06-2007	31.315,00	6.910,00	10.050,00	2.106,54	41.365,00	9.016,54
Alt. 8	11-07-2007	215.858,00	215.858,00	0,00	0,00	215.858,00	215.858,00
Alt. 9	17-07-2007	36.699,00	36.699,00	0,00	0,00	36.699,00	36.699,00
Alt. 10	14-08-2007	198.111,00	198.111,00	0,00	0,00	198.111,00	198.111,00
Alt. 11	29-08-2007	87.798,00	91.668,00	3.870,00	0,00	91.668,00	91.668,00
Alt. 12	18-09-2007	156.023,00	201.373,00	45.350,00	0,00	201.373,00	201.373,00
Rev. 2	28-09-2007	153.601,00	153.601,00	0,00	0,00	153.601,00	153.601,00
Alt. 13	16-10-2007	234.588,00	236.188,00	1.600,00	0,00	236.188,00	236.188,00
Alt. 14	15-11-2007	3.997.660,00	52.660,00	55.000,00	0,00	4.052.660,00	52.660,00
Alt. 15	13-12-2007	536.499,00	536.500,00	35.000,00	34.999,00	571.499,00	571.499,00
Alt. 17	29-12-2007	435,00	435,00	0,00	0,00	435,00	435,00
TOTAL		6.381.946,00	2.514.458,00	301.965,00	137.104,54	6.683.911,00	2.651.562,54
Orçamento Final		21.913.401,00		2.915.040,46		24.828.441,46	

O orçamento municipal é, indiscutivelmente, um precioso instrumento na gestão diária dos municípios, mas não deixa de ser um documento previsional, com todas as limitações que decorrem da antecipação de encargos e disponibilidades. Daí que, mesmo se efectuado com o máximo rigor, de modo a acautelar todas as previsões de arrecadação de receitas e as estimativas das despesas durante determinado exercício económico, nem tudo é passível de se verificar na prática, ou porque simplesmente as disposições legais assim o impedem ou porque na data em que o documento é elaborado determinada realidade não tinha sido prevista.

Para acautelar essas situações, podem as autarquias locais, nos termos da lei, proceder a várias alterações ou revisões orçamentais durante o período de vida útil dos seus orçamentos. No caso concreto do orçamento do Município de Cantanhede e do seu plano plurianual de investimentos e actividades mais relevantes em vigor durante o ano de 2007, estes foram sujeitos a 17 alterações e 2 revisões orçamentais, conforme se pode verificar nos quadros 4, 5 e 6. Uma análise mais pormenorizada aos mesmos quadros permite detectar que dessas apenas 5 – 4 alterações e 1 revisão – se consubstanciaram num aumento das dotações inicialmente previstas, no montante global de 5.301.565,46 euros.

Este aumento de 15,6 % em relação ao orçamento inicialmente aprovado, apesar de parecer significativo, efectivamente não o é, uma vez que, daquele montante, 4 milhões de euros são provenientes da contratação de um empréstimo de longo prazo, no montante global de 7,5 milhões de euros, destinado exclusivamente a investimento. Assim, pode-se concluir que o aumento previsional de arrecadação de receita e realização de despesa, não considerando o empréstimo de longo prazo, totalizou 1.301.565,46 euros, montante que é inferior ao total dos reforços de dotações verificados no ano de 2006.

Dos principais factores que contribuíram para este aumento são de salientar os seguintes:

- A contratação de um mútuo de curto prazo, no montante global de 874.585,00 euros, tendo em vista uma antecipação de arrecadação de receitas próprias com intuito de realizar tesouraria. Este empréstimo foi devidamente amortizado no final do ano de 2007;

- A materialização de alguns contratos-programa ou acordos celebrados com diversos organismos da administração central, no total de 394.052,00 euros, dos quais se destacam o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, o fornecimento de refeições aos alunos do 1º CEB e vários acordos de colaboração formalizados com a CCDRC para a realização de estágios profissionais ao abrigo de fundos comunitários;

- A criação de uma rubrica para a cobrança do novo imposto único de circulação, entrado em vigor a 1 de Julho de 2007 através da publicação da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e da Lei n.º 22-A/2007 de 29 de Julho;

- A contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, no montante global de 7.500.000,00 euros, para fazer face a investimentos em curso e futuros, considerando-se que para o ano de 2007 não se iria utilizar mais de 4 milhões de euros, o que efectivamente não se veio a concretizar, pois apenas foram utilizados 3,7 milhões de euros.

Outras alterações introduzidas no orçamento de 2007 correspondem a várias transferências efectuadas entre rubricas, no sentido de harmonizar os valores orçados às despesas efectivamente realizadas. Na prática, procedeu-se a ajustamentos no orçamento em função do modo como foi evoluindo a sua execução, retirando determinados montantes de uma rubrica com sobredotação para outra insuficientemente dotada. Como é óbvio, estas operações não se reflectiram em qualquer aumento do montante inicialmente aprovado.



QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIACÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 IMPOSTO DIRECTOS	4.780.023,00	14,09%	7.100,00	7.100,00	4.780.023,00	12,18%	0,00	0,00%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	893.216,00	2,63%	0,00	0,00	893.216,00	2,28%	0,00	0,00%
04 TAXAS, MULTAS EOUTRAS PENALIDADES	948.619,00	2,80%	0,00	0,00	948.619,00	2,42%	0,00	0,00%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.030.138,00	3,04%	0,00	0,00	1.030.138,00	2,63%	0,00	0,00%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.346.029,00	21,65%	394.052,00	0,00	7.740.081,00	19,73%	394.052,00	5,36%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	812.619,00	2,39%	0,00	0,00	812.619,00	2,07%	0,00	0,00%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.797,00	0,01%	0,00	0,00	4.797,00	0,01%	0,00	0,00%
RECEITAS CORRENTES	15.815.441,00	46,61%	401.152,00	7.100,00	16.209.493,00	41,31%	394.052,00	2,49%
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	9.197.825,00	27,11%	0,00	0,00	9.197.825,00	23,44%	0,00	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.731.125,00	22,78%	0,00	0,00	7.731.125,00	19,70%	0,00	0,00%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00%	0,00	0,00	5,00	0,00%	0,00	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	1.183.680,00	3,49%	4.874.585,00	0,00	6.058.265,00	15,44%	4.874.585,00	411,82%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.667,00	0,00%	0,00	0,00	1.667,00	0,00%	0,00	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	3.892,00	0,01%	0,00	0,00	3.892,00	0,01%	0,00	0,00%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00%	32.928,46	0,00	32.928,46	0,08%	32.928,46	
RECEITAS CAPITAL	18.118.194,00	53,39%	4.907.513,46	0,00	23.025.707,46	58,69%	4.907.513,46	27,09%
TOTAL	33.933.635,00	100,00%	5.308.665,46	7.100,00	39.235.200,46	100,00%	5.301.565,46	15,62%

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIACÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 PESSOAL	5.439.270,00	16,03%	885.498,00	759.802,00	5.564.966,00	14,18%	125.696,00	2,31%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTE	3.691.356,00	10,88%	1.148.404,00	710.508,00	4.129.252,00	10,52%	437.896,00	11,86%
03 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	475.498,00	1,40%	219.770,00	103.101,00	592.167,00	1,51%	116.669,00	24,54%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.831.906,00	5,40%	140.911,00	432.340,00	1.540.477,00	3,93%	-291.429,00	-15,91%
05 SUBSÍDIOS	280.441,00	0,83%	35.937,00	4.989,00	311.389,00	0,79%	30.948,00	11,04%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	266.399,00	0,79%	57.824,00	82.972,00	241.251,00	0,61%	-25.148,00	-9,44%
DESPESAS CORRENTES	11.984.870,00	35,32%	2.488.344,00	2.093.712,00	12.379.502,00	31,55%	394.632,00	3,29%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	18.045.913,00	53,18%	6.155.673,00	2.514.458,00	21.687.128,00	55,27%	3.641.215,00	20,18%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.533.514,00	7,47%	429.895,00	102.105,54	2.861.303,46	7,29%	327.789,46	12,94%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	133.265,00	0,39%	0,00	0,00	133.265,00	0,34%	0,00	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.010.465,00	2,98%	874.585,00	0,00	1.885.050,00	4,80%	874.585,00	86,55%
11 OUTRAS DESPESAS CAPITAL	225.608,00	0,66%	63.344,00	0,00	288.952,00	0,74%	63.344,00	28,08%
DESPESAS CAPITAL	21.948.765,00	64,68%	7.523.497,00	2.616.563,54	26.855.698,46	68,45%	4.906.933,46	22,36%
TOTAL	33.933.635,00	100,00%	10.011.841,00	4.710.275,54	39.235.200,46	100,00%	5.301.565,46	15,62%

O aumento de 394.052,00 euros verificado entre o orçamento da receita corrente inicial e o respectivo orçamento corrigido, conforme demonstra o quadro n.º 7, figura-se como um desvio positivo praticamente irrelevante, até porque, em termos percentuais, representa apenas 2,49%. Por outro lado, a receita de capital sofreu um aumento de 4.907.513,46 euros, ou seja, uma subida de cerca de 27% em relação aos montantes inicialmente previstos, fruto da contratação dos empréstimos anteriormente referidos.



Importa sublinhar que estas actualizações se tornam necessárias para proceder ao reajustamento dos documentos previsionais com os documentos de prestação de contas. Além disso, apesar de se saber antecipadamente que certas intenções viriam a ser realidade, certo é que, nos termos do POCAL, enquanto não houver a sua efectiva concretização, através de um registo formal, não poderão ser reflectidas num documento previsual, razão pela qual ocorreram aqueles desvios em 2007. Exemplificado: o Município de Cantanhede, aquando da elaboração dos seus documentos previsionais, designadamente o orçamento de 2007, já tinha a intenção de socorrer-se de um empréstimo de curto prazo para fazer face às dificuldades de tesouraria habitualmente sentidas no início de cada exercício económico; e no entanto, por força da legislação em vigor, tal não é passível de ser evidenciado. Por esta razão é que as alterações e revisões orçamentais se tornaram numa ferramenta de utilização frequente.

O que acabou de ser exposto justifica cabalmente os desvios verificados do lado da despesa quando apresentados de acordo com a sua natureza económica. Veja-se, por exemplo, o quadro n.º 8, onde se constata que os desvios mais significativos tiveram origem na rubrica de passivos financeiros, devido à amortização anual do empréstimo de curto prazo e respectivos encargos financeiros com o serviço da dívida, ou seja, com o pagamento dos concernentes juros, seguido da rubrica com a aquisição de bens de investimento.

De realçar também os desvios apurados nas rubricas destinadas a aquisição de bens e serviços, onde houve necessidade de efectuar vários reforços, num montante global de 437.896,00 euros, assim como as rubricas existentes para fazer face a diversas transferências de capital ou de atribuição de subsídios correntes. Embora estas alterações tenham sido compensadas pelo desvio negativo das transferências correntes em cerca de 16%, representam mesmo assim um desvio positivo global de 1,4%, quando comparadas com os valores inicialmente propostos.

4.1.2 - Execução Orçamental da Receita

QUADRO 9

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS

DESIGNAÇÃO	2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	VALOR	%										
(valores em euros)												
RECEITAS CORRENTES												
Impostos Directos	2.347.395,12	9,9	2.904.717,56	12,5	3.774.642,96	19,6	3.584.461,01	18,3	4.465.673,87	21,3	4.686.892,21	19,6
Impostos Indirectos	1.029.759,32	4,3	473.525,44	2,0	289.628,84	1,5	593.937,80	3,0	472.939,58	2,3	439.740,70	1,8
Taxas, multas e outras penalidades	287.063,54	1,2	310.354,92	1,3	298.222,46	1,5	530.703,23	2,7	333.455,65	1,6	310.923,30	1,3
Rendimentos de propriedade	41.902,25	0,2	34.801,50	0,1	30.402,30	0,2	27.826,47	0,1	936.451,41	4,5	942.345,98	3,9
Transferências Correntes	5.494.900,24	23,2	5.559.766,50	23,9	5.857.660,91	30,4	6.068.014,04	31,1	6.026.046,58	28,8	7.018.384,06	29,3
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.062.133,50	8,7	947.137,88	4,1	1.356.652,90	7,0	1.369.669,82	7,0	441.767,48	2,1	562.392,31	2,3
Outras Receitas Correntes	4.827,14	0,0	13.271,94	0,1	13.954,83	0,1	5.485,75	0,0	3.324,31	0,0	89.891,18	0,4
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.267.981,11	47,5	10.243.575,74	44,0	11.621.165,20	60,3	12.180.098,12	62,3	12.679.658,88	60,6	14.050.569,74	58,6
RECEITAS DE CAPITAL												
Venda de Bens de Investimento	568.875,26	0,0	1.666.288,03	7,2	91.220,24	0,5	814.761,64	4,2	2.103.909,44	10,1	1.392.910,76	5,8
Transferências de Capital	8.051.149,26	33,9	8.247.054,35	35,4	6.332.506,43	32,8	4.556.995,40	23,3	4.387.834,61	21,0	3.607.382,28	15,0
Activos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	19,15	0,0	3.801,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Passivos Financeiros	3.837.948,45	16,2	2.649.839,14	11,4	1.059.318,20	5,5	1.971.121,33	10,1	1.726.801,00	8,2	4.885.835,00	20,4
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	3.080,92	0,0	5.569,74	0,0	7.918,11	0,0	1.055,02	0,0	0,00	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.106,16	0,0	7.618,15	0,0	476,08	0,0	1.420,52	0,0	3.319,15	0,0	2.485,05	0,0
Saldo da Gerência Anterior			485.098,45	2,1	170.791,10	0,9	0,00	0,0	31.169,12	0,1	32.928,46	0,1
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	12.459.079,13	52,5	13.058.979,04	56,0	7.659.900,94	39,7	7.356.018,00	37,7	8.254.088,34	39,4	9.921.541,55	41,4
TOTAL GERAL DA RECEITA	23.727.060,24	100,0	23.302.554,78	100,0	19.281.066,14	100,0	19.536.116,12	100,0	20.933.747,22	100,0	23.972.111,29	100,0

O ano de 2007 encerrou definitivamente um ciclo marcado pelas limitações sentidas na generalidade dos Municípios, em resultado das imposições da Administração Central em variadíssimas áreas fulcrais para a sua actividade, particularmente as grandes restrições no recurso ao crédito, que manifestamente vieram comprometer muitos investimentos tidos como decisivos para promover o desenvolvimento sustentável.

Nesta fase de transição entre quadros comunitários, com o inerente decréscimo de fluxos financeiros que tem vindo a ser sentida pelas Autarquias nos últimos anos, verificou-se ainda uma forte diminuição das transferências de verbas da Administração Central no âmbito de contratos-programa, com todas as implicações negativas que esta situação tem levantado ao nível do investimento municipal. Mas o ano de 2007 fica também marcado pela alteração da Lei das Finanças Locais, que transformou substancialmente todas as fórmulas de cálculo do endividamento dos Municípios. Como é do conhecimento geral, muitos houve que ficaram impedidos de recorrer ao crédito, devido ao seu nível de endividamento, mas o mesmo não aconteceu com Município de Cantanhede, que ficou bastante aquém dos limites impostos por lei e, portanto, com a possibilidade de contrair empréstimos.

Neste contexto, a principal diferença entre a execução orçamental de 2006 e a de 2007 situa-se na opção do executivo camarário em proceder à contratação de um empréstimo de longo prazo para sustentar alguns investimentos constantes do seu plano plurianual de investimentos.

O quadro n.º 12 demonstra isso mesmo: com essa iniciativa, o Município conseguiu o aumento das suas receitas em 14,5%, quando comparadas com as amealhadas no ano anterior, obtendo dessa forma recursos financeiros nunca antes alcançados. Se não se tivesse avançado com a contratação do referido empréstimo, o nível de arrecadação de receita teria ficado sensivelmente semelhante ao registado em 2006. Por outro lado, é de relevar o facto de a decisão de antecipar a obtenção de receita por via do crédito coloca a Autarquia em posição de continuar a investir até que venha a aceder aos fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que só agora começa efectivamente a dar os primeiros passos.

O nível de execução orçamental registado durante 2007, representado sob diversas perspectivas nos quadros que a seguir se apresentam, demonstra cabalmente que o orçamento municipal foi elaborado reunindo todos preceitos de rigor, fiabilidade e cumprimento das normas legalmente impostas. A taxa de 87% alcançada ao nível da receita corrente demonstra isso mesmo, apesar de ter diminuído cerca de 6,5% quando comparado com o ano de 2006. Esta taxa é insignificante, se considerarmos o aumento verificado na arrecadação de receita corrente, que em termos absolutos se cifrou na arrecadação de mais 1.370.910,86 euros em relação ao ano anterior. Conforme se pode verificar no quadro n.º 11, estas percentagens variam na razão directa dos montantes estimados, motivo pelo qual o que inicialmente parece ser uma diminuição de receitas na realidade não o é. O que verdadeiramente aconteceu, quando se comparam os dois exercícios, é que a perspectiva de arrecadação de receitas para 2007 não teve o mesmo desempenho em termos reais.

Justifica-se aqui um parêntesis para esclarecer que os 59,23% relativos à taxa de execução da receita liquidada é inferior à efectivamente cobrada (61,10%), porque durante o ano de 2007 cobraram-se receitas no montante global de 751.308,35 euros que tinham sido liquidadas em anos anteriores, ou seja, dívidas de terceiros devidamente liquidadas mas não cobradas. Para melhor se perceber esta operação, basta analisar o quadro n.º 14, que reflecte, por classificação económica, os montantes que o município tinha direito a arrecadar, no início do ano de 2007, concretamente 3.166.516,46 euros, dos quais foram anulados apenas 168.723,72 euros, finalizando-se o ano com 2.263.668,01 euros por cobrar.

Para concluir importa proceder a uma avaliação detalhada da receita, de acordo com a sua natureza, o que deve ser feito a partir de uma análise prévia do quadro n.º 3, onde constam os desvios aferidos durante o ano de 2007. Destes, destacam-se os relacionados com a rubrica de taxas, multas e outras penalidades, além dos impostos indirectos, que não chegaram a atingir os montantes inicialmente previstos porque o mercado não correspondeu às expectativas. Acresce que as taxas de urbanismo dependem muito da dinâmica do tecido económico, variando na razão directa do investimento imobiliário. A retracção do mercado neste sector fez com que as receitas correspondentes inicialmente previstas tivessem atingido uma taxa de execução inferior à esperada, ficando-se pelos cerca de 41%. O mesmo se passou com as receitas cobradas com transferências correntes e com a venda de bens e serviços, que também ficaram aquém dos valores estimados, verificando-se aqui um desvio negativo de 35,3% e 30,8%, respectivamente.

No que concerne à rubrica de impostos directos, o desvio positivo registado na arrecadação de receitas relacionadas com o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas compensou os 10,1% de variação negativa verificada na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis. Neste domínio, importa referir apenas o efeito prático da entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais. De acordo com o seu artigo n.º 17.º, 50% do produto da receita do IMI referente a prédios rústicos destina-se às Freguesias, o que, em termos financeiros, se traduziu apenas numa redução de 10.332,52 euros na receita municipal.

É de realçar também o significativo desvio positivo – cerca de 85 mil euros, em termos absolutos – ocorrido na rubrica de carácter residual criada para arrecadar outras receitas correntes, designadamente aquelas que não se encaixam nas demais rubricas existentes.

Como se tem vindo a constatar da análise dos quadros do presente relatório, as taxas dos desvios relacionadas com a arrecadação de receitas de capital têm sido mais expressivas. Contudo, e conforme se pode inferir da leitura do quadro n.º 12, o ano de 2007 encerra com um nível de arrecadação de receita de capital superior à auferida em 2006 numa percentagem de 20,2%. Já no que respeita ao nível de execução da receita de capital cobrada, obteve-se sensivelmente a mesma taxa que a atingida no ano anterior – 42,63% em 2006 e 43% em 2007. Em todo o caso, apesar de muito próximas, estas taxas não significam o mesmo, nem são até comparáveis, porquanto variaram na razão directa do orçamento estimado corrigido de cada um dos anos, o que justifica o facto de o orçamento corrigido de 2007 ter encerrado com um montante superior ao de 2006 em cerca de 3,7 milhões de euros.

As principais receitas arrecadas dizem respeito à alienação de bens de investimento, mais concretamente à venda das parcelas de terrenos necessárias à construção do futuro Parque Desportivo de Cantanhede incluindo toda a área adjacente destinada à Academia Municipal de Golfe, as quais foram adquiridas pela Caixa Leasing e Factoring, S.A. Esta operação financeira não provocou, no entanto, uma diminuição do património municipal. Na realidade, de acordo com o princípio da substância sobre a forma, apesar de o Município não ser legalmente o proprietário do imóvel, deve, por força das normas impostas pelo POCAL e do princípio antes referido, fazê-lo reflectir no seu património.

A rubrica de transferência de capital atingiu apenas uma taxa de execução na ordem dos 47%, em resultado das dificuldades sentidas na concretização de duas obras consideradas de extrema relevância para a beneficiação da rede viária, designadamente a ER335 – 1: Via Regional Cantanhede(IC1)/Tocha e a Variante Poente a Portunhos, situação que tem atrasado a cobrança da respectiva comparticipação financeira oriunda do III Quadro Comunitário de Apoio.



Por fim, resta sublinhar que as cobranças, ao nível dos passivos financeiros, atingiram uma taxa de execução de 80,65%, verificando-se um ligeiro desvio de 19% em relação às estimativas de utilização dos empréstimos de longo prazo, o que contribuiu para que o Município tivesse mantido um ritmo de investimento apreciável.

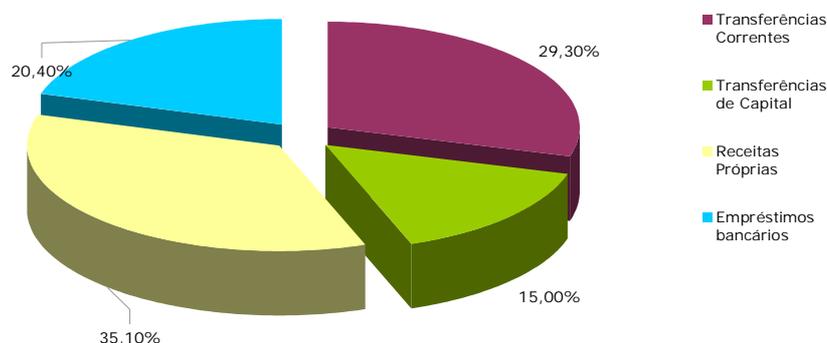
QUADRO 10

Principais Fontes de Financiamento do Município

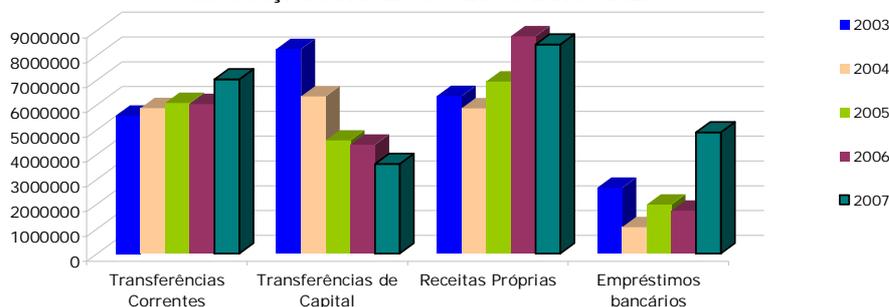
(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2003		2004		2005		2006		2007	
	valor	%								
Transferências Correntes	5.559.766,50	23,9%	5.857.660,91	30,4%	6.068.014,04	31,1%	6.026.046,58	28,8%	7.018.384,06	29,3%
FGM/FCM/FBM - FEF/FSM/IRS	4.909.764,00		5.144.621,00		5.247.514,00		5.247.514,00		5.695.816,00	
Fundos Comunitários	14.497,14		88.904,82		103.574,03		85.984,07		64.336,79	
Contratos Programa	354.455,52		275.337,46		328.954,18		484.588,66		870.236,18	
Outras	281.049,84		348.797,63		387.971,83		207.959,85		387.995,09	
Transferências de Capital	8.247.054,35	35,4%	6.332.506,43	32,8%	4.556.995,40	23,3%	4.387.834,61	21,0%	3.607.382,28	15,0%
FGM/FCM/FBM - FEF	3.273.176,00		3.429.748,00		3.498.342,00		3.498.342,00		3.050.040,00	
Fundos Comunitários	3.903.832,42		2.178.457,57		887.769,90		782.778,92		465.348,67	
Contratos Programa	1.056.051,39		693.326,13		133.752,58		93.569,00		63.285,66	
Outras	13.994,54		30.974,73		37.130,92		13.144,69		28.707,95	
Receitas Próprias	6.350.097,27	27,3%	5.854.725,10	30,4%	6.938.564,83	35,3%	8.758.576,76	41,9%	8.425.096,44	35,1%
Empréstimos bancários	2.649.839,14	11,4%	1.059.318,20	5,5%	1.971.121,33	10,1%	1.726.801,00	8,2%	4.885.835,00	20,4%

FONTES FINANCIAMENTO ANO 2007



COMPARAÇÃO ANUAL FONTES FINANCIAMENTO





O quadro n.º 10 e respectivas figuras ilustrativas espelham as principais fontes de financiamento do Município. Da sua análise conclui-se que as receitas próprias da Autarquia sofreram uma ligeira diminuição em relação a 2006 situando-se ao nível das registadas em 2005. Não obstante este facto, continuam a ter um peso importantíssimo, nas receitas totais do Município, as receitas próprias, que não são mais do que o somatório das receitas que a Autarquia conseguiu angariar pelos seus próprios meios sem influência de quaisquer organismos externos, no estrito cumprimento dos poderes de autonomia financeira que a Lei das Finanças Locais lhe conferiu.

No que diz respeito à participação da Autarquia nos impostos cobrados pela Administração Central, convém começar por dizer que a alteração das formas de cálculo para avaliar a quota-parte que cabe aos Municípios, por força da entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, criou a expectativa de um aumento na obtenção de receita por essa via, mas o certo é que não é isso que tem vindo a acontecer. Em 2007, mais uma vez a verba transferida para os cofres da Autarquia – 8.745.856,00 euros – se manteve inalterado. Verifica-se que, desde o ano de 2005, por variadíssimas restrições, as verbas oriundas do Orçamento de Estado não têm sofrido qualquer alteração de valores, independentemente do aumento dos impostos, nomeadamente do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), da subida generalizada dos preços e, em contraponto, do agravamento dos encargos decorrentes do alargamento do leque de competências que paulatinamente têm vindo a ser transferidas para a esfera dos Municípios.

Escapam a este quadro geral uma ou outra excepção, como por exemplo os contratos-programa celebrados com a Direcção-Geral de Educação do Centro, um para o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, outro para o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º CEB. Mas nem isso é motivo para grande regozijo. É que, volvidos que estão dois anos sobre a implementação das acções constantes nesses contratos, a verdade é que os encargos para a Autarquia têm sido muito superiores aos valores transferidos pela Administração Central.

Como é do conhecimento geral, as transferências de verbas no âmbito do III QCA reflectem apenas a finalização de algumas obras ainda em fase de execução. O montante de 465.348,67 euros arrecadado durante o ano de 2007 demonstra isso mesmo.

Posto isto, deve ainda ser realçada a variação positiva de 12% ocorrida ao nível da arrecadação de receitas relacionadas com os empréstimos bancários, os quais representam, no ano em apreciação, cerca de 20% das cobranças totais. Embora o montante correspondente possa ser considerado ligeiramente elevado, ele encontra justificação nos fundamentos anteriormente aduzidos sobre a matéria, onde se demonstra que a antecipação de arrecadação de fundos foi decisiva para manter o ritmo de investimentos estruturantes necessários à promoção do desenvolvimento sustentável desejado para o Concelho.



QUADRO 11
RESUMO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

COD.	DESIGNAÇÃO	2006					2007				
		ORÇAMENTO		COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO		TAXA DE EXECUÇÃO		
		CORRIGIDO	LIQUIDADA		LIQUIDADA	COBRADA	CORRIGIDO	LIQUIDADA	COBRADA	LIQUIDADA	COBRADA
				A							
RECEITA CORRENTE											
01	Impostos Directos	4.093.394,00	4.465.673,87	4.465.673,87	109,09	109,09	4.780.023,00	4.686.892,21	4.686.892,21	98,05	98,05
02	Impostos Indirectos	562.421,00	472.939,58	472.939,58	84,09	84,09	893.216,00	439.740,70	439.740,70	49,23	49,23
04	Taxas, Multas e outras penalidades	690.038,00	333.455,65	333.455,65	48,32	48,32	948.619,00	310.923,30	310.923,30	32,78	32,78
05	Rendimentos de Propriedade	921.174,00	936.451,41	936.451,41	101,66	101,66	1.030.138,00	942.345,98	942.345,98	91,48	91,48
06	Transferências Correntes	6.581.008,00	6.026.046,58	6.026.046,58	91,57	91,57	7.740.081,00	7.020.222,22	7.018.384,06	90,70	90,68
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	738.277,00	665.346,48	441.767,48	90,12	59,84	812.619,00	339.713,69	562.392,31	41,80	69,21
08	Outras Receitas Correntes	17.340,00	6.385,26	3.324,31	36,82	19,17	4.797,00	95.058,61	89.891,18	1.981,63	1.873,90
	TOTAL	13.603.652,00	12.906.298,83	12.679.658,88	94,87	93,21	16.209.493,00	13.834.896,71	14.050.569,74	85,35	86,68
RECEITAS DE CAPITAL											
09	Venda de Bens de Investimento	9.120.798,00	2.103.909,45	2.103.909,44	23,07	23,07	9.197.825,00	1.392.910,75	1.392.910,76	15,14	15,14
10	Transferências de Capital	8.269.388,00	7.327.711,11	4.387.834,61	88,61	53,06	7.731.125,00	3.088.930,59	3.607.382,28	39,95	46,66
11	Activos Financeiros	4.146,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos Financeiros	1.879.540,00	1.726.801,00	1.726.801,00	91,87	91,87	6.058.265,00	4.885.835,00	4.885.835,00	80,65	80,65
13	Outras Receitas de Capital	9.038,00	1.055,02	1.055,02	11,67	11,67	1.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	19.282.910,00	11.159.476,58	8.219.600,07	57,87	42,63	22.988.887,00	9.367.676,34	9.886.128,04	40,75	43,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.550,00	3.319,15	3.319,15	214,14	214,14	3.892,00	2.485,05	2.485,05	63,85	63,85
16	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	31.169,12	31.169,12	31.169,12	100,00	100,00	32.928,46	32.928,46	32.928,46	100,00	100,00
17	OPERAÇÕES EXTRA -ORÇAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00
	TOTAL GERAL	32.919.281,12	24.100.263,68	20.933.747,22	73,21	63,59	39.235.200,46	23.237.986,56	23.972.111,29	59,23	61,10

QUADRO 12

VARIAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS AO LONGO DOS ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2002	2003	2004		2005	2006		2007			
	VALOR		VALOR	△%	VALOR	VALOR	△%	VALOR	△%		
RECEITAS CORRENTES											
Impostos Directos:											
Contribuição Autárquica/IMI	1.301.642,30	1.373.163,69	5,5	2.385.582,40	73,7	2.095.174,70	-12,2	2.680.364,73	27,9	2.614.926,55	-2,4
Impostos Sobre Veiculos/ IUC	262.051,64	292.865,94	11,8	320.065,58	9,3	346.409,22	8,2	391.872,29	13,1	426.874,10	8,9
Sisa/IMT	783.701,18	1.238.687,93	58,1	1.068.994,98	-13,7	1.142.877,09	6,9	1.393.436,85	21,9	1.645.091,56	18,1
Impostos de Mais-Valias											
Outros											
Impostos Indirectos											
	1.029.759,32	473.525,44	-54,0	289.628,84	-38,8	593.937,80	105,1	472.939,58	-20,4	439.740,70	-7,0
Taxas, multas e outras penalidades											
	287.063,54	310.354,92	8,1	298.222,46	-3,9	530.703,23	78,0	333.455,65	-37,2	310.923,30	-6,8
Rendimentos de propriedade											
	41.902,25	34.801,50	-16,9	30.402,30	-12,6	27.826,47	-8,5	936.451,41	3.265,3	942.345,98	0,6
Transferências Correntes:											
Transferências do Estado	4.772.321,00	4.909.764,00	2,9	5.674.380,52	15,6	5.870.527,54	3,5	5.837.203,92	-0,6	5.695.816,00	-2,4
Outras	722.579,24	650.002,50	-10,0	183.280,39	-71,8	197.486,50	7,8	188.842,66	-4,4	1.322.568,06	600,4
Venda de Bens e serviços correntes											
	2.062.133,50	947.137,88	-54,1	1.356.652,90	43,2	1.369.669,82	1,0	441.767,48	-67,7	562.392,31	27,3
Outras Receitas Correntes											
	4.827,14	13.271,94	174,9	13.954,83	5,1	5.485,75	-60,7	3.324,31	-39,4	89.891,18	2.604,1
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.267.981,11	10.243.575,74	-9,1	11.621.165,20	13,4	12.180.098,12	4,8	12.679.658,88	4,1	14.050.569,74	10,8
RECEITA DE CAPITAL											
Venda de Bens de Investimento											
	568.875,26	1.666.288,03	192,9	91.220,24	-94,5	814.761,64	793,2	2.103.909,44	158,2	1.392.910,76	-33,8
Transferências de Capital:											
Transferências do Estado	3.181.548,00	3.273.176,00	2,9	4.139.407,06	26,5	3.645.516,58	-11,9	3.597.411,00	-1,3	3.050.040,00	-15,2
Outras	4.869.601,26	4.973.878,35	2,1	2.193.099,37	-55,9	911.478,82	-58,4	790.423,61	-13,3	557.342,28	-29,5
Activos Financeiros											
				19,15		3.801,00	19.748,6	0,00	-100,0	0,00	
Passivos Financeiros											
	3.837.948,45	2.649.839,14	-31,0	1.059.318,20	-60,0	1.971.121,33	86,1	1.726.801,00	-12,4	4.885.835,00	182,9
Outras Receitas de Capital											
		3.080,92		5.569,74	80,8	7.918,11	42,2	1.055,02	-86,7	0,00	-100,0
Reposições não abatidas nos pagamentos											
	1.106,16	7.618,15	588,7	476,08	-93,8	1.420,52	198,4	3.319,15	133,7	2.485,05	-25,1
Saldo da Gerência Anterior											
		485.098,45		170.791,10	-64,8	0,00	-100,0	31.169,12		32.928,46	5,6
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	12.459.079,13	13.058.979,04	4,8	7.659.900,94	-41,3	7.356.018,00	-4,0	8.254.088,34	12,2	9.921.541,55	20,2
TOTAL GERAL DA RECEITA	23.727.060,24	23.302.554,78	-1,8	19.281.066,14	-17,3	19.536.116,12	1,3	20.933.747,22	7,2	23.972.111,29	14,5



Para terminar a análise às receitas auferidas pelo Município no exercício económico de 2007, observe-se, no quadro n.º 12, a variação das receitas cobradas brutas ao longo dos últimos anos, onde está evidenciado um aumento de cerca de 11% das receitas correntes em relação ao ano anterior. Desse quadro importa reter também o aumento verificado nas outras transferências correntes efectuadas por organismos da Administração Central, numa percentagem total de 600% em relação ao ano anterior. Esta taxa, apesar de parecer de extrema relevância, não é mais do que o reflexo da arrecadação de receitas ao abrigo dos contratos-programa anteriormente referidos e relacionados com o Programa de Ensino de Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular e com o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º CEB, bem como o acordo de cooperação no âmbito da Lei n.º 5/97 e Decreto-Lei n.º 147/97 para o ensino pré-escolar. De realçar também a quota-parte de comparticipação dos encarregados de educação relativamente ao fornecimento de refeições e transporte escolar.

Noutra vertente, o aumento de 27,3% na cobrança de venda de bens e serviços correntes constitui o reflexo do forte dinamismo sentido em todas as iniciativas promovidas no âmbito de serviços prestados em equipamentos recreativos, culturais e desportivos do Município. Trata-se de um aumento que compensou largamente as pequenas diminuições sentidas ao nível das cobranças relacionadas como os impostos indirectos e taxas, multas e outras penalidades. Já a descida do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – que baixou 2,4% em relação a 2006 – é compensada por outros impostos directos, como o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Único de Circulação ou o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT), cuja receita cobrada subiu 16,1% relativamente ao ano anterior.

Para terminar este capítulo, resta fazer um breve comentário às variações sofridas no campo das receitas de capital, sublinhando o aumento total de 20,2% nas cobranças realizadas quando comparadas com as do ano anterior. Como já foi relatado, a descida das receitas relacionadas com venda de bens de investimento e a diminuição total de 17,8% das transferências de capital foi largamente compensada pelo aumento verificado na rubrica de passivos financeiros.

Encerra-se assim o ano de 2007 com um montante global de arrecadação de receitas de 23.972.111,29 euros, ou seja, o maior valor alguma vez alcançado, embora próximo dos registados nos anos de 2002 e 2003, período em que os fundos do III QCA tiveram uma forte influência.

QUADRO 13

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS	DÍVIDAS DE TERCEIROS		EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2007			Observações
	Divida apurada em 31/12/2005	Divida apurada em 31/12/2006	Diminuição da divida anterior	Novos encargos	Divida apurada em 31/12/2007	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						
SOMA DE I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:						
1. Clientes c/c						
1.1. Clientes c/c	13.252,42	226.407,19			10.066,54	
1.2. Clientes cobrança duvidosa					900,38	
SOMA II - 1	13.252,42	226.407,19	0,00	0,00	10.966,92	
2. Utentes c/c						
2.1. Utentes c/c	232,77	232,77			0,00	
SOMA II - 2	232,77	232,77	0,00	0,00	0,00	
3. Outros devedores						
3.1. Outros devedores (Estado e Fundos Comunitários)	3.159.449,84	2.939.876,50			2.252.701,09	
3.2. Adiantamento a Fornecedores de Imobilizado	-40.000,00	-40.000,00			-105.660,00	
SOMA III - 3	3.119.449,84	2.899.876,50	0,00	0,00	2.147.041,09	
SOMA DE III	3.132.935,03	3.126.516,46	0,00	0,00	2.158.008,01	
TOTAL GERAL	3.132.935,03	3.126.516,46	0,00	0,00	2.158.008,01	



O quadro n.º 13 dá conta de todas as verbas liquidadas e não cobradas no âmbito da execução orçamental da receita de 2007, devidamente desdobrado segundo a natureza do “cliente”. Da sua análise resulta que houve uma forte diminuição das receitas por cobrar na rubrica de clientes c/c. Nesta classificação, o montante de 10.066,54 euros diz respeito a diversos tipos de facturação que a seguir se discriminam, designadamente as seguintes:

- Compensação dos encargos do Município com despesas de pessoal referentes exclusivamente às horas extraordinárias pagas aos motoristas, por serviços prestados a outras entidades, de acordo com as normas de utilização dos autocarros municipais aprovadas pelo executivo camarário em 6 de Fevereiro de 2002. O montante em dívida dessas entidades, devidamente reportado à data desta prestação de contas, totaliza 5.167,43 euros;

- A facturação relacionada com o fornecimento de refeições emitida aos encarregados de educação totaliza 1.838,16 euros;

- Os restantes 3.060,95 euros dizem respeito a pequenas dívidas diversas.

É de salientar ainda que, durante o ano de 2007, foi transferido para uma classificação de clientes de cobrança duvidosa o montante de 900,38 euros. Este valor corresponde a um pequeno volume de facturas antigas reportadas aos anos de 2000, 2001 e 2002 e respeitantes ao fornecimento de água e respectivo aluguer de contadores que muito provavelmente nunca serão cobradas, havendo da parte do executivo camarário a intenção de tomar uma posição sobre esta matéria durante o ano de 2008.

À data de 31 de Dezembro de 2007 estava ainda por cobrar um montante significativo relacionado com as verbas provenientes de candidaturas apresentadas e homologadas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e que têm vindo a ser transferidas à medida que são executadas as infra-estruturas e equipamentos que lhes dizem respeito.

A saber:

- Aquisição de uma unidade móvel para a detecção e prevenção de incêndios nas zonas florestais, objecto de uma candidatura ao abrigo da Medida AGRIS – Sub-Acção 3.4 – Eixo III, para a prevenção de risco de incêndio florestais, homologada em 30 de Março de 2006. Do incentivo inicialmente previsto – 101.432,06 euros – apenas faltam justificar 4.115,20 euros.

- Construção/beneficiação dos jardins-de-infância da Tocha e de Bolho, incluindo o respectivo equipamento, que foram objecto de candidatura apresentada à Direcção Regional de Educação do Centro, no âmbito da Medida 3.1 – Educação do Eixo III, e homologada em 09 de Novembro de 2006. Embora estes equipamentos já estejam a funcionar em pleno, falta ainda arrecadar 141.993,16 euros, dos quais 122.904,60 euros correspondem à comparticipação elegível da construção do Jardim-de-Infância de Bolho, não tendo o Município ainda recebido daí quaisquer verbas.

- Construção de um armazém de apoio de pesca e anexos de abrigo – Núcleo Piscatório da Praia da Tocha –, no âmbito de uma candidatura ao Eixo III, Medida 3.16 Pescas, devidamente homologada em 27 de Dezembro de 2006, com uma comparticipação de fundos comunitários no montante global de 49.948,20 euros. Também aqui, e apesar de a obra estar concluída, a Autarquia ainda não recebeu nenhuma parcela da comparticipação aprovada.



O valor mais expressivo diz respeito às últimas quatro obras candidatas ao Eixo I e representam um valor a cobrar que ascende 2.043.833,06 euros. São elas a construção da Estrada Regional 335-1: Via Regional Cantanhede IC1/Tocha, a Variante a Portunhos (Poente), a Recuperação e Ampliação da Casa Francisco Pinto e a Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha. Estas duas últimas estão em fase de conclusão e com valores significativos ainda por receber, sobretudo no que diz respeito à Recuperação e Ampliação da Casa do Chico Pinto. O pedido de pagamento já foi enviado, mas falta arrecadar 174.745,72 euros de uma comparticipação global de 187.667,99 euros.

QUADRO 14

DÍVIDA DE TERCEIROS POR COBRAR A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Un: (Euros)

	DESIGNAÇÃO	DÍVIDA DE TERCEIROS 2005	DÍVIDA DE TERCEIROS 2006	DÍVIDA DE TERCEIROS 2007
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	16,28		
040201	Juros de mora	16,28		
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1.838,16
06080102	Famílias-Comparticipação Forn Refeições Escolares			1.838,16
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.716,08	223.579,00	900,38
070108	Mercadorias	667,61	667,61	667,61
07020904	Trabalhos por conta de particulares		222.673,81	0,00
070399	Outras	5.048,47	237,58	232,77
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.060,95	8.228,38
08019999	Diversas		3.060,95	8.228,38
09	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.752,83	0,01	0,00
09040102	Maquinaria e equipamento	7.752,83	0,01	0,00
100301	ESTADO	99.844,01	172.322,37	1.028,80
1003010404	Ac. Colaboração C/ IEP	540,01		
1003010405	Protocolo c/ DGOTDU/CCDRC - PRAUD	99.304,00	6.275,00	
1003010406	Comparticipação O E - Medida Agris		6.105,37	1.028,80
1003010407	Acodo Col.DGAL - Constr. Feira Quinzenal Cantanhede		159.942,00	
100307	Estado - Part. Comunitária Projectos Co - Financiados	3.059.605,83	2.767.554,13	2.251.672,29
10030701	Feder	3.025.059,24	2.714.691,42	2.235.774,42
10030704	Programa Leader "+"	2.628,83	2.628,83	12.811,47
10030706	FEOGA - Medida Agris	31.917,76	50.233,88	3.086,40
	SUB-TOTAL	3.172.935,03	3.166.516,46	2.263.668,01
090309	Adiantamento por conta de vendas	-780.000,00	0,00	0,00
	TOTAL	2.392.935,03	3.166.516,46	2.263.668,01

O quadro n.º 15, abaixo apresentado, demonstra a execução orçamental da receita mensal, podendo concluir-se da sua análise que os meses em que se registaram maiores fluxos financeiros foram os de Maio, Julho, Outubro, Novembro e Dezembro. Os verificados nos meses de Maio e Outubro ficaram a dever-se, em grande parte, à cobrança dos impostos Municipais, sobretudo o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e também à utilização dos empréstimos contratados.

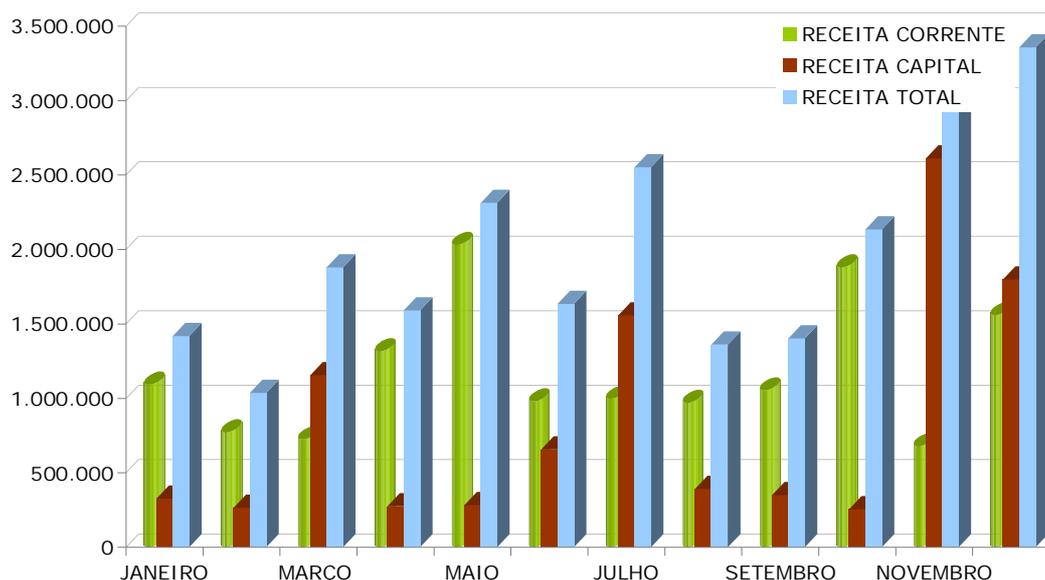


QUADRO 15

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA RECEITA

ANO 2007	RECEITA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	RECEITA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	RECEITA TOTAL	VALOR ACUMULADO
JANEIRO	1.091.656,89	1.091.656,89	326.891,66	326.891,66	1.418.548,55	1.418.548,55
FEVEREIRO	771.514,62	1.863.171,51	264.810,49	591.702,15	1.036.325,11	2.454.873,66
MARÇO	724.931,64	2.588.103,15	1.155.254,19	1.746.956,34	1.880.185,83	4.335.059,49
ABRIL	1.315.891,54	3.903.994,69	274.617,49	2.021.573,83	1.590.509,03	5.925.568,52
MAIO	2.030.376,39	5.934.371,08	282.816,98	2.304.390,81	2.313.193,37	8.238.761,89
JUNHO	978.896,26	6.913.267,34	656.085,15	2.960.475,96	1.634.981,41	9.873.743,30
JULHO	996.460,90	7.909.728,24	1.556.523,87	4.516.999,83	2.552.984,77	12.426.728,07
AGOSTO	969.629,13	8.879.357,37	391.223,31	4.908.223,14	1.360.852,44	13.787.580,51
SETEMBRO	1.052.854,89	9.932.212,26	349.397,12	5.257.620,26	1.402.252,01	15.189.832,52
OUTUBRO	1.879.421,57	11.811.633,83	254.486,50	5.512.106,76	2.133.908,07	17.323.740,59
NOVEMBRO	679.291,98	12.490.925,81	2.611.850,39	8.123.957,15	3.291.142,37	20.614.882,96
DEZEMBRO	1.559.643,93	14.050.569,74	1.797.584,40	9.921.541,55	3.357.228,33	23.972.111,29
	14.050.569,74		9.921.541,55		23.972.111,29	

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL RECEITA





4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa

QUADRO 16
EVOLUÇÃO DA DESPESA

Un. (Euros)

DESIGNAÇÃO	2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Valor	%										
DESPESAS CORRENTES												
Pessoal	3.835.214,19	16,46	3.614.310,24	15,62	4.074.610,39	21,15	4.426.865,24	22,67	4.834.419,61	23,13	5.409.606,51	22,62
Bens duradouros	14.531,19	0,06		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Bens não duradouros	427.487,38	1,84	477.861,76	2,07	488.490,28	2,54	547.427,33	2,80	578.130,48	2,77	635.854,04	2,66
Aquisição de serviços	3.220.994,67	13,83	2.015.005,30	8,71	2.302.456,56	11,95	1.894.367,62	9,70	2.040.371,18	9,76	2.768.802,31	11,58
Encargos financeiros	182.554,49	0,78	280.401,59	1,21	232.302,10	1,21	234.392,08	1,20	273.549,08	1,31	415.199,98	1,74
Transferências correntes:												
Para as Freguesias	112.654,54	0,48	69.716,34	0,30	84.348,67	0,44	112.971,11	0,58	99.424,48	0,48	156.631,18	0,65
Outras	997.836,21	4,28	1.079.977,73	4,67	975.141,11	5,06	1.020.407,49	5,23	1.043.627,55	4,99	1.351.825,00	5,65
Subsídios	60.379,04	0,26	121.586,35	0,53	189.750,00	0,99	241.450,00	1,24	261.852,00	1,25	292.511,40	1,22
Outras despesas correntes	81.731,14	0,35	94.477,09	0,41	216.466,59	1,12	258.835,81	1,33	262.700,48	1,26	239.380,29	1,00
Total da despesa Corrente	8.933.382,85	38,35	7.753.336,40	33,52	8.563.565,70	44,46	8.736.716,68	44,75	9.394.074,86	44,95	11.269.810,71	47,13
DESPESAS DE CAPITAL												
Investimentos:												
Terrenos e recursos naturais	402.864,90	1,73	654.463,98	2,83	154.591,53	0,80	222.935,78	1,14	329.851,31	1,58	395.200,83	1,65
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros edifícios	1.654.596,45	7,10	2.542.340,76	10,99	1.436.276,61	7,46	1.214.283,69	6,22	1.699.990,87	8,13	2.080.826,77	8,70
Construções diversas	9.508.869,00	40,82	7.789.709,51	33,68	5.941.280,09	30,85	4.209.490,13	21,56	4.673.159,93	22,36	5.003.604,08	20,92
Material de transporte	6.852,90	0,03	31.188,92	0,13	14.514,47	0,08	2.363,46	0,01	37.350,16	0,18	1.147,88	0,00
Maquinaria e equipamento	477.496,13	2,05	296.552,40	1,28	472.485,78	2,45	270.770,46	1,39	226.872,67	1,09	437.399,07	1,83
Outros	96.226,91	0,41	59.891,95	0,26	208.236,92	1,08	429.457,43	2,20	33.414,15	0,16	7.992,35	0,03
Locação Financeira			292.960,17	1,27	321.885,05	1,67	321.823,96	1,65	233.003,47	1,11	556.617,03	2,33
Transferências de capital:												
Para as Freguesias	499.099,65	2,14	548.025,29	2,37	621.986,97	3,23	665.232,81	3,41	575.561,54	2,75	552.738,76	2,31
Outras	524.510,57	2,25	2.396.813,06	10,36	688.169,38	3,57	1.180.806,45	6,05	1.244.533,76	5,95	1.557.451,72	6,51
Activos Financeiros:												
Concessão de empréstimos		0,00		0,00								
Outros	15.000,00	0,06	0,00	0,00	0,00		0,00		66.582,00	0,32	133.164,00	0,56
Passivos financeiros:												
Amortização de empréstimos	1.164.536,06	5,00	766.481,24	3,31	838.045,07	4,35	2.271.094,72	11,61	2.377.535,82	11,38	1.837.440,35	7,68
Outros		0,00		0,00								
Outras despesas de capital	12.406,86	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.888,22	0,04	80.010,00	0,33
Total da despesa de Capital	14.362.459,43	61,65	15.378.427,28	66,48	10.697.471,87	55,54	10.788.258,89	55,25	11.506.743,90	55,05	12.643.592,84	52,87
TOTAL DA DESPESA	23.295.842,28	100,00	23.131.763,68	100,00	19.261.037,57	100,00	19.524.975,57	100,00	20.900.818,76	100,00	23.913.403,55	100,00



QUADRO 17

VARIAÇÃO DA DESPESA AO LONGO DOS ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2002	2003	2004		2005		2006		2007		
	Valor	Valor	△	Valor	△	Valor	△	Valor	△	Valor	△
DESPESAS CORRENTES											
Pessoal	3.835.214,19	3.614.310,24	-5,8	4.074.610,39	12,7	4.426.865,24	8,6	4.834.419,61	9,2	5.409.606,51	11,9
Bens duradouros	14.531,19										
Bens não duradouros	427.487,38	477.861,76	11,8	488.490,28	2,2	547.427,33	12,1	578.130,48	5,6	635.854,04	10,0
Aquisição de serviços	3.220.994,67	2.015.005,30	-37,4	2.302.456,56	14,3	1.894.367,62	-17,7	2.040.371,18	7,7	2.768.802,31	35,7
Encargos financeiros	182.554,49	280.401,59	53,6	232.302,10	-17,2	234.392,08	0,9	273.549,08	16,7	415.199,98	51,8
<i>Transferências correntes:</i>											
Para as Freguesias	112.654,54	69.716,34	-38,1	84.348,67	21,0	112.971,11	33,9	99.424,48	-12,0	156.631,18	57,5
Outras	997.836,21	1.079.977,73	8,2	975.141,11	-9,7	1.020.407,49	4,6	1.043.627,55	2,3	1.351.825,00	29,5
Subsídios	60.379,04	121.586,35	101,4	189.750,00	56,1	241.450,00	27,2	261.852,00	8,4	292.511,40	11,7
Outras despesas correntes	81.731,14	94.477,09	15,6	216.466,59	129,1	258.835,81	19,6	262.700,48	1,5	239.380,29	-8,9
Total da despesa Corrente	8.933.382,85	7.753.336,40	-13,2	8.563.565,70	10,5	8.736.716,68	2,0	9.394.074,86	7,5	11.269.810,71	20,0
DESPESAS DE CAPITAL											
<i>Investimentos:</i>											
Terrenos e recursos naturais	402.864,90	654.463,98	62,5	154.591,53	-76,4	222.935,78	44,2	329.851,31	48,0	395.200,83	19,8
Habituação	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
Outros edifícios	1.654.596,45	2.542.340,76	53,7	1.436.276,61	-43,5	1.214.283,69	-15,5	1.699.990,87	40,0	2.080.826,77	22,4
Construções diversas	9.508.869,00	7.789.709,51	-18,1	5.941.280,09	-23,7	4.209.490,13	-29,1	4.673.159,93	11,0	5.003.604,08	7,1
Material de transporte	6.852,90	31.188,92	355,1	14.514,47	-53,5	2.363,46	-83,7	37.350,16	1480,3	1.147,88	-96,9
Maquinaria e equipamento	477.496,13	296.552,40	-37,9	472.485,78	59,3	270.770,46	-42,7	226.872,67	-16,2	437.399,07	92,8
Outros	96.226,91	59.891,95	-37,8	208.236,92	247,7	429.457,43	106,2	33.414,15	-92,2	7.992,35	-76,1
Locação Financeira		292.960,17		321.885,05	9,9	321.823,96	0,0	233.003,47	-27,6	556.617,03	138,9
<i>Transferências de capital:</i>											
Para as Freguesias	499.099,65	548.025,29	9,8	621.986,97	13,5	665.232,81	7,0	575.561,54	-13,5	552.738,76	-4,0
Outras	524.510,57	2.396.813,06	357,0	688.169,38	-71,3	1.180.806,45	71,6	1.244.533,76	5,4	1.557.451,72	25,1
<i>Activos Financeiros:</i>											
Concessão de empréstimos											
Outros	15.000,00	0,00	-100,0	0,00		0,00		66.582,00		133.164,00	100,0
<i>Passivos financeiros:</i>											
Amortização de empréstimos											
Outros	1.164.536,06	766.481,24	-34,2	838.045,07	9,3	2.271.094,72	171,0	2.377.535,82	4,7	1.837.440,35	-22,7
Outras despesas de capital	12.406,86							8.888,22		80.010,00	800,2
Total da despesa de Capital	14.362.459,43	15.378.427,28	7,1	10.697.471,87	-30,4	10.788.258,89	0,8	11.506.743,90	6,7	12.643.592,84	9,9
TOTAL DA DESPESA	23.295.842,28	23.131.763,68	-0,7	19.261.037,57	-16,7	19.524.975,57	1,4	20.900.818,76	7,0	23.913.403,55	14,4

Directamente relacionadas com o volume global de receitas arrecadadas durante o ano de 2007, as despesas totais pagas durante o ano em apreço seguiram de muito perto os excelentes níveis de execução da receita, totalizando 23.913.403,55 euros. Na prática, efectuaram-se mais 3.012.584,79 euros em pagamentos do que no ano anterior, o que traduz uma variação positiva de 14,4%.

Os montantes totais aplicados em despesas correntes aproximaram-se, em termos percentuais, dos encargos anuais com as despesas de capital – 47,13% na despesa corrente contra os 52,87% no investimento. Daqui depreende-se que cerca de 50% das receitas arrecadadas durante o ano de 2007 foram canalizadas para fazer face às despesas de funcionamento, encargos financeiros e transferências correntes, tendo as restantes sido canalizadas para investimento. Este indicador é, em grande medida, reflexo da trajectória que o Governo, de forma paulatina, tem vindo a impor às Autarquias, designadamente a crescente transferência de competências, sem as devidas contrapartidas financeiras, o



que tem como consequência muito maiores constrangimentos na libertação de verbas para investimento. A avaliar pela intenção do Governo, em 2008 será transferida para a esfera dos municípios toda a gestão do pessoal e parque escolar do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, entre outros. O que virá a seguir? Ao ritmo que está a decorrer este processo, é de crer que num curto período de tempo as Autarquia não terão mais do que receitas para cobrir as despesas de funcionamento e manutenção.

Na avaliação da estrutura global da despesa é feita uma análise mais detalhada por tipologia de despesas, como sejam as de funcionamento – pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes –, transferências correntes e o investimento global. À semelhança do que tem acontecido nos relatórios de gestão apresentados em anos anteriores, foi reservado um capítulo específico para a análise do serviço da dívida.

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento evidenciam de forma clara o nível de actividade que as Autarquias desenvolvem em determinado período no âmbito das suas competências. Habitualmente designadas por despesas fixas, incluem-se neste subgrupo as despesas com pessoal, com a aquisição de bens e serviços e outras despesas residuais. Da análise ao quadro 16 verifica-se que estas, durante o ano de 2007, totalizaram 9.053.643,15 euros, sendo que as despesas com pessoal, porque têm aqui um peso importante, serão objecto de análise mais detalhada.

Quadro 18-A

Quadro com a Discriminação das Despesas com Pessoal

Discriminação de Tipo da Despesa	2006	2007	Peso	Variação	
	Valores Pagos	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	△
0101 Remunerações certas e permanentes :					
Titulares órgãos de soberania e memb. órgãos autárquicos	131.375,49	132.934,68	2,46	1.559,19	1,19
Pessoal dos Quadros - Regime de função Pública	2.275.598,43	2.374.001,40	43,88	98.402,97	4,32
Pessoal contratado a termo	164.705,41	150.855,09	2,79	-13.850,32	-8,41
Pessoal em regime de tarefa ou avença	519.332,07	659.603,86	12,19	140.271,79	27,01
Pessoal em qualquer outra situação	141.649,65	263.724,26	4,88	122.074,61	86,18
Representação	61.003,02	63.720,60	1,18	2.717,58	4,45
Subsídio de refeição	222.003,59	231.440,09	4,28	9.436,50	4,25
Subsídio Férias e de Natal	479.638,49	490.943,73	9,08	11.305,24	2,36
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	94.994,83	57.129,81	1,06	-37.865,02	-39,86
SUB-TOTAL:	4.090.300,98	4.424.353,52	81,79	334.052,54	8,17
0102 Abonos variáveis ou eventuais:					
Gratificações variáveis ou eventuais	0,00	0,00			
Horas extraordinárias	39.768,04	46.303,62	0,86	6.535,58	16,43
Ajudas de custo	50.641,71	59.487,97	1,10	8.846,26	17,47
Abono para falhas	2.702,48	2.697,60	0,05	-4,88	-0,18
Outros suplementos e prémios	16.489,55	34.754,41	0,64	18.264,86	110,77
SUB-TOTAL:	109.601,78	143.243,60	2,65	33.641,82	30,69
0103 Segurança Social :					
Encargos com a saúde	103.080,82	246.041,77	4,55	142.960,95	138,69
Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídio familiar a criança e jovens	38.389,77	36.890,07	0,68	-1.499,70	-3,91
Outras prestações familiares	3.533,56	2.264,36	0,04	-1.269,20	-35,92
Contribuições para a Segurança Social	440.397,74	510.532,35	9,44	70.134,61	15,93
Outras pensões	5.923,66	5.374,38	0,10	-549,28	-9,27
Seguros	43.191,30	40.906,46	0,76	-2.284,84	-5,29
SUB-TOTAL:	634.516,85	842.009,39	15,57	207.492,54	32,70
TOTAL DAS DESPESAS C/ PESSOAL	4.834.419,61	5.409.606,51	100,00	575.186,90	11,90
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	7.715.621,75	9.053.643,15		1.338.021,40	17,34
PESO DAS DESP. C/ PESSOAL NAS D. FUNCIONAMENTO	62,66	59,75			

Começamos este item com uma breve descrição das novas limitações impostas em anos sucessivos pelo Governo, no que concerne às despesas com pessoal. Estas, segundo os últimos Orçamentos de Estado, deverão manter-se ao mesmo nível dos montantes verificados no ano anterior, não revogando contudo os limites impostos por



outras disposições legais, concretamente, os limites impostos pelo Decreto-lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro.

Passando à análise dos quadros elaborados para o efeito importa tecer as seguintes considerações:

O quadro n.º 16 evidencia que o peso das despesas com pessoal na estrutura das despesas correntes pagas pelo Município se situou nos 48%. Contudo, quando observadas à luz do montante das despesas totais (correntes e de capital) pagas durante o ano de 2007, verifica-se que elas apenas representam 22,62 %.

Pode também constatar-se que este tipo de despesas subiu, em relação ao ano anterior, 575.186,90 euros, subida essa devidamente enquadrada e considerada devidamente fundamentada ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado. Demonstra-se de seguida, por tipologia de despesas, cada um dos montantes justificados:

- O aumento resultante da actualização de vencimentos dos funcionários do quadro totalizou 54.150,88 euros;

- O aumento resultante da delegação de competências da Administração Central, ao qual se associa o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB, fez o montante de 140.271,79 euros;

- Todos os aumentos resultantes de diversas disposições legais, tais como: os constantes da Portaria n.º 88 - A/2007, que fixou para o ano de 2007 os valores de referência para o subsídio de refeição, ajudas de custo, subsídio de transporte e outros; a Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, que alterou a taxa de contribuição a favor da Caixa Geral de Aposentações aumentando-a em mais 2%; a Portaria n.º 132/2006, de 16 de Fevereiro, que fixou os abonos de família, bonificações por deficiência, subsídio de assistência a terceira pessoa, bem como outras despesas com encargos de saúde dos funcionários a pagar à ADSE; a portaria n.º 268/97, de 18 de Abril, e a portaria n.º 229/2006, de 10 de Março, que regula toda a matéria relacionada com estágios profissionais; o Decreto-lei n.º 94/2006, de 29 Maio, referente a programa PEPAL e por fim a Lei n.º 2/2004 com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que define o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local, não esquecendo também os encargos relativos às respectivas promoções, progressões e reclassificações profissionais. Todas estas disposições legais correspondem a um aumento das despesas com pessoal no total de 340.138,54 euros.

O único aumento verificado que não tem enquadramento nas referidas disposições legais, na ordem de 44 mil euros, é totalmente negligenciável. Este montante refere-se à contratação de recursos humanos necessários à implementação de projectos atinentes às atribuições autárquicas e para assegurar o adequado funcionamento de novas infra-estruturas municipais.

Para concluir, deve ter-se em consideração o disposto no Decreto-lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro. Estes dois diplomas estipulam que as despesas efectuadas com pessoal do quadro não podem ser superiores a 60% das receitas correntes do ano anterior, enquanto as despesas com pessoal em qualquer outra situação (não pertencente ao quadro) não podem ser superiores a 25% do limite dos encargos do exercício antecedente.

Posto isto, convém também referir que, segundo entendimento do SATAPOCAL – subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL –, as únicas despesas que relevam para o apuramento dos referidos limites são as pagas pelo sub-agrupamento 01.01 (“remunerações certas e permanentes”), devendo ignorar-se as pagas pelos sub-agrupamentos



01.02 (“abonos variáveis ou eventuais”) e 01.03 (“segurança social”). Não deverão também ser tidas em consideração as remunerações pagas aos titulares dos órgãos autárquicos. Com base nesta interpretação, apresenta-se, de seguida, o quadro n.º 18, que demonstra, nos termos da lei, a situação da Autarquia face aos limites impostos.

QUADRO 18
DESPESAS COM PESSOAL

Un: (Euros)

Designação	Valor das Despesas
Pessoal do Quadro	3.108.868,10
Total Pessoal do Quadro	3.108.868,10
Total Receitas Correntes Ano anterior - 2006	12.679.658,88
60% das Receitas Correntes	7.607.795,33
% Utilizada do Limite Imposto	40,86%
% Utilizada das Receitas Correntes	24,52%
Pessoal Contratado a Termo	197.941,47
Pessoal em Regime Tarefa ou Avença	659.603,86
Pessoal em Qualquer outra situação	200.846,36
Estágios Profissionais IEFP	45.353,62
Estágios Profissionais PEPAL	52.536,64
Total Pessoal em qualquer Situação	1.156.281,95
Total Receitas Correntes Ano anterior - 2006	12.679.658,88
25% dos 60% das Receitas Correntes	1.901.948,83
% Utilizada do Limite Imposto	60,79%
% Utilizada das Receitas Correntes	9,12%

Da leitura do quadro n.º 18 infere-se que o Município está longe de atingir os limites impostos por lei ao nível dos encargos com recursos humanos: as despesas com pessoal do quadro atingiram apenas 40,86% do permitido por lei; no que diz respeito ao pessoal em qualquer situação que não a anterior, foram utilizados 60,79% da capacidade admitida, mas aqui assume um peso muito significativo as avenças celebradas com os professores contratados no âmbito do Programa de Generalização do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular para alunos do 1.º CEB.

Voltando a centrar a análise nas despesas de funcionamento, deve ser feita ainda uma breve avaliação das rubricas de aquisição de bens e serviços, reportando novamente aos quadros n.º 16 e n.º 17. Daí se conclui que as respectivas despesas aumentaram 786.154,69 euros em relação ao ano anterior, uma subida de 30 pontos em termos percentuais. No entanto, na comparação destes valores com os do quadro n.º 19, verifica-se que as despesas realizadas com estas rubricas, ou seja, a despesa facturada, só subiram 550.775,44 euros em termos absolutos. Este dado demonstra que o aumento verificado, quando comparado com as despesas pagas, tem a ver com o facto de se terem efectuado mais pagamentos em 2007 do que em 2006.

Partindo destes dois indicadores, é importante referir que, em 2007, o Município teve de fazer face a novos encargos relacionados com:

- Despesas com aquisição de bens e serviços decorrentes da gestão diária do novo Complexo Desportivo da Tocha, num montante aproximado de 150 mil euros;
- Aumento do número de escolas abrangidas pelo concurso público para o fornecimento de refeições directamente adjudicado pelo Município, o qual, no ano lectivo de 2006/2007, incluiu cerca de 50% do parque escolar Municipal. Os encargos suplementares desta decisão reflectiram-se numa subida dos encargos em mais de 168 mil euros;
- Os efeitos da subida do índice geral de preços, nomeadamente com combustíveis, electricidade, comunicações, iluminação pública (considerar neste item também o aumento de encargos por força da ampliação e beneficiação da rede eléctrica) e transportes escolares, que aumentaram em relação a 2006 cerca de 215 mil euros;
- Os restantes aumentos, de carácter residual e dificilmente quantificáveis por tipologia de despesa, encontram justificação nas despesas efectuadas para assegurar o normal e regular funcionamento de todos os serviços da Autarquia. A título de exemplo apontam-se as actividades de carácter cultural, social e desportivo, cuja dinâmica depende das verbas disponibilizadas para a sua concretização.

Por último, propõe-se uma breve abordagem à forma como se comportaram as despesas de capital durante o ano de 2007. Da análise efectuada aos mesmos quadros, resulta que o Município reservou 52,87 % das suas receitas para a formação do capital fixo, tendo conseguido executar mais 10% do que no ano anterior, o que contraria a quebra significativa verificada em 2004. Certo é que, paulatinamente, ano após ano, o Município tem vindo a recuperar os níveis de execução verificados em 2002 e 2003 e espera-se que o novo QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional venha a muito em breve trecho contribuir para a sua recuperação absoluta.

Uma análise mais pormenorizada permite ainda verificar que os valores dispendidos em infra-estruturas municipais constituem a rubrica com maior peso na estrutura global das despesas de investimento, ao totalizar 8.482.788,01 euros, uma subida de 17,3% em relação ao ano anterior. Seguem-se as despesas com transferência de verbas destinadas às freguesias e colectividades, no montante de 2.110.190,48 euros.

Por outro lado, 7,68% dos recursos financeiros foram canalizados para dar cumprimento a compromissos assumidos para com as instituições financeiras com quem o Município tem contratualizados diversos mútuos.

A análise dos quadros que se seguem implicam o domínio de alguns conceitos básicos para que se possa contextualizar a abordagem da execução anual da despesa. Estamos a falar, concretamente, dos vários níveis de execução da despesa. A segunda etapa apresentada no quadro n.º 19 corresponde à fase da **realização**, que em termos práticos significa que já foi ultrapassada a fase do **compromisso**. Esta última representa o momento em que o Município concretiza e assume, perante um agente externo, o pedido de realização ou execução de qualquer tipo de fornecimento ou serviço, consubstanciado, na maior parte das vezes, através da emissão de uma requisição ou da formalização de um contrato escrito celebrado entre as partes. Depois, a fase da **realização** diz respeito à recepção e movimento do respectivo documento de despesa, ou seja, a factura, seguindo-se, por fim, a fase do **pagamento**, quando as disponibilidades de tesouraria assim o permitem.



É possível fazer também uma análise segundo a natureza da despesa, consoante o seu destino seja para despesas correntes ou de capital (classificação económica), segundo a estrutura orgânica da organização, conseguindo-se desta forma apurar quais as unidades que mais contribuíram para a realização de despesa (classificação orgânica) e ainda através da associação das despesas ao carácter das necessidades, tais como sociais, económicas ou gerais (classificação funcional).

QUADRO 19
RESUMO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2006					2007				
	ORÇAMENTO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXECUÇÃO		ORÇAMENTO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO			REALIZADAS	PAGAS	CORRIGIDO			REALIZADAS	PAGAS
	A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A
DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS COM PESSOAL	5.114.694,00	5.061.140,86	4.834.419,61	98,95	94,52	5.564.966,00	5.540.169,71	5.409.606,51	99,55	97,21
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.549.606,12	3.176.362,25	2.618.501,66	89,48	73,77	4.129.252,00	3.727.137,69	3.404.656,35	90,26	82,45
ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	361.065,00	319.490,30	273.549,08	88,49	75,76	592.167,00	580.736,92	415.199,98	98,07	70,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.332.642,00	1.271.304,12	1.143.052,03	95,40	85,77	1.540.477,00	1.523.890,16	1.508.456,18	98,92	97,92
SUBSÍDIOS	269.642,00	269.574,00	261.852,00	99,97	97,11	311.389,00	311.387,40	292.511,40	100,00	93,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	299.722,00	262.808,64	262.700,48	87,68	87,65	241.251,00	240.221,48	239.380,29	99,57	99,22
TOTAL DESPESAS CORRENTES	10.927.371,12	10.360.680,17	9.394.074,86	94,81	85,97	12.379.502,00	11.923.543,36	11.269.810,71	96,32	91,04
DESPESAS DE CAPITAL										
AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	17.089.913,00	11.339.094,92	7.233.642,56	66,35	42,33	21.687.128,00	9.829.896,39	8.482.788,01	45,33	39,11
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.382.148,00	1.905.088,80	1.820.095,30	79,97	76,41	2.861.303,46	2.120.590,48	2.110.190,48	74,11	73,75
ACTIVOS FINANCEIROS	133.364,00	66.582,00	66.582,00	49,93	49,93	133.265,00	133.164,00	133.164,00	99,92	99,92
PASSIVOS FINANCEIROS	2.377.544,00	2.377.535,82	2.377.535,82	100,00	100,00	1.885.050,00	1.837.440,35	1.837.440,35	97,47	97,47
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	8.941,00	8.888,22	8.888,22	99,41	99,41	288.952,00	80.010,00	80.010,00	27,69	27,69
TOTAL DESPESAS CAPITAL	21.991.910,00	15.697.189,76	11.506.743,90	71,38	52,32	26.855.698,46	14.001.101,22	12.643.592,84	52,13	47,08
TOTAL GERAL	32.919.281,12	26.057.869,93	20.900.818,76	79,16	63,49	39.235.200,46	25.924.644,58	23.913.403,55	66,07	60,95

Da leitura aos valores sistematizados no quadro n.º 19, que reflectem os níveis de execução das despesas nas suas diferentes fases, a taxa de execução de despesa paga registada em 2007 foi de 60,95%, contra cerca de 64% no ano anterior, uma aparente descida de 2,54% em relação aos níveis de execução obtidos em 2006. Contudo, estas taxas de execução, recorde-se, variam na razão directa do orçamento corrigido, pelo que a diferença de 6.315.919,34 euros entre o orçamento corrigido de 2006 e o de 2007 justifica o valor residual daquela descida. Perante este cenário, não é despropositado afirmar que se o orçamento municipal de 2007 tivesse os mesmos valores que os de 2006, ter-se-ia obtido uma taxa de execução na ordem dos 73%.

Quanto à taxa de execução das despesas totais realizadas, ela situou-se nos 66%. Conforme já anteriormente foi explicado, os níveis de execução das despesas de capital não registaram a performance conseguida em 2006. Mas há um dado, aliás já antes enunciado, que justifica plenamente o aumento verificado entre os dois orçamentos corrigidos. É que, considerando o facto de ter estado previsto para 2007 o início de um novo ciclo de candidaturas ao novo quadro comunitário de apoio e tendo em conta as incertezas e as expectativas criadas em torno do QREN 2007/2013, o executivo camarário não podia correr o risco de vir a ser confrontado com a impossibilidade de recorrer aos fundos comunitários por não terem sido criadas determinadas rubricas. Daí o ter optado por inscrever no orçamento de 2007 todas as áreas de investimento passíveis de ser candidatas ainda nesse ano. Acontece que, como o novo Quadros de Referência Estratégico Nacional demorou bastante a arrancar, acabaram por se revelar infrutíferos os



montantes previsionais estimados relativamente a muitos dos investimentos equacionados na perspectiva de que viriam a ter participação comunitária, o que naturalmente veio a ter impacto nas taxas de execução.

Continuando a analisar o exercício de 2007, verifica-se que os desvios apurados na despesa de capital não se concretizaram ao nível das despesas correntes, tendo-se registado até uma taxa de execução nunca antes alcançada, facto demonstrativo do grande rigor com que os documentos previsionais foram elaborados. A este propósito é de sublinhar que a taxa de execução das despesas realizadas ou facturadas se situou nos 96,32%, dos quais se conseguiram pagar 91,04%.

Aqui chegados faz sentido referir que os níveis de despesa paga em determinado exercício económico devem ser avaliados, mas o enquadramento da execução orçamental no contexto actual de integração de vários sub-sistemas contabilísticos é também muito útil, uma vez que a perspectiva baseada nos níveis de realização de despesa também reflecte a saúde financeira dos Municípios. É que o cálculo da diferença entre os valores da despesa realizada com os da despesa paga dá noção exacta da situação da dívida de curto prazo, indicador a que normalmente se atribui grande importância. Em 2007, no caso do Município de Cantanhede, esta dívida, conforme indica o quadro n.º 20, situou-se em 2.011.241,03 euros, valor que não pode deixar de ser motivo de regozijo e que será oportunamente abordado no presente relatório.

QUADRO 20

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DIFERENTES FASES DA DESPESA

Un: (Euros)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	COMPROMETIDO	FACTURADO	PAGO	REALIZADO E	COMPROMETIDO
		CORRIGIDO				NÃO PAGO	POR REALIZAR
		1	2	3	4	5=3-4	6=2-3
DESPESAS CORRENTES							
01	DESPESAS COM PESSOAL	5.564.966,00	5.546.599,16	5.540.169,71	5.409.606,51	130.563,20	6.429,45
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.129.252,00	4.122.447,63	3.727.137,69	3.404.656,35	322.481,34	395.309,94
03	ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	592.167,00	592.132,66	580.736,92	415.199,98	165.536,94	11.395,74
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.540.477,00	1.540.436,26	1.523.890,16	1.508.456,18	15.433,98	16.546,10
05	SUBSÍDIOS	311.389,00	311.387,40	311.387,40	292.511,40	18.876,00	0,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	241.251,00	241.146,48	240.221,48	239.380,29	841,19	925,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES		12.379.502,00	12.354.149,59	11.923.543,36	11.269.810,71	653.732,65	430.606,23
DESPESAS DE CAPITAL							
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	21.687.128,00	14.280.626,52	9.829.896,39	8.482.788,01	1.347.108,38	4.450.730,13
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.861.303,46	2.271.248,52	2.120.590,48	2.110.190,48	10.400,00	150.658,04
09	ACTIVOS FINANCEIROS	133.265,00	133.164,00	133.164,00	133.164,00	0,00	0,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.885.050,00	1.837.440,35	1.837.440,35	1.837.440,35	0,00	0,00
11	OUTRAS DESPESAS CAPITAL	288.952,00	170.257,00	80.010,00	80.010,00	0,00	90.247,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		26.855.698,46	18.692.736,39	14.001.101,22	12.643.592,84	1.357.508,38	4.691.635,17
TOTAL GERAL 2007		39.235.200,46	31.046.885,98	25.924.644,58	23.913.403,55	2.011.241,03	5.122.241,40
TOTAL GERAL 2006		32.919.281,12	29.821.735,66	26.057.869,93	20.900.818,76	5.157.051,17	3.763.865,73
TOTAL GERAL 2005		33.846.992,00	30.304.433,76	24.729.449,82	19.524.975,57	5.204.474,25	5.574.983,94
TOTAL GERAL 2004		31.569.374,10	26.339.683,75	22.191.607,79	19.261.037,57	2.930.570,22	4.148.075,96



As diferentes fases de execução da despesa surgem reflectidas no quadro acima apresentado. Nele se pode avaliar, através da diferença obtida entre os valores facturados e os valores pagos, que o montante global de facturação que não foi possível pagar durante o ano de 2007 totalizou 2.076.901,03 euros. Este valor representa assim, à luz dos diversos normativos de execução orçamental, a dívida de curto prazo do Município. E é iniludível que se trata de um excelente indicador, se o compararmos com os valores obtidos em 2005 e 2006. Para se perceber um pouco do seu alcance, basta referir que a dívida de curto prazo de 2007, em relação ao ano anterior, reduziu 3.080.150,14 euros. O quadro 20 também menciona os montantes comprometidos pelo Município e que à data desta prestação de contas não se encontravam ainda realizados (facturados), os quais perfazem 5.122.241,40 euros. Este montante traduz, em termos financeiros, o montante global de todas as despesas contratualizadas ou concedidas a entidades externas à Autarquia, não tendo estas, à data de 31 de Dezembro, executado ou fornecido os trabalhos e bens respectivos.

O somatório dos compromissos assumidos por realizar e o valor bruto dos realizados à data de 31 de Dezembro e não pagos, no total de 7.199.142,43 euros, representam o montante automaticamente comprometido no orçamento aprovado para vigorar durante o ano de 2008. Também neste caso se verifica uma diminuição significativa relativamente ao valor obtido no ano anterior, traduzida numa descida global de 1.721.774,47 euros. E a conclusão que se pode extrair daqui é que o executivo camarário teve a preocupação de adequar os níveis de endividamento da Autarquia às suas possibilidades, ou seja, aos níveis de arrecadação de receitas espectáveis para o exercício económico.

O destino dado a algumas receitas amealhadas durante o exercício de 2007 surge demonstrado nos quadros que se seguem. O próximo evidencia os montantes das transferências efectuadas, tendo em consideração a natureza das instituições e o carácter da aplicação (corrente ou de capital) dos subsídios concedidos.

Considerando o estatuto da INOVA – EM e a importância da sua actividade em diferentes áreas de intervenção do Município, foi dado algum ênfase às transferências efectuadas para a empresa municipal, as quais estão apresentadas no quadro n.º 22.

QUADRO 21
Estruturas das Transferências Concedidas

Un. (Euros)

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	DESPEZA REALIZADA	%	DESPEZA PAGA	%	DÍVIDA TRANSITADA	%
Transferências Correntes						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	57.367,77	1,57%	57.367,77	1,59%	0,00	0,00%
Administração Central	74.894,01	2,05%	74.894,01	2,07%	0,00	0,00%
Administração Local	156.631,18	4,30%	156.631,18	4,33%	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	1.184.240,84	32,49%	1.173.240,84	32,42%	11.000,00	42,58%
Famílias	50.756,36	1,39%	46.322,38	1,28%	4.433,98	17,16%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	1.523.890,16	41,81%	1.508.456,18	41,69%	15.433,98	59,74%
Transferências Capital						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	535.095,20	14,68%	535.095,20	14,79%	0,00	0,00%
Administração Central	750,00	0,02%	750,00	0,02%	0,00	0,00%
Administração Local	554.988,76	15,23%	552.738,76	15,27%	2.250,00	8,71%
Instituições sem Fins Lucrativos	1.029.756,52	28,26%	1.021.606,52	28,23%	8.150,00	31,55%
Famílias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	2.120.590,48	58,19%	2.110.190,48	58,31%	10.400,00	40,26%
TOTAL	3.644.480,64	100,00%	3.618.646,66	100,00%	25.833,98	100,00%



QUADRO 22

Transferências Efectuadas para a Empresa Municipal

Un: (Euros)

Classificação	Designação	Valor
0103 04070109	Expofacil 2007 - Festas do Concelho	80.229,70
0103 0501010101	Contrato Programa p/despesas de conservação e manutenção	135.000,00
0103 0501010101	Cont-Prog. P/ Higiene, Desinfecção e Limpeza das Instalações e Equipamentos das Piscinas Municipias e dos Espaços Envolventes	126.564,00
0103 0501010101	Contrato-Programa para colocação de módulos de WC e Duches no areal da Tocha	30.947,40
0504 04010101	Trsf. Emp. Mun. Para Festival de DixieLand	54.867,77
0103 0801010101	Contrato-Programa para realização de Investimentos	435.000,00
0103 0801010101	Contrato-Programa para Levantamento de Tampas de Saneamento	37.095,20
0103 0801010101	Contrato-Programa para Trabalhos de Limpeza e Confinação de Terre	63.000,00
TOTAL		962.704,07

À semelhança do que foi feito aquando da apresentação da execução orçamental da receita, apresentam-se no quadro n.º 23, numa perspectiva mensal, os níveis de execução da despesa atingidos, os quais variam, como não podia deixar de ser, na razão directa das disponibilidades de tesouraria existentes em cada um dos meses do ano de 2007.

QUADRO 23

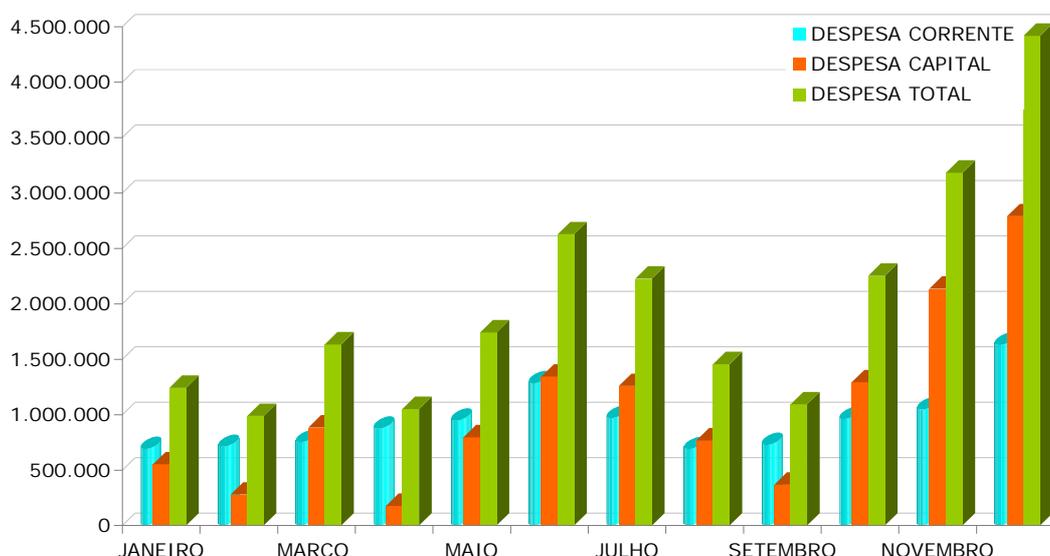
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA DESPESA

Un: (Euros)

ANO 2007	DESPESA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	DESPESA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	DESPESA TOTAL	VALOR ACUMULADO
JANEIRO	689.753,04	689.753,04	552.355,38	552.355,38	1.242.108,42	1.242.108,42
FEVEREIRO	709.191,95	1.398.944,99	278.486,46	830.841,84	987.678,41	2.229.786,83
MARÇO	750.555,66	2.149.500,65	882.793,97	1.713.635,81	1.633.349,63	3.863.136,46
ABRIL	874.078,57	3.023.579,22	177.670,48	1.891.306,29	1.051.749,05	4.914.885,51
MAIO	944.980,33	3.968.559,55	796.576,04	2.687.882,33	1.741.556,37	6.656.441,88
JUNHO	1.283.973,50	5.252.533,05	1.343.585,21	4.031.467,54	2.627.558,71	9.284.000,59
JULHO	967.450,97	6.219.984,02	1.258.415,93	5.289.883,47	2.225.866,90	11.509.867,49
AGOSTO	688.800,20	6.908.784,22	767.978,77	6.057.862,24	1.456.778,97	12.966.646,46
SETEMBRO	726.390,70	7.635.174,92	367.391,84	6.425.254,08	1.093.782,54	14.060.429,00
OUTUBRO	959.201,14	8.594.376,06	1.292.384,87	7.717.638,95	2.251.586,01	16.312.015,01
NOVEMBRO	1.046.723,38	9.641.099,44	2.135.780,30	9.853.419,25	3.182.503,68	19.494.518,69
DEZEMBRO	1.628.711,27	11.269.810,71	2.790.173,59	12.643.592,84	4.418.884,86	23.913.403,55
	11.269.810,71		12.643.592,84		23.913.403,55	



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DESPESA



O modo como foram repartidos os recursos financeiros da Autarquia, tendo em consideração a estrutura orgânica do Município e as diversas fases de realização da despesa, aparece reflectido nos quadros n.º 24 e n.º 25: o primeiro leva em linha de conta apenas a despesa corrente; o segundo reflecte o mesmo tipo de análise numa perspectiva global, considerando todas as despesas, as correntes e as de capital.

As despesas correntes a que se reporta o quadro n.º 24 são as de funcionamento (pessoal, aquisição de bens e serviços e as outras correntes de carácter residual), as transferências e subsídios correntes concedidos e o serviço da dívida exclusivamente em encargos financeiros (juros). Daqui se conclui que as estruturas orgânicas que mais contribuíram para a realização/pagamento de despesas correntes foram, por ordem decrescente de valor, a Divisão de Educação e Acção Social, os Órgãos da Autarquia, a Divisão de Desporto e Tempos Livres, a Divisão de Cultura e a Divisão de Apoio e Manutenção. É de salientar ainda que se tratam das mesmas estruturas orgânicas referidas no ano anterior, tendo-se registado apenas alteração na sua ordem de grandeza.

O maior destaque dado a estas divisões tem a ver com o facto de constituírem centros de custos que, em grande medida, realizam todo o tipo de serviços à comunidade, além de se reflectirem em termos orçamentais apenas ao nível da despesa corrente. Por exemplo, quando é organizado um evento, todos os pagamentos inerentes têm a sua contrapartida no orçamento da despesa corrente. O mesmo já não se verifica nas divisões de apoio administrativo, cujo peso na despesa é muito menor, porque, no essencial, diz respeito aos encargos com pessoal.



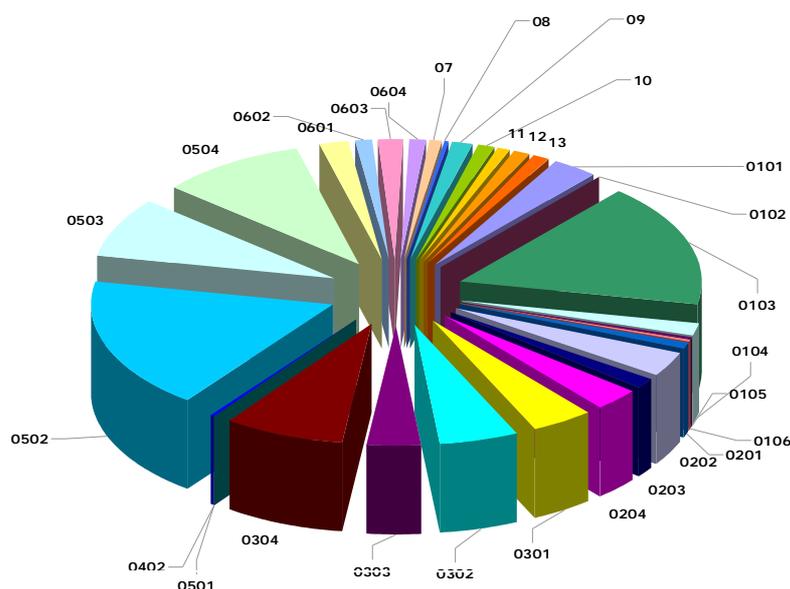
QUADRO 24

DESPESA CORRENTE POR ORGÂNICA

Un. (Euros)

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	REALIZADO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
0101	Operações Financeiras	290.852,00	349.321,00	349.319,07	349.319,07	349.319,07	3,10
0102	Classes Inactivas	5.276,00	2.029,00	2.027,09	2.027,09	2.027,09	0,02
0103	Orgãos da Autarquia	2.012.790,00	2.039.654,00	2.039.220,03	2.017.776,06	1.875.746,42	16,64
0104	Serviços Apoio à Presidência	212.554,00	197.746,00	197.714,98	186.286,65	185.648,85	1,65
0105	Assembleia Municipal	25.829,00	23.544,00	23.536,70	23.536,70	21.117,63	0,19
0106	Gab. de Sanidade e Pecuária	47.482,00	48.824,00	48.786,69	48.268,57	47.325,02	0,42
0201	Departamento Administrativo e Financeirc	96.047,00	96.688,00	96.662,87	82.536,49	82.492,72	0,73
0202	Divisão Financeira	408.496,00	398.776,00	398.742,54	396.682,25	394.251,35	3,50
0203	Div. Aprov. Gestão de Stocks	174.338,00	147.881,00	147.851,25	146.958,41	145.601,28	1,29
0204	Div. Adm. e de Rec. Humanos	348.108,00	355.378,00	355.267,68	351.848,54	349.645,67	3,10
0301	Departamento de Obras Municipais	541.202,00	523.381,00	523.316,41	470.725,99	465.082,76	4,13
0302	Divisão de Vias	612.433,00	607.851,00	607.819,99	604.301,10	590.093,26	5,24
0303	Div. Equipamentos Colectivos	465.855,00	490.311,00	490.273,84	469.142,02	404.447,10	3,59
0304	Div. de Apoio e Manutenção	786.010,00	945.512,00	945.425,18	916.548,87	907.900,34	8,06
0402	Águas e Saneamento	2.670,00	2.669,00	2.668,12	2.668,12	0,00	0,00
0501	Departamento Desenv. Económico e Social	27.803,00	27.766,00	27.732,89	25.553,71	25.553,71	0,23
0502	Div. Educaç. e Acção Social	2.020.066,00	2.333.256,00	2.312.499,94	2.191.138,06	2.019.046,76	17,92
0503	Divisão de Cultura	1.083.419,00	997.153,00	997.008,01	952.247,41	915.477,42	8,12
0504	Div. Desporto e Tempos Liv.	1.337.542,00	1.241.385,00	1.241.286,29	1.170.694,82	1.085.291,97	9,63
0601	Departamento de Urbanismo	234.232,00	234.490,00	234.459,15	231.001,46	228.327,26	2,03
0602	Div. de Gestão Urbanística	122.534,00	123.950,00	123.922,69	123.702,69	123.628,04	1,10
0603	Div. Ordenamento Território	215.227,00	186.331,00	186.298,51	185.758,52	186.374,45	1,49
0604	Div. Informação Geográfica	126.819,00	142.513,00	142.478,24	142.029,31	141.937,48	1,26
07	Divisão Jurídica	98.599,00	96.562,00	96.533,43	95.231,28	94.347,26	0,84
08	Div. Planeamento e Coord.	54.072,00	112.884,00	112.851,67	112.851,67	29.562,91	0,26
09	Div. Estudos e Projectos	143.346,00	158.089,00	155.040,58	153.795,51	152.154,72	1,35
10	Divisão de Informática	137.501,00	118.400,00	118.373,88	113.157,25	109.379,04	0,97
11	Div. Fiscalização Municipal	85.685,00	93.616,00	93.582,80	93.411,78	93.080,13	0,83
12	Div. Comunic. e Relaç. Públic.	106.501,00	149.900,00	149.846,09	131.399,10	130.163,46	1,15
13	Div. Prot. Civil e Rec. Nat.	161.582,00	133.642,00	133.602,98	132.944,86	132.787,54	1,18
TOTAL		11.984.870,00	12.379.502,00	12.354.149,59	11.923.543,36	11.269.810,71	100,00

DESPESA PAGA POR ORGÂNICA

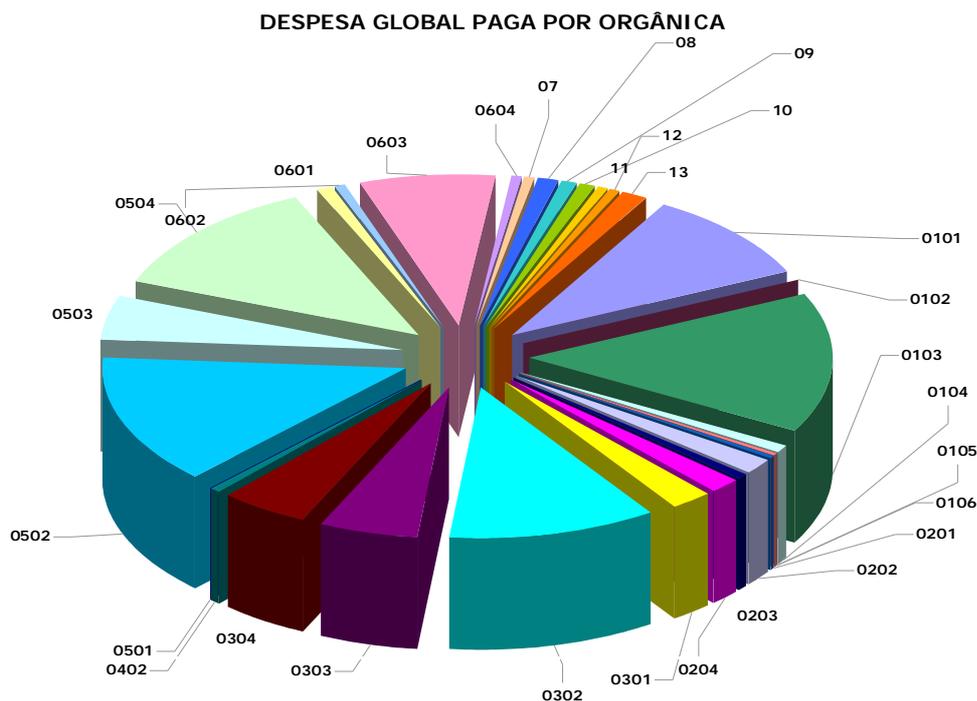




QUADRO 25
DESPESA GLOBAL POR ORGÂNICA

Un. (Euros)

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	REALIZADO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
0101	Operações Financeiras	1.434.582,00	2.367.636,00	2.319.923,42	2.319.923,42	2.319.923,42	9,70
0102	Classes Inactivas	5.276,00	2.029,00	2.027,09	2.027,09	2.027,09	0,01
0103	Órgãos da Autarquia	3.733.628,00	4.041.512,00	3.790.315,78	3.716.563,74	3.571.054,20	14,93
0104	Serviços Apoio à Presidência	220.058,00	205.388,00	199.064,08	187.052,99	186.415,19	0,78
0105	Assembleia Municipal	25.829,00	23.544,00	23.536,70	23.536,70	21.117,63	0,09
0106	Gab. de Sanidade e Pecuária	48.711,00	50.308,00	49.114,62	48.596,50	47.652,95	0,20
0201	Departamento Administrativo e Financeiro	96.391,00	97.032,00	96.735,30	82.608,92	82.565,15	0,35
0202	Divisão Financeira	410.442,00	401.564,00	400.730,73	398.670,44	396.212,31	1,66
0203	Div. Aprov. Gestão de Stocks	177.230,00	149.923,00	149.136,21	148.243,37	146.886,24	0,61
0204	Div. Adm. e de Rec. Humanos	368.128,00	387.681,00	387.168,17	383.749,03	381.546,16	1,60
0301	Departamento de Obras Municipais	674.656,00	660.326,00	639.763,34	584.831,67	579.188,44	2,42
0302	Divisão de Vias	6.959.605,00	8.176.024,00	5.375.163,50	2.994.632,44	2.608.179,28	10,91
0303	Div. Equipamentos Colectivos	2.047.262,00	2.281.725,00	1.660.789,63	1.429.477,32	1.281.255,54	5,36
0304	Div. de Apoio e Manutenção	1.520.622,00	1.389.563,00	1.195.372,56	1.115.366,73	1.105.184,89	4,62
0402	Águas e Saneamento	334.933,00	334.932,00	242.802,48	186.943,52	140.878,94	0,59
0501	Departamento Desenv. Económico e Social	27.803,00	27.766,00	27.732,89	25.553,71	25.553,71	0,11
0502	Div. Educaç. e Acção Social	3.968.255,00	4.774.743,00	4.148.430,38	3.691.322,63	3.338.817,32	13,96
0503	Divisão de Cultura	1.599.192,00	1.702.029,00	1.339.649,40	1.150.900,65	1.091.452,78	4,56
0504	Div. Desporto e Tempos Liv.	3.940.958,00	4.326.226,00	3.573.183,48	3.290.258,87	2.976.121,42	12,45
0601	Departamento de Urbanismo	248.904,00	249.162,00	236.183,50	232.725,81	230.051,61	0,96
0602	Div. de Gestão Urbanística	124.686,00	126.102,00	124.224,81	124.004,81	123.930,16	0,52
0603	Div. Ordenamento Território	3.532.590,00	4.598.302,00	3.030.614,50	2.040.685,66	1.720.839,87	7,20
0604	Div. Informação Geográfica	189.776,00	185.483,00	144.874,55	144.425,62	144.333,79	0,60
07	Divisão Jurídica	115.571,00	121.878,00	121.622,14	120.319,99	119.435,97	0,50
08	Div. Planeamento e Coorde.	920.824,00	1.211.510,46	608.228,20	401.678,26	299.055,39	1,25
09	Div. Estudos e Projectos	160.029,00	245.422,00	237.340,36	207.454,37	165.535,10	0,69
10	Divisão de Informática	280.139,00	272.426,00	244.693,77	239.317,72	235.539,51	0,98
11	Div. Fiscalização Municipal	85.889,00	95.328,00	95.138,61	94.967,59	94.635,94	0,40
12	Div. Comunic. e Relaç. Públic.	106.703,00	154.862,00	154.538,23	136.091,24	134.855,60	0,56
13	Div. Prot. Civil e Rec. Nat.	574.963,00	574.774,00	428.787,55	402.713,77	343.157,95	1,44
TOTAL		33.933.635,00	39.235.200,46	31.046.885,98	25.924.644,58	23.913.403,55	100,00





Passando a nossa análise para o quadro n.º 25, onde consta a distribuição de todas as despesas comprometidas, realizadas e pagas por centros de custos, verifica-se que as estruturas orgânicas da Autarquia que mais contribuíram para a realização de despesas foram, por ordem decrescente, os *Órgãos de Autarquia*, a *Divisão de Educação e Acção Social*, a *Divisão de Desporto e Tempos Livres* e a *Divisão de Vias*. À semelhança do que aconteceu com o quadro anterior, também aqui são as mesmas referidas em 2006.

Mais uma vez se alerta para o facto de o centro de custos designado por “Órgãos de Autarquia” aparecer no topo da distribuição da despesa corrente, o que se explica pela circunstância de ser aí que se classificam todas as despesas não enquadráveis nas demais estruturas existentes e onde se verificam alguns movimentos mais avultados, como sejam as transferências para colectividades e associações e os protocolos anuais celebrados com as Juntas de Freguesia. É ainda nos “Órgãos de Autarquia” que são classificados e movimentados todos os encargos com a saúde dos colaboradores da Autarquia, por não ser possível a sua repartição pelas várias estruturas orgânicas.

4.2 - Poupança

QUADRO 26

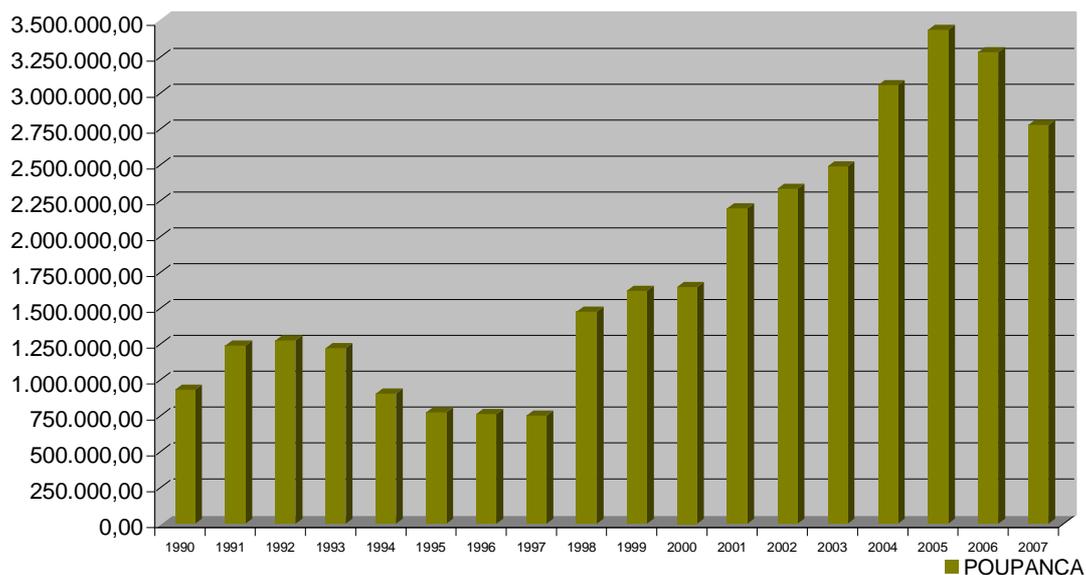
Evolução da Poupança da Câmara Municipal de Cantanhede de
1990 a 2007

Un: (Euros)

ANO	RECEITA CORRENTE	△	DESPEZA CORRENTE	△	POUPANÇA
1990	3.052.332,67	----	2.118.284,13	----	934.048,54
1991	3.713.357,88	21,66	2.471.657,88	16,68	1.241.700,00
1992	4.249.586,43	14,44	2.972.674,05	20,27	1.276.912,39
1993	4.485.050,00	5,54	3.261.839,13	9,73	1.223.210,87
1994	4.755.908,48	6,04	3.848.952,10	18,00	906.956,38
1995	5.302.799,45	11,50	4.526.904,95	17,61	775.894,50
1996	5.606.493,70	5,73	4.841.915,56	6,96	764.578,14
1997	6.009.901,63	7,20	5.256.646,95	8,57	753.254,68
1998	7.250.696,77	20,65	5.773.047,98	9,82	1.477.648,79
1999	8.075.591,63	11,38	6.452.568,04	11,77	1.623.023,59
2000	9.207.421,15	14,02	7.557.575,22	17,13	1.649.845,93
2001	11.157.386,80	21,18	8.958.948,25	18,54	2.198.438,55
2002	11.267.981,11	0,99	8.933.382,85	-0,29	2.334.598,26
2003	10.243.575,74	-9,09	7.753.336,40	-13,21	2.490.239,34
2004	11.621.165,20	13,45	8.563.565,70	10,45	3.057.599,50
2005	12.180.098,12	4,81	8.736.716,68	2,02	3.443.381,44
2006	12.679.658,88	4,10	9.394.074,86	7,52	3.285.584,02
2007	14.050.569,74	10,81	11.269.810,71	19,97	2.780.759,03



Evolução da Poupança



O nível de poupança alcançado em 2007, no montante de 2.780.759,03 euros, apesar de ter diminuído 504.824,99 euros em relação aos níveis atingidos em 2006, continua a ser muito expressivo e deve ser devidamente valorizado, até porque é por esta via que se quantifica o montante de receitas correntes arrecadadas e canalizadas para fazer face a despesas com investimentos. Assim, não obstante os encargos decorrentes de despesas de funcionamento serem cada vez mais significativos, consequência directa das crescentes transferências de competências e inerentes reflexos nos níveis de execução orçamental da despesa, o Município tem procurado, até ao limite das suas possibilidades, controlar essas despesas de forma a continuar a canalizar todos os excedentes para investimento em infra-estruturas municipais, aumentando assim o seu capital fixo.



QUADRO 27

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE AO LONGO DOS ÚLTIMOS DEZASSETE ANOS

Un.: (Euros)

ANO	DESPESAS CORRENTES	△	DESPESAS DE CAPITAL	△	DESPESA TOTAL	△
1990	2.118.284,13	----	2.965.280,53	----	5.083.564,66	----
1991	2.471.657,88	16,68	3.120.027,21	5,22	5.591.685,09	10,00
1992	2.972.674,05	20,27	5.507.259,67	76,51	8.479.933,71	51,65
1993	3.261.839,13	9,73	5.307.677,37	-3,62	8.569.516,50	1,06
1994	3.848.952,10	18,00	3.667.761,28	-30,90	7.516.713,38	-12,29
1995	4.526.904,96	17,61	5.981.838,25	63,09	10.508.743,21	39,81
1996	4.841.915,57	6,96	5.142.667,88	-14,03	9.984.583,45	-4,99
1997	5.256.646,95	8,57	7.038.414,76	36,86	12.295.061,71	23,14
1998	5.773.047,97	9,82	6.877.559,90	-2,29	12.650.607,88	2,89
1999	6.452.568,04	11,77	8.701.069,88	26,51	15.153.637,92	19,79
2000	7.557.575,22	17,13	11.440.033,90	31,48	18.997.609,12	25,37
2001	8.958.948,25	18,54	12.948.656,71	13,19	21.907.604,96	15,32
2002	8.933.382,85	-0,29	14.362.459,43	10,92	23.295.842,28	6,34
2003	7.753.336,40	-13,21	15.378.427,28	7,07	23.131.763,68	-0,70
2004	8.563.565,70	10,45	10.697.471,87	-30,44	19.261.037,57	-16,73
2005	8.736.716,68	2,02	10.788.258,89	0,85	19.524.975,57	1,37
2006	9.394.074,86	7,52	11.506.743,90	6,66	20.900.818,76	7,05
2007	11.269.810,71	19,97	12.643.592,84	9,88	23.913.403,55	14,41



4.3 – Evolução do Endividamento

QUADRO 28

un.: (Euros) FL. I

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO						
ANO FINANCEIRO DE 2007						
Dívidas a terceiros						
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2005	Dívida apurada em 31/12/2006	Diminuição da dívida anterior	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2007	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						
1 Empréstimos:						
Para Investimentos diversos, nomeadamente obras de abastecimento de água, saneamento e melhoramento da rede viária - Renegociação da dívida relativamente aos três empréstimos anteriores	569.965,50	192.539,99	192.539,99		0,00	
Para Investimentos diversos, conforme discriminação constante da cláusula 12.ª do contrato, do aditamento ao contrato celebrado em 6 de Outubro de 1998	446.105,26	0,00			0,00	
Para a recuperação de danos causados pelas intempéries 2000/2001 em infra-estruturas municipais, ao abrigo do DL n.º 378-C/2001, de 8 de Fevereiro	304.439,62	255.487,64	49.069,72		206.417,92	
P/ investimentos diversos de obras financiadas pelo III QCA	3.657.415,40	3.352.630,80	304.784,60		3.047.846,20	
Empréstimo bonificado para financiamento de projectos aprovados no âmbito do FEDER/III QCA - Medida 1.8 do PORCentro	1.874.103,74	1.607.117,88	266.985,86		1.340.132,02	O empréstimo contratado foi de 2.178.962,48,00, tendo sido apenas utilizada a quantia de 2.110.716,20
Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2003 tendo em vista investimentos relacionados com construções diversas e aquisição de terrenos para Z. Ind./Z. Com./P. Tecnológico/P. Desport.	939.162,00	880.464,38	117.395,24		763.069,14	
Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2004 tendo em vista investimentos relacionados com a rede viária e requalificações urbanas	1.026.558,00	1.026.558,00	32.079,94		994.478,06	
P/ o financiamento da obra: Manutenção e Ampliação da Rede de Saneamento- Drenagem de Águas Domésticas da Freguesia de Febres (Sanguinheira, Serradade e pequenos troços distribuídos pela freguesia) - III QCA	0,00	270.566,00			270.566,00	O empréstimo contratado foi de 271.870,00 tendo sido apenas utilizada a quantia de 270.566,00
P/ o financiamento das seguintes obras: Variante de Portunhos, - ER 335 - 1: Via Regional Cantanhede/Tocha e Arranjo Urbanístico e Paisagístico da Área envolvente à Lagoa do Montinho - III QCA	0,00	581.650,00		311.250,00	892.900,00	O empréstimo contratado foi de 1.734.930,00.
P/ investimentos diversos de obras	0,00	0,00		3.700.000,00	3.700.000,00	O empréstimo contratado foi de 7.500.000,00.
SOMA DE I	8.817.749,52	8.167.014,69	962.855,35	4.011.250,00	11.215.409,34	



QUADRO 29

Un.: (Euros) FL. II

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Divida apurada em 31/12/2005 (1)	Divida apurada em 31/12/2006 (2)	EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2007			Observações (6)
			Diminuição da dívida anterior (3)	Novos encargos (4)	Divida apurada em 31/12/2007 (5)	
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:						
1. Empréstimos:						
a) Para fazer face a dificuldades momentâneas de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SOMA II - 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Dívidas a empreiteiros:						
1 Empreiteiros c/c:	3.975.929,07	3.316.041,82			969.299,68	
SOMA II - 2	3.975.929,07	3.316.041,82	0,00	0,00	969.299,68	
3. Dívidas a fornecedores e credores:						
1 Fornecedores c/c	567.643,13	856.396,20			507.085,51	
2 Fornecedores por vendas a dinheiro	1.237,16	819,77			1.512,11	
3 Fornecedores de facturas em recepção e conferência	260.184,91	265.287,26			229.418,26	
4 Fornecedores de imobilizado	658.990,73	248.095,14			140.618,15	
5 Fornecedores de imobilizado por locação financeira		387.992,43			1.825.194,19	
6 Fornecedores Imob. facturas em recepção e conferência	372.838,25	127.890,57			305.660,58	
7 Pessoal	7.613,97	9.466,44			2.419,07	
8 Administração Autárquica	67.053,31	23.283,22			2.250,00	
9 Consultores, acessores e intermediários	1.384,00	900,00			0,00	
10 Outros credores	468.200,47					
10.1 Membros das mesas de voto		68,98			68,98	
10.2 Organismos públicos		214.326,85			125.411,46	
10.3 Proprietários de imóveis		1.220,40			1.220,40	
10.4 Fornecedores/empreiteiros de subsídios concedidos		288.284,84			284.488,99	
10.5 Outros credores diversos		532,12			135,68	
10.6 Credores de transferências das autarquias locais		197.615,39			42.391,00	
SOMA II - 3	2.405.145,93	2.622.179,61	0,00	0,00	3.467.874,38	
4. Dívidas a terceiros (Operações de Tesouraria):						
1 Clientes, Contribuintes e utentes com caucões	172.267,19	156.664,47			12.946,98	
2 Estado e outros entes publico	70.960,18	106.323,79			112.655,33	
3 Sindicatos	571,40	562,81			550,94	
4 Credores por depósitos de garantia	639.754,83	641.626,38			668.401,61	
5 Outros credores de operações de tesouraria	6.567,30	7.483,27			6.880,88	
SOMA II - 4	890.120,90	912.660,72	0,00	0,00	801.435,74	
5. Adiantamentos por conta de vendas						
1 Adiantamentos por conta de venda de bens de investim.	780.000,00	0,00			0,00	
SOMA II - 5	780.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SOMA DE II	8.051.195,90	6.850.882,15	0,00	0,00	5.238.609,80	
TOTAL GERAL	16.868.945,42	15.017.896,84	0,00	0,00	16.454.019,14	

Concluído o capítulo da execução orçamental, a análise centra-se agora na evolução do endividamento Municipal. Antes de mais, é importante realçar que os valores referentes aos níveis de endividamento obtidos neste exercício diferem consoante o tipo de documento de prestação de contas que esteja a ser analisado. Ou seja, a informação presente nos documentos de prestação de contas relativos aos níveis de execução orçamental difere dos valores apurados quando efectuada a análise com recurso aos documentos elaborados segundo a perspectiva patrimonial. Isto quer dizer que a dívida apurada com base na execução orçamental apenas diz respeito aos montantes de facturação emitida e não paga num determinado ano, reflectindo unicamente as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado, empreiteiros e subsídios atribuídos e não pagos a diversas associações, colectividades, organismos públicos e particulares. Em síntese, a dívida de curto prazo.

Ao invés, nos documentos patrimoniais, nomeadamente no balanço, a informação da dívida é muito mais abrangente, reflectindo todas as dívidas a terceiros, seja a de curto prazo (aquela que também aparece na execução orçamental) seja a de médio ou a de longo prazo.

Resumindo, para além das dívidas constantes na execução orçamental, o balanço reflecte outro tipo de dívidas, sintetizadas como se segue:

- Todas as cobranças efectuadas por conta de terceiros, habitualmente designadas como receitas de operações de tesouraria, entregues dentro dos prazos legalmente estabelecidos;
- O montante global da facturação contabilizada em recepção e conferência. Estes valores só passam a ter reflexo orçamental quando deixam de estar em conferência, o mesmo é dizer quando passam da classificação patrimonial 228 (fornecedores – facturas em recepção e conferência) para a 221 (fornecedores c/c). Estes movimentos são efectuados para dar cumprimento ao princípio contabilístico da especialização do exercício,



servindo também para conciliar o montante das compras de existências entre a contabilidade e o armazém; para o efeito tem sido necessário fazer, de forma pontual, a movimentação de facturas ainda não recepcionadas cujo material tenha sido fornecido;

- O montante dos contratos de locação financeira devido a médio e longo prazo;
- O valor dos empréstimos bancários contratados com instituições financeiras de curto, médio e longo prazo;
- Os adiantamentos por conta da compra de bens de investimento.

QUADRO 30

Distribuição dos Encargos Assumidos e não Pagos por Classificação Orgânica

Un: (Euros)

ORGÂNICAS	VALOR 2006	%	VALOR 2007	%	△
0101 - Operações Financeiras	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
0102 - Classes Inactivas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
0103 - Câmara Municipal - Órgãos da Autarquia	354.286,23	6,9%	145.509,54	7,0%	-58,93
0104 - Serviços de Apoio à Presidência	31.511,00	0,6%	637,80	0,0%	-97,98
0105 - Assembleia Municipal	9.466,44	0,2%	2.419,07	0,1%	-74,45
0106 - Gabinete de Sanidade e Pecuária*			943,55	0,0%	
0201 - Direcção do Depart. Administrativo e Financeiro	23,03	0,0%	43,77	0,0%	90,06
0202 - Divisão Financeira	4.061,30	0,1%	2.458,13	0,1%	-39,47
0203 - Divisão de Aprovisionamento e G. Stocks	1.031,93	0,0%	1.357,13	0,1%	31,51
0204 - Divisão Administrativa e de Recursos Humanos	15.283,77	0,3%	2.202,87	0,1%	-85,59
0301 - Direcção do Departamento de obras	18.394,65	0,4%	5.643,23	0,3%	-69,32
0302 - Divisão de Vias	664.804,37	12,9%	387.113,16	18,6%	-41,77
0303 - Divisão de Equipamentos Colectivos	688.853,91	13,4%	148.221,78	7,1%	-78,48
0304 - Divisão de Apoio e Manutenção	117.502,04	2,3%	10.181,84	0,5%	-91,33
0402 - Águas e Saneamento	93.230,86	1,8%	46.064,58	2,2%	-50,59
0403 - Espaços Verdes	1.104,74	0,0%	0,00	0,0%	-100,00
0501 - Direcção do Dep. De Desenv. Económico e Social			0,00	0,0%	
0502 - Divisão de Educação e Acção Social	770.897,86	14,9%	352.505,31	17,0%	-54,27
0503 - Divisão de Cultura	80.336,67	1,6%	59.447,87	2,9%	-26,00
0504 - Divisão de Desporto e Tempos Livres	1.494.635,16	29,0%	314.137,45	15,1%	-78,98
0601 - Direcção do Departamento de Urbanismo	13.943,60	0,3%	2.674,20	0,1%	-80,82
0602 - Divisão de Gestão Urbanística	730,65	0,0%	74,65	0,0%	-89,78
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	542.060,66	10,5%	384.845,79	18,5%	-29,00
0604 - Divisão de Informação Geográfica	2.381,79	0,0%	91,83	0,0%	-96,14
07 - Divisão Jurídica	722,63	0,0%	884,02	0,0%	22,33
08 - Divisão de Planeamento e Coordenação	232.993,03	4,5%	102.622,87	4,9%	-55,95
09 - Divisão de Estudos e Projectos	3.643,01	0,1%	41.919,27	2,0%	1.050,68
10 - Divisão Informática	15.151,84	0,3%	3.778,21	0,2%	-75,06
11 - Divisão de Fiscalização Municipal*			331,65	0,0%	
12 - Divisão de Comunicação e Relações Públicas*			1.235,64	0,1%	
13 - Divisão de Protecção Civil e Recursos Naturais*			59.555,82	2,9%	
SUB- TOTAL	5.157.051,17	100,0%	2.076.901,03	100,0%	-59,7
0603 - Divisão de Ordenamento do Território	-40.000,00		-105.000,00		
0302 - Divisão de Vias			-660,00		
SUB- TOTAL	5.117.051,17		1.971.241,03		
Saldo da Gerência	32.928,46		32.928,46		
Receita Liquidada e não Cobrada III OCA	38.125,42		278.038,03		
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	5.045.997,29		1.660.274,54		-67,10

* Primeiro ano a utilizar estas orgânicas

O montante da dívida com reflexo na execução orçamental no ano sujeito a apreciação, devidamente distribuído pela estrutura orgânica do Município, situou-se nos 2.011.241,03 euros. A diferença de 65.660,00 euros verificada entre o quadro n.º 30 e o n.º 32 diz respeito a adiantamentos a fornecedores de imobilizado, o que em termos de execução orçamental se traduz numa diminuição da dívida. Acresce que, quando se comparam os dois últimos



exercícios, a dívida de curto prazo do Município diminuiu cerca de 60%, um excelente indicador sobre o alcance da política que tem vindo a ser seguida para reduzir o montante do passivo de curto prazo.

É de referir ainda que foram efectuados adiantamentos a fornecedores de imobilizado no montante global de 105.660,00 euros, constituído pelo somatório de valores que reflectem, em termos financeiros, a formalização de três contratos de promessa de compra de imobilizado. Numa perspectiva orçamental, este adiantamento traduz-se num pagamento com sinal negativo em termos de execução, embora, à luz do preceituado ao nível da contabilidade patrimonial, os mencionados adiantamentos representem uma dívida de terceiros, ou seja, um activo ou direito. Depois de efectuada esta dedução, se continuarmos a subtrair, desta vez as verbas referentes ao saldo existente na tesouraria em 31 de Dezembro de 2007, bem como o montante dos pedidos de pagamentos solicitados às respectivas entidades habilitadas, tendo como base as candidaturas vigentes, apura-se o valor real da dívida de curto prazo detida. Reportado à data desta prestação de contas, a dívida de curto prazo totalizava 1.660.274,54 euros, menos 67% do que a existente em período homólogo, o que, em termos absolutos, corresponde a uma diminuição de 3.385.722,75 euros, conforme se pode aferir da análise ao quadro n.º 30.

QUADRO 31

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Un: (Euros)

Classificação	Caracterização da Dívida	ANO 2005			ANO 2006			ANO 2007		
		Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro	Dívida em 31 Dezembro	Deduções	Encargos Assumidos e não Pagos a 31 de Dezembro
217	Clientes e Utentes c/ Cauções	172.267,19	172.267,19	0,00	156.664,47	156.664,47	0,00	12.946,98	12.946,98	0,00
221	Fornecedores C/C	567.643,13		567.643,13	856.396,20		856.396,20	507.085,51		507.085,51
223	Fornecedores C/C VND	1.237,16		1.237,16	819,77		819,77	1.512,11		1.512,11
228	Form Fact Recepção e Conferência	260.184,91	260.184,91	0,00	265.287,26	265.287,26	0,00	229.418,26	229.418,26	0,00
24	Impostos	70.960,18	70.960,18	0,00	106.323,79	106.323,79	0,00	112.655,33	112.655,33	0,00
2611	Fornecedores Imobilizado	658.990,73	503.577,59	155.413,14	248.095,14		248.095,14	140.618,15		140.618,15
2612	Empreiteiros c/c	3.975.929,07		3.975.929,07	3.316.041,82		3.316.041,82	969.299,68		969.299,68
2613	Fornecedores Imobilizado por Locação Financeira				387.992,43		387.992,43	1.825.194,19	1.825.194,19	0,00
2618	Form Imob Fact Recp. E Conf	372.838,25	372.838,25	0,00	127.890,57	127.890,57	0,00	305.660,58	305.660,58	0,00
262	Pessoal	7.613,97		7.613,97	9.466,44		9.466,44	2.419,07		2.419,07
263	Sindicatos	571,40	571,40	0,00	562,81	562,81	0,00	550,94	550,94	0,00
264	Administração Autárquica	67.053,31		67.053,31	23.283,22		23.283,22	2.250,00		2.250,00
267	Consultores, Assesores e Intermediários	1.384,00		1.384,00	900,00		900,00	0,00		0,00
268	Devedores e Credores Diversos	1.114.522,60	646.322,13	468.200,47	1.351.158,23	649.109,65	702.048,58	1.128.999,00	675.282,49	453.716,51
269	Adiantamento por conta de venda bens invest.	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0,00	40.000,00	-40.000,00	0,00		0,00	0,00	65.660,00	-65.660,00
TOTAL		8.051.195,90	2.846.721,65	5.204.474,25	6.850.882,15	1.693.830,98	5.157.051,17	5.238.609,80	3.227.368,77	2.011.241,03

Conforme foi oportunamente referido, existem diversas diferenças de valores entre os diversos documentos de prestação de contas, diferenças essas que surgem reflectidas no quadro n.º 31. Da sua análise, verifica-se que a referidas diferenças totalizam 3.227.368,77 euros e resultam, sumariamente, dos seguintes encargos apresentados por ordem decrescente de valor:

- Encargos com reflexos no próximo exercício e relacionados com contratos de locação financeira, no total de 1.825.194,19 euros;
- Disponibilidades cobradas em nome de e para terceiros (Operações de Tesouraria), incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), no montante global de 801.435,74 euros;
- Toda a facturação lançada em recepção e conferência, no valor de 535.078,84 euros;
- Adiantamentos efectuados a fornecedores de imobilizado, que ascenderam a 105.660,00 euros.



Todos estes encargos se traduzem em dívida que ainda não estava vencida à data desta prestação de contas.

Reportando agora exclusivamente à dívida do Município apresentada no balanço, constata-se que, em 31 de Dezembro de 2007, ela se resumiu a 5.238.609,80 euros, configurando assim uma descida de 1.612.272,35 euros, em relação ao seu período homólogo. Embora esta diminuição não seja tão significativa quando comparada com a verificada pelos documentos de base orçamental, não deixa de ser uma redução digna de registo. As principais diferenças que vieram contribuir para que a redução da dívida de curto prazo nos documentos patrimoniais não fosse tão acentuada como a apurada na execução orçamental prende-se simplesmente com o facto de a Autarquia ter aumentado os seus encargos de médio e longo prazo, nomeadamente encargos com locações financeiras, tendo-se registado, de igual modo, uma ligeira subida dos encargos relacionados com a facturação em recepção e conferência.

A confirmação do que atrás se expôs pode ser retirada do quadro n.º 29, através de uma análise mais detalhada à evolução da dívida, através da sua desagregação por tipologia de entidade credora. O maior aumento, quando se compara o ano de 2006 com o de 2007, situa-se ao nível da aquisição de bens com recurso à locação financeira, onde houve uma subida de 1.437.201,76 euros.

Por outro lado, apesar de as dívidas com facturação em recepção e conferência terem subido 141.901,01 euros, não foi essa a tendência registada nas demais rubricas. Senão, vejamos:

- As dívidas a empreiteiros c/c diminuíram 2.346.742,14 euros;
- As dívidas a fornecedores c/c reduziram 349.310,69 euros;
- As dívidas a fornecedores de imobilizado baixaram 107.476,99 euros;
- As dívidas aos demais credores da Autarquia desceram 278.365,29 euros.

Mas esta análise não deve restringir-se à dívida de curto prazo. Para se ter uma perspectiva global da dívida de curto, médio e longo prazo detida pelo Município à data de 31 de Dezembro de 2007, o valor anteriormente referido (5.238.609,80 euros) e sobejamente explicado, deve ser somado à dívida constante do quadro n.º 28, no montante de 11.215.409,34 euros, de modo a obter-se o montante global da dívida da Autarquia, que totalizou, no ano sujeito a apreciação, 16.454.019,14 euros.

Da leitura do quadro n.º 28 resulta que, à data desta prestação de contas, a dívida de longo prazo totalizava 11.215.409,34 euros, montante que reflecte um aumento de 3.048.394,65 euros em relação ao ano anterior. Esta circunstância é fruto, sobretudo, da contratação de um mútuo de longo prazo adjudicado em 18 de Setembro de 2007 e aprovado pelo órgão deliberativo em 28 de Setembro de 2007. Do seu montante, concretamente 7.500.000,00 euros, apenas foram utilizados 3,7 milhões de euros.

Neste contexto, verifica-se que a dívida global do Município aumentou, face aos valores apurados em 2006, 1.434.122,30 euros, montante que resulta, como é óbvio, de todas as compensações verificadas entre as diversas rubricas de dívidas a terceiros. Ou seja, o aumento verificado na dívida de longo prazo foi largamente compensado pelas significativas diminuições sentidas ao nível do endividamento de curto prazo.



	2003	2004	2005	2006	2007
Dívida Activa	13.927.926,83	13.282.226,0	16.868.945,42	15.017.896,84	16.454.019,14
	3.506.479,78	4.440.232,27	3.172.935,03	3.166.516,46	2.263.668,01
	10.421.447,05	9.387.993,75	13.696.010,39	11.851.380,38	14.190.351,13

O quadro acima apresentado demonstra o valor da “dívida activa” do Município, que resulta da diferença entre o montante global da dívida e o valor total das dívidas de terceiros. O facto de ter subido 2.338.970,75 euros relativamente ao ano anterior explica-se não apenas pelo que anteriormente foi referido, mas também pela circunstância de a dívida de terceiros ter vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, em consequência directa da diminuição das transferências oriundas de fundos comunitários.

Para terminar esta análise, atente-se no quadro n.º 32, onde se dá conta da forma como a dívida de curto prazo se encontrava repartida em 31 de Dezembro de 2007, verificando-se que, nessa data, estavam referenciadas 235 entidades diversas.

QUADRO 32
Dívida a Terceiros por Escalões

Un: (Euros)

Nº	ESCALÕES	ANO 2006		ANO 2007	
		N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor
1º	0 < 100	52	2.792,57	63	3.599,88
2º	101 < 500	96	23.901,93	45	12.005,27
3º	501 < 1.000	43	30.536,28	31	22.204,89
4º	1.001 < 5.000	99	226.659,95	52	114.854,92
5º	5.001 < 10.000	33	231.960,20	12	90.028,03
6º	10.001 < 20.000	16	205.771,14	12	157.958,99
7º	20.001 < 50.000	8	241.293,85	8	254.999,41
8º	50.001 < 100.000	14	1.044.255,20	5	334.146,57
9º	100.001 < 500.000	12	2.596.233,02	7	1.087.103,07
10º	500.001 <	1	553.646,93	0	0,00
TOTAL		374	5.157.051,07	235	2.076.901,03



Dos montantes inscritos no referido quadro, 152.664,96 euros correspondem a dívidas inferiores a 5.000 euros e que não foram pagas pelo simples facto de os fornecedores não terem optado por fazer descontos de pronto pagamento, o que lhes teria dado a possibilidade de receber no prazo médio de uma semana.

Quanto aos restantes escalões, eles representam apenas um universo de 44 entidades, mais concretamente empreiteiros e fornecedores, cujos créditos para com a Autarquia variam entre 5.001,00 e 500.000,00 euros, dos quais apenas sete se situavam no último patamar, ou seja, com créditos situados entre os 100 e os 500 mil euros, nunca ultrapassando contudo dívidas superiores a 200 mil euros.

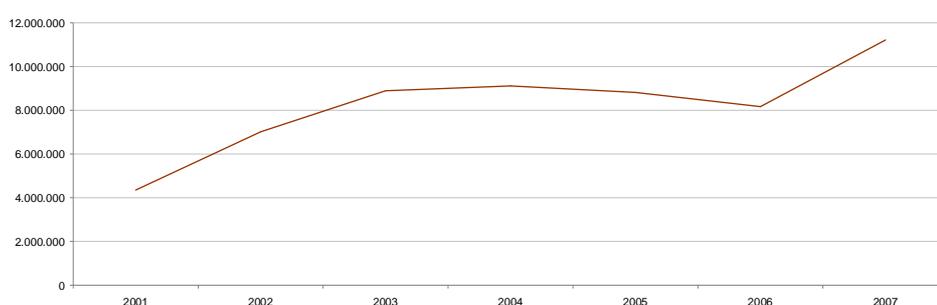
É de referir também que, da dívida de 2.076.901,03 euros, 1.128.585,25 euros correspondem àquela que não estava vencida à data do fecho de contas, restando apenas 948.315,78 euros referentes a dívidas mais antigas que o Município tem vindo a solver à medida que a tesouraria assim o permite.

QUADRO 33

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empréstimos a m/l prazo:							
<i>Que contam para endividamento:</i>							
<i>Câmara Municipal</i>	4.109.280,68	3.379.367,62	2.612.886,38	2.761.873,89	2.981.790,76	2.099.562,37	5.457.547,20
<i>Que não contam para endividamento</i>							
<i>Câmara Municipal</i>	239.040,99	3.633.724,26	6.283.563,40	6.355.849,02	5.835.958,76	6.067.452,32	5.757.862,14
Apuramento da dívida em 31 de Dezembro da CMC	4.348.321,67	7.013.091,88	8.896.449,78	9.117.722,91	8.817.749,52	8.167.014,69	11.215.409,34



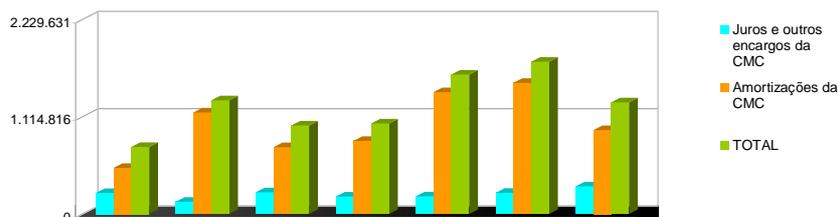
Apuramento da dívida em 31 de Dezembro da CMC



ENCARGOS COM A DÍVIDA MUNICIPAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Juros e outros encargos da CMC	241.350,84	139.279,70	249.378,17	200.617,13	202.761,19	242.799,96	317.009,77
Amortizações da CMC	527.349,31	1.164.536,06	766.481,24	838.045,07	1.396.509,72	1.502.950,83	962.855,35
TOTAL	768.700,15	1.303.815,76	1.015.859,41	1.038.662,20	1.599.270,91	1.745.750,79	1.279.865,12

Encargos com a Dívida Municipal



QUADRO 34

Empréstimos Bancários de médio e longo prazo

Entidade	Empr. n.º	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efectivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2007	Capital Dívida 31.12.07
BTA	30045272501	P/ Investimentos Diversos	2.493.989,49	2.493.989,49	2.493.989,49	0,00
BTA	30049646501	P/Investimentos diversos nomeadamente obras de água saneamento e melhoramento da rede viária	2.142.640,49	2.142.640,49	2.142.640,49	0,00
CGD	9140/000125/887/0019	P/ Obras diversas	939.162,00	939.162,00	176.092,86	763.069,14
BTA	0003.01058196096	P/ Investimentos em diversas obras	1.026.558,00	1.026.558,00	32.079,94	994.478,06
BPI	0003.03325874096	P/ investimentos diversos	7.500.000,00	3.700.000,00	0,00	3.700.000,00
Total Empréstimos que contam p/ Cálculo Endividamento			14.102.349,98	10.302.349,98	4.844.802,78	5.457.547,20
CGD	0201/000019/887/0019	P/ Investimentos das obras financiadas pelo III QCA	3.962.200,00	3.962.200,00	914.353,80	3.047.846,20
BES	353006702104	Beneficiação da Estrada EM 588 Balsas/Monte Arcado	72.018,21	72.018,21	24.006,05	48.012,16
BES	353006702406	Beneficiação da EM 583 T- Corgo Encheiro	78.591,51	65.458,87	24.547,08	40.911,79
BES	353032862903	Drenagem e Tratamento de Água de Sepins	73.323,96	73.323,96	27.496,50	45.827,46
BES	353006702201	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/Barroco das Latas	42.819,84	42.819,84	16.057,44	26.762,40
BES	353006702805	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Bolho	49.655,23	49.655,23	18.620,70	31.034,53
BES	353032862105	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	82.960,69	82.960,69	31.110,24	51.850,45
BES	353006702503	Alargamento e Rectificação da E 612 entre Febres e Vilamar	146.881,88	98.645,87	36.992,22	61.653,65
BES	353006702007	Alargamento e Rectificação do C1017 entre Febres e Barracão	70.358,82	70.358,82	23.452,95	46.905,87
BES	353006702309	Construção da Praia Fluvial do Olhos da Fervença - Piscina Natural	110.432,13	110.432,13	41.412,06	69.020,07
BES	353006702600	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal de Cantanhede	463.706,14	463.706,14	173.889,78	289.816,36
BES	353032862806	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 2ª Fase	55.029,09	55.029,09	20.635,92	34.393,17
BES	353032872003	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 1ª Fase	83.905,00	83.242,15	26.013,15	57.229,00
BES	353032862709	Revitalização Urbana da zona PPU de Cantanhede	44.988,61	44.021,35	16.507,98	27.513,37
BES	353032862407	Circular Urbana de Cantanhede	41.469,59	41.469,59	15.551,10	25.918,49
BES	353032862202	Drenagem de Águas Residuais d Zambujal e Fornos	100.408,02	100.408,02	37.653,00	62.755,02
BES	353032862318	EM Olhos da Fervença / Escoural CM Criação/Olhos da Frevença	155.821,64	155.821,64	58.433,10	97.388,54
BES	353006702708	Abastecimento de Água Drenagem de Águas Residuais Franciscas, Tarehos e Lirios	76.412,06	76.412,06	28.654,50	47.757,56
BES	353032862008	Drenagem de Águas Residuais de Cordinhã	90.087,95	90.087,95	33.783,00	56.304,95
BES	353006702802	Drenagem de Águas Residuais de Ourentã	108.288,52	107.454,70	35.818,25	71.636,45
BES	353032872100	Drenagem de Águas Residuais de Outil	99.660,12	99.660,12	37.372,56	62.287,56
BES	353032862504	Beneficiação da Estrada Corticeiro de Cima / EN 234	132.143,46	127.729,77	42.576,60	85.153,17
CGD	0204/000017/187/0019	Prejuizo resultantes das intempéries 2000/2001 em infra-estruturas municipais, ao abrigo do DL nº 38 C/2001, de 8/2	835.404,73	835.404,73	628.986,81	206.417,92
BTA	0003.01613784096	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	271.870,00	270.566,00	0,00	270.566,00
BPI	1608603830001	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	1.734.930,00	892.900,00	0,00	892.900,00
Total Empréstimos que não contam para endividamento			8.983.367,20	8.071.786,93	2.313.924,79	5.757.862,14
Total dos empréstimos Com Empresa Municipal			23.085.717,18	18.374.136,91	7.158.727,57	11.215.409,34



Dada a importância dos passivos financeiros de médio e longo prazo, sobretudo os relacionados com a contratação de empréstimos, quer pelo impacto que terão em exercícios futuros, quer por serem encargos com limitações impostas por Lei, faz todo o sentido evidenciá-los aqui.

No presente relatório de gestão, foram retirados dos quadros apresentados os empréstimos contraídos pela INOVA-EM, uma vez que estes só irão releva para os limites impostos pela Lei das Finanças Locais caso não seja dado cumprimento ao disposto no artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local.

QUADRO 35
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE

Un: (euros)

Capacidade de endividamento*								
ANOS	FEF - FGM/FCM Anual	1 Duodécimo do FEF - FCM/FGM	3 Duodécimos de FCM/FGM	Investimento Total do ano anterior	20% das despesas de Investimento Realizadas no ano anterior	Passivo Financeiro	Encargos Financeiros	% da Capacidade de endividamento Utilizada
2000	6.124.260,53	510.355,04	1.531.065,13	6.079.485,61	1.215.897,12	4.636.629,98	152.785,22	9,98%
2001	6.281.167,39	523.430,62	1.570.291,85	11.091.581,88	2.218.316,38	4.109.280,67	768.700,15	34,65%
2002	7.953.869,00	662.822,42	1.988.467,25	12.016.711,24	2.403.342,25	3.379.367,62	1.303.815,76	54,25%

ANOS	FGM/FCM/FBM Anual	1 Duodécimo do FCM/FGM/FBM	1/8 do FCM/FGM/FBM	Investimento Total do ano anterior	10% das despesas de Investimento Realizadas no ano anterior	Passivo Financeiro/Empr.qu e contam p/ Endividamento	Encargos Financeiros	% da Capacidade de endividamento Utilizada
2003	8.182.940,00	681.911,67	1.022.867,50	12.146.906,29	1.214.690,63	2.612.886,38	846.098,21	69,66%
2004	8.574.369,00	714.530,75	1.071.796,13	11.667.107,69	1.166.710,77	3.111.873,89	858.023,83	73,54%
2005	8.745.856,00	728.821,33	1.093.232,00	8.549.270,45	854.927,05	3.937.305,76	881.416,82	80,62%
2006	8.745.856,00	728.821,33	1.093.232,00	6.671.124,91	667.112,49	3.037.175,91	1.011.632,81	92,54%

ANOS	Receitas provenientes impostos municipais	Fundos Municipais	Total das Receitas	Limite Geral dos empréstimos	Limite do Endividamento Líquido	Passivo Financeiro/Empr.qu e contam p/ Endividamento	Encargos Financeiros	% da Capacidade de endividamento Utilizada
2007	4.553.548,63	8.284.766,00	12.838.314,63	12.838.314,63	16.047.893,29	5.457.547,20	556.823,88	42,51

* Dos dois montantes impostos o maior é que conta para o limite da Capacidade de Endividamento

Os limites impostos pela nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, 15 de Janeiro –, no que diz respeito aos empréstimos Municipais, encontram-se devidamente reflectidos na última linha do quadro n.º 35, onde constam as sucessivas alterações que se têm vindo a fazer sentir ao longo dos últimos anos.

O novo diploma estipula, no seu artigo n.º 39, que o montante da dívida de cada Município referente a empréstimos a médio e longo prazo não poderá exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas do ano anterior provenientes dos impostos municipais, das participações do FEF, da participação no IRS, da derrama e das receitas obtidas através da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local.



De acordo com esta nova metodologia, adoptada para apurar o limite máximo de endividamento relacionado com empréstimos, à data a que reporta esta prestação de contas a Autarquia tinha utilizado 42,51% da sua capacidade de endividamento junto de Instituições Financeiras.

Mas a nova Lei não impõe apenas limites aos empréstimos de médio e longo prazo. Impõe, de igual modo, limites ao endividamento líquido municipal, conforme se depreende da leitura do seu artigo 37.º. Nesta matéria, as regras são basicamente as mesmas: o montante do endividamento líquido de cada Município, reportado à data de 31 de Dezembro de cada ano, não poderá exceder 125% dos montantes das receitas mencionadas no parágrafo onde se fez referência aos limites impostos pela Lei das Finanças Locais a respeito de empréstimos. Importa reter ainda que o endividamento líquido das Autarquias resulta da diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, e a soma dos activos financeiros. A este nível, o limite fixado para o Município de Cantanhede situava-se em 16.047.893,29 euros, ou seja, 125% de 12.838.314,63 euros.

O quadro n.º 36 demonstra, de uma forma sistematizada, todas as contas que relevam para a obtenção do endividamento líquido do Município, resultando da sua análise que, em relação ao ano anterior, este teve uma variação negativa de 1.309.402,18 euros. No entanto, o Município está muito longe de atingir os limites impostos por Lei, conforme se depreende do facto de a percentagem de utilização ser negativa em 33,91%.

QUADRO 36
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

DESCRICÃO		ACTIVO	PASSIVO	ACTIVO	PASSIVO	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
CONTA	DESIGNAÇÃO	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-07	31-Dez-07	ACTIVO	PASSIVO
11000	Caixa	1.583,64		1.288,69		-294,95	
12000	Depósitos em Instituições Financeiras	764.576,73		818.881,21		54.304,48	
15900	Titulos Negociáveis	137.170,00				-137.170,00	
21100	Clientes c/c	226.407,19		10.066,54		-216.340,65	
21200	Contribuintes c/c						
21300	Utentes c/c	232,77		0,00			-232,77
21700	Clientes e utentes c/c		156.664,47		12.946,98		-143.717,49
21800	Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa			900,38			
22100	Fornecedores c/c		857.215,97		508.597,62		-348.618,35
22800	Fornecedores-Facturas em recepc. e conferência		265.287,26		229.418,26		-35.869,00
23111	Empréstimo bancários curto prazo						
23121	Empréstimo bancários médio e longo prazo		8.167.014,69		11.215.409,34		3.048.394,65
24000	Estado e outros entes públicos		106.323,79		112.655,33		6.331,54
26110	Fornecedores de imobilizado c/c		4.080.019,96		3.240.772,60		-839.247,36
26190	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	40.000,00		105.660,00		65.660,00	
26200	Pessoal		9.466,44		2.419,07		-7.047,37
26300	Sindicatos		562,81		550,94		-11,87
26460	Freguesias		23.283,22		2.250,00		-21.033,22
26700	Consultores, assessores e intermed.		900,00		0,00		-900,00
26800	Devedores e credores diversos	1.588.718,27		1.123.702,09		-465.016,18	
26900	Adiantamentos por conta de vendas						0,00
27110	Juros a receber	1.577,21		14.158,33			12.581,12
27190	Outros acréscimos de proveitos			314.896,78			
27290	Outros custos diferidos	75.307,30		65.233,56			-10.073,74
27310	Seguros a liquidar		130,45		763,82		633,37
27320	Remunerações a liquidar		2.833,96		466.665,76		463.831,80
27330	Juros a liquidar		30,27		2.543,97		2.513,70
27390	Outros acréscimos de custos		294.463,46		486.238,32		191.774,86
41100	Partes de capital	11.812.079,00		13.510.087,79		1.698.008,79	
TOTAL		14.647.652,11	13.964.196,75	15.964.875,37	16.281.232,01	1.317.223,26	2.317.035,26
EXCEPÇÕES AO ENDIVIDAMENTO		6.067.452,32		5.757.862,14		-309.590,18	
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO		-6.750.907,68		-5.441.505,50		1.309.402,18	
Limite do Endividamento Líquido				16.047.893,29			
% da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada				-33,91%			



4.4 – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR)

QUADRO 37

Estrutura e Execução do Investimento do Município

DOMÍNIOS	Orçamento Corrigido		Comprometido		Taxa de	Realizado		Taxa de	Pago		Desvio	Taxa de
	VALOR	%	VALOR	%	Execução	VALOR	%	Execução	VALOR	%		Execução
	A		B		B/A	C		C/A	D			D/A
Terrenos e recursos naturais	983.441,00	4,53%	554.262,67	3,88%	56,36%	414.409,91	4,22%	42,14%	395.200,83	4,66%	-588.240,17	40,19%
Edifícios e outras construções												
Habitação	50,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	-50,00	0,00%
Edifícios	5.185.421,00	23,91%	3.312.931,88	23,20%	63,89%	2.306.570,50	23,46%	44,48%	2.080.826,77	24,53%	-3.104.594,23	40,13%
Construções Diversas	13.864.921,00	63,93%	9.231.113,54	64,64%	66,58%	6.055.433,84	61,60%	43,67%	5.003.604,08	58,99%	-8.861.316,92	36,09%
Material de Transporte	5.009,00	0,02%	1.147,88	0,01%	22,92%	1.147,88	0,01%	22,92%	1.147,88	0,01%	-3.861,12	22,92%
Equipamento de Informática	113.580,00	0,52%	62.740,03	0,44%	55,24%	62.211,31	0,63%	54,77%	61.931,44	0,73%	-51.648,56	54,53%
Software informático	126.667,00	0,58%	99.664,02	0,70%	78,68%	99.664,02	1,01%	78,68%	99.664,02	1,17%	-27.002,98	78,68%
Equipamento Administrativo	111.902,00	0,52%	81.668,81	0,57%	72,98%	81.155,75	0,83%	72,52%	77.967,27	0,92%	-33.934,73	69,67%
Equipamento Básico	380.290,00	1,75%	233.422,69	1,63%	61,38%	188.554,60	1,92%	49,58%	186.513,12	2,20%	-193.776,88	49,04%
Ferramentas e utensílios	6.825,00	0,03%	4.623,22	0,03%	67,74%	4.623,22	0,05%	67,74%	4.623,22	0,05%	-2.201,78	67,74%
Artigos e objectos de valor	18.300,00	0,08%	11.700,00	0,08%	63,93%	6.700,00	0,07%	36,61%	6.700,00	0,08%	-11.600,00	36,61%
Outros investimentos	255.952,00	1,18%	130.734,75	0,92%	51,08%	52.808,33	0,54%	20,63%	7.992,35	0,09%	-247.959,65	3,12%
Locação Financeira	634.770,00	2,93%	556.617,03	3,90%	87,69%	556.617,03	5,66%	87,69%	556.617,03	6,56%	-78.152,97	87,69%
TOTAL GERAL	21.687.128,00	100,00%	14.280.626,52	100,00%	65,85%	9.829.896,39	100,00%	45,33%	8.482.788,01	100,00%	-13.204.339,99	39,11%

QUADRO 38

RELAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO AO LONGO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

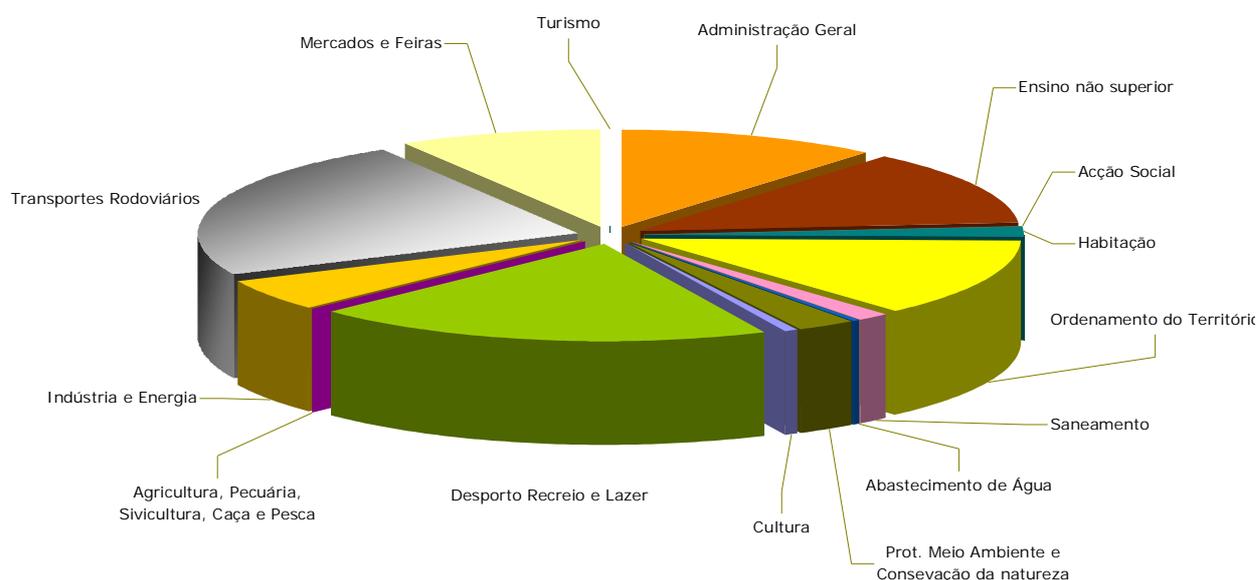
OBJECTIVOS	ANO 2005		ANO 2006		ANO 2007							
	Investimentos realizados em 2005	%	Investimentos pagos em 2005	%	Investimentos realizados em 2006	%	Investimentos realizados em 2007	%	Investimentos pagos em 2007	%		
Funções Gerais												
Administração Geral	646.132,56	4,9	594.982,91	7,0	522.646,90	3,9	476.394,30	5,3	939.756,69	7,8	937.091,21	8,8
Proteção civil e luta contra incêndios	23.000,00	0,2	23.000,00	0,3	40.000,00	0,3	40.000,00	0,4	49.019,16	0,4	49.019,16	0,5
Ensino não superior	382.285,00	2,9	195.195,70	2,3	830.336,30	6,3	343.321,80	3,8	1.208.522,91	10,0	1.068.320,83	10,0
Serviços Individuais de Saúde*									750,00	0,0	750,00	
Funções Sociais												
Ação Social	106.265,00	0,8	81.265,00	1,0	87.266,90	0,7	53.970,00	0,6	209.898,75	1,7	170.368,61	1,6
Habitação	366.760,74	2,8	351.305,35	4,1	66.631,01	0,5	23.102,57	0,3	189.870,36	1,6	154.612,16	1,4
Ordenamento do Território	1.934.883,85	14,5	1.309.093,68	15,4	1.302.602,62	9,8	775.246,63	8,6	1.555.414,24	12,9	1.166.246,87	10,9
Saneamento	995.010,09	7,5	589.546,83	6,9	901.373,31	6,8	810.810,57	9,0	175.825,78	1,5	132.429,32	1,2
Abastecimento de Água	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	8.449,62	0,1	8.449,62	0,1
Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	33.285,17	0,3	29.209,62	0,3	134.255,71	1,0	5.745,26	0,1	287.136,71	2,4	226.277,73	2,1
Cultura	180.886,79	1,4	80.727,84	0,9	164.296,15	1,2	138.092,38	1,5	176.308,00	1,5	153.630,12	1,4
Desporto Recreio e Lazer	1.455.205,13	10,9	470.302,38	5,5	2.724.869,22	20,6	1.385.096,73	15,3	1.979.659,72	16,4	1.751.754,43	16,4
Agricultura, Pecuária, Sív., Caça e Pesca					0,00		0,00		19.187,36	0,2	0,00	0,0
Funções económicas												
Indústria e Energia	2.648.692,82	19,9	1.787.601,54	21,0	2.439.716,97	18,4	2.137.498,83	23,6	1.562.414,38	12,9	1.560.743,31	14,6
Transportes Rodoviários	3.320.619,61	25,0	2.177.853,48	25,6	2.434.972,52	18,4	1.797.313,66	19,9	2.384.925,72	19,7	1.993.447,57	18,7
Mercados e Feiras	470.877,64	3,5	154.486,01	1,8	963.284,51	7,3	464.413,53	5,1	766.215,26	6,3	720.295,34	6,7
Turismo	10.952,84	0,1	7.361,02	0,1	5.645,06	0,0	5.645,06	0,1	213,45	0,0	213,45	0,0
Outras Funções												
Transferências entre administrações	731.286,12	5,5	665.232,81	7,8	626.286,54	4,7	597.086,54	6,6	582.588,76	4,8	579.338,76	5,4
TOTAL	13.306.143,36	100,0	8.517.164,17	100,0	13.244.183,72	100,0	9.053.737,86	100,0	12.096.156,87	100,0	10.672.988,49	100,0



QUADRO 39
RELAÇÃO DAS VERBAS DE INVESTIMENTO
DESPENDIDAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

		Un. (Euros)	
	OBJECTIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	937.091,21	11,0
	Ensino não superior	1.068.320,83	12,6
	Acção Social	2.395,80	0,0
Funções Sociais	Habitação	129.602,16	1,5
	Ordenamento do Território	1.111.246,87	13,1
	Saneamento	132.429,32	1,6
	Abastecimento de Água	8.449,62	0,1
	Prot. Meio Ambiente e Consevação da natureza	226.277,73	2,7
	Cultura	39.289,38	0,5
	Desporto Recreio e Lazer	1.665.754,43	19,6
Funções económicas	Agricultura, Pecuária, Sivicultura, Caça e Pesca	0,00	0,0
	Indústria e Energia	447.974,30	5,3
	Transportes Rodoviários	1.993.447,57	23,5
	Mercados e Feiras	720.295,34	8,5
	Turismo	213,45	0,0
TOTAL		8.482.788,01	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas por Plano Plurianual de Investimentos



Abre-se agora novo capítulo para uma análise dos investimentos realizados pelo Município em 2007, tendo em consideração a natureza das despesas realizadas e pagas por função. O quadro n.º 37 demonstra que a taxa de execução dos pagamentos se situou nos 39,11%, menos 6,22% do que no ano anterior.

Conforme já se adiantou a pretexto de outras situações, é de sublinhar que o plano plurianual de investimentos foi elaborado no pressuposto de que o QREN seria uma realidade efectiva em 2007, expectativa que, manifestamente, não teve tradução na prática. Por isso, foi necessário abrandar ligeiramente os níveis de investimento programados para 2007. Mas, ainda assim, o quadro n.º 37 indica claramente que o plano plurianual de investimentos obteve uma taxa de execução de despesa comprometida de 65,85%, o que, em termos absolutos, se traduz no montante de 14.280.626,52 euros de investimentos adjudicados, dos quais 9.829.896,39 euros foram facturados, correspondendo assim a obras realizadas.

Numa análise mais pormenorizada aos investimentos realizados em cada uma das rubricas, constata-se que houve uma concentração substancial na classificação de construções diversas, onde aparecem reflectidas as intervenções na rede viária e as requalificações urbanas, seguindo-se as efectuadas em edifícios e outras construções.

A execução do Plano Plurianual de Investimentos demonstra, por funções, a forma como se concretizou o aumento de capital fixo da Autarquia em determinado ano. Neste âmbito, o quadro nº 39, reflecte resumidamente quais as funções em que a Autarquia mais concentrou os seus recursos, sendo que a rubrica de *transportes rodoviários* continua a destacar-se, com uma quantia gasta que ascendeu a 1.993.447,57 euros. Nesta área, foram efectuados fortes investimentos por administração directa na reparação de várias estradas e caminhos do Concelho, nos quais se despenderam 686.041,87 euros, montante a que devem somar-se os 298.640,9 euros relativos a empreitadas adjudicadas também para requalificação da rede viária. Já as primeiras intervenções na ER 335-1: Via Regional – Cantanhede/Tocha, bem como os trabalhos executados na Variante a Portunhos, envolveram, em 2007, pagamentos na ordem dos 591 mil euros.

A seguir surge a área do *Desporto, Recreio e Lazer*, com investimentos pagos que totalizaram 1.665.754,43 euros. Nesta rubrica merece especial destaque o Complexo Desportivo da Tocha, com pagamentos que ascenderam a 1.269.371,76 euros. Além desta, há a referir ainda a liquidação de encargos de várias infra-estruturas desportivas e de lazer nas Freguesias, com cerca de 246 mil euros pagos.

Com um montante global de 1.111.246,87 euros, as intervenções efectuadas na requalificação urbana surgem em terceiro lugar em termos de canalização de receitas do Município. Neste domínio, são de salientar as diversas intervenções realizadas nas Freguesias, com as quais se gastou um total de 584.376,07 euros. Os restantes montantes referentes a esta rubrica foram aplicados no pagamento de obras pontuais, como, por exemplo, em infra-estruturas urbanísticas na Praia da Tocha e Cantanhede, bem como no Parque Urbano da Quinta de S. Mateus.

Logo a seguir aparecem os investimentos efectuados na requalificação e valorização dos edifícios da rede escolar do Concelho, num total de 1.068.320,83 euros. Nesta vertente, assumem particular importância a construção/beneficiação dos jardins-de-infância da Tocha, Bolho e Sanguinheira, para além de intervenções de dimensão variável em diversos estabelecimentos de ensino.

Um dado importante a reter diz respeito ao montante inscrito na rubrica Administração Geral, onde os valores aplicados têm já alguma relevância. Relevância não apenas pelos cerca de 937 mil euros pagos, mas sobretudo porque são o reflexo da aposta do executivo camarário na modernização e apetrechamento dos diferentes serviços municipais



e ainda na valorização das condições pedagógicas das escolas, com a aquisição de equipamento administrativo e informático adequado. Nesta rubrica aparecem também reflectidos os encargos financeiros com amortização de capital de todos os contratos de locação financeira.

A área de *Mercados e Feiras* mereceu também investimentos significativos. Os 720 mil euros aplicados destinaram-se sobretudo a concluir a liquidação total da dívida referente à construção do novo recinto da Feira Quinzenal de Cantanhede, sendo de mencionar também os pagamentos de encargos com as obras de requalificação do mercado da Tocha e do mercado coberto de Febres.

Apesar de já ter havido referência às obras realizadas por administração directa, a propósito das intervenções na requalificação da rede viária, é de salientar que muitas não têm expressão no Plano Plurianual de Investimentos, porquanto foram efectuadas com recurso aos meios humanos e equipamentos internos da própria Autarquia. Daí que os encargos relacionados com estes recursos relevem para classificações de origem corrente, como é o caso das despesas com pessoal.

Em 2007, os investimentos realizados por administração directa totalizaram 1.826.214,81 euros, dos quais se destacam:

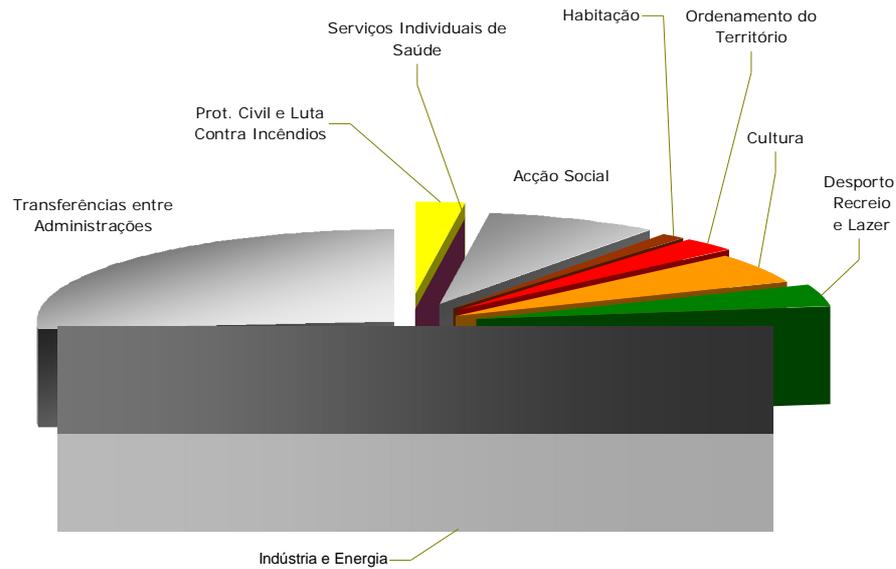
- Obras de beneficiação em vários edifícios, nomeadamente, nos Paços do Concelho, no Edifício Parque de Máquinas e Viaturas, Loja Colmeia – Banco de Recursos, Casa da Cultura, Biblioteca Municipal, Museu da Pedra e Loja Ponto Já, num total de 94.547,98 euros;
- Beneficiação em vários edifícios escolares, no montante global de 93.628,36 euros;
- Parque Desportivo da Tocha, no valor de 120.567,92 euros;
- Intervenções área envolvente ao novo recinto da Feira Quinzenal de Cantanhede, na ordem dos 45.406,51 euros;
- Reparação de várias estradas e caminhos, incluindo passeios e águas pluviais, no montante global de 1.363.472,44 euros.

QUADRO 40
Relação das Verbas de Investimento
Despendidas por Actividades Mais Relevantes

			Un. (Euros)
	OBJECTIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Prot. Civil e Luta Contra Incêndios	49.019,16	2,2
	Serviços Individuais de Saúde	750,00	0,0
	Acção Social	167.972,81	7,7
	Habitação	25.010,00	1,1
	Ordenamento do Território	55.000,00	2,5
	Cultura	114.340,74	5,2
	Desporto Recreio e Lazer	86.000,00	3,9
Funções económicas	Indústria e Energia	1.112.769,01	50,8
Outras Funções	Transferências entre Administração	579.338,76	26,5
TOTAL		2.190.200,48	100,0



Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas com as Actividades mais Relevantes



No quadro n.º 40 constam os montantes pagos com as actividades mais relevantes. No caso concreto do Município de Cantanhede, optou-se por apenas inscrever as rubricas de transferências de capital efectuadas para diversas associações e colectividades do Concelho, bem como para as Juntas de Freguesias.

Mais uma vez a função relacionada com Indústria e Energia destaca-se das demais, uma vez que se trata de uma rubrica por onde são transferidas as verbas relacionadas com os aumentos da participação do Município no património associativo das associações ABAP e BIOCANT, bem como das transferências efectuadas para a INOVA-EM.

As restantes rubricas representam transferências habituais, no âmbito de subsídios atribuídos a diversas associações culturais, recreativas, desportivas e de acção social do Concelho e Juntas de Freguesia.

Para as Juntas de Freguesia foram canalizados cerca de 553 mil euros, ao abrigo de protocolos e da atribuição de subsídios pontuais, que a seguir se discriminam.



QUADRO 41

TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Un.(Euros)

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL
ANÇÃ	18.564,22	20.554,52	39.118,74
BOLHO	7.232,78	22.161,29	29.394,07
CADIMA	8.176,35	36.382,06	44.558,41
CAMARNEIRA	8.578,13	25.192,40	33.770,53
CANTANHEDE	4.015,50	77.121,12	81.136,62
CORDINHÃ	7.987,73	16.484,60	24.472,33
CORTICEIRO DE CIMA	4.984,40	15.724,36	20.708,76
COVÕES	2.803,93	41.151,67	43.955,60
FEBRES	5.338,17	49.236,27	54.574,44
MURTEDE	2.387,31	24.092,98	26.480,29
OURENTÃ	7.442,51	21.530,29	28.972,80
OUTIL	7.335,71	14.776,14	22.111,85
POCARIÇA	6.193,88	16.907,31	23.101,19
PORTUNHOS	7.093,29	19.493,41	26.586,70
SANGUINHEIRA	6.142,71	41.433,37	47.576,08
SÃO CAETANO	12.494,26	21.475,42	33.969,68
SEPINS	29.840,07	17.471,72	47.311,79
TOCHA	6.286,58	51.089,65	57.376,23
VILAMAR	3.733,65	20.460,18	24.193,83
TOTAL GERAL	156.631,18	552.738,76	709.369,94

QUADRO 42

DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFECTUADOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2007

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

JUNTAS DE FREGUESIA	CORRENTES											Total
	0405010201 Actualização Recens. /Eleições	0405010204 Acordo de Coop. Lei 5/97 (a)	0405010205 Subs. Portarias 29-A/98 e 50/98 (b)	0405010206 Outras	0405010207 Cursos de Educação Extra-Escolar	0405010208 Encargos com Postos de Enfermagem	0405010209 Projecto de Dinamização Cultural	0405010210 J. Freguesia-Trsf. p/ Transportes	0405010211 Trsf.p/ Gestão Posto de Turismo	0405010212 J. Freguesia-Trsf p/ Eventos Culturais	0405010213 J. Freguesia Trsf. Forn. Refeições EB 1	
ANÇÃ	1.405,97			4.408,25			2.500,00		9.000,00	1.250,00		18.564,22
BOLHO	966,03	4.066,75		1.200,00	1.000,00							7.232,78
CADIMA	1.813,89			4.500,00	500,00			1.012,46		350,00		8.176,35
CANTANHEDE	3.015,50				1.000,00							4.015,50
CORDINHÃ	975,19			1.400,00		4.862,54				750,00		7.987,73
COVÕES	1.403,93			1.400,00								2.803,93
FEBRES	1.838,17			2.000,00	1.500,00							5.338,17
MURTEDE	987,31			1.400,00								2.387,31
OURENTÃ	983,91			1.400,00	1.000,00	3.642,60			416,00			7.442,51
OUTIL	587,87				500,00	6.247,84						7.335,71
POCARIÇA	975,30			1.400,00		3.410,58		408,00				6.193,88
PORTUNHOS	973,19			1.400,00	500,00	4.220,10						7.093,29
SEPINS	979,34	9.179,13	4.676,25	1.400,00	1.000,00						12.605,35	29.840,07
TOCHA	2.221,82						2.500,00	1.564,76				6.286,58
CORTICEIRO DE CIMA	584,40			3.900,00	500,00							4.984,40
SÃO CAETANO	594,26			1.400,00	500,00					10.000,00		12.494,26
VILAMAR	583,65			1.400,00	1.000,00					750,00		3.733,65
SANGUINHEIRA	1.008,95			1.200,00		3.582,40			351,36			6.142,71
CAMARNEIRA	595,05			1.200,00	500,00	6.283,08						8.578,13
SUB-TOTAL	22.493,73	13.245,88	4.676,25	31.008,25	9.500,00	32.249,14	5.000,00	3.752,58	9.000,00	13.100,00	12.605,35	156.631,18

a) Acordo de Cooperação-(Lei Quadro da Educação Pré-Escolar)
b) Crianças Portadoras de Deficiência - Acordo Cooperação



QUADRO 42-A

DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFECTUADAOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2007

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL					
CAPITAL					
0805010201	0805010202	0805010203	0805010204	0805010204	TOTAL
Protocolo Anual p/Obras e Melhoramentos	Apoio a Const. Sedes J. Freguesia	Outras Obras/ Melhoramentos- Edif.e Outras Construções	Outras Obras/ Melhoramentos- Requalificação Urbana	Outras Obras/ Melhoramentos- Outras	
20.054,52				500,00	20.554,52
17.161,29			5.000,00		22.161,29
36.382,06					36.382,06
43.383,53		20.450,00	12.437,59	850,00	77.121,12
16.014,60				470,00	16.484,60
36.151,67		5.000,00			41.151,67
46.575,25				2.661,02	49.236,27
19.787,45		4.305,53			24.092,98
19.530,29		2.000,00			21.530,29
14.776,14					14.776,14
16.907,31					16.907,31
15.008,10			4.485,31		19.493,41
17.471,72					17.471,72
51.089,65					51.089,65
15.724,36					15.724,36
21.475,42					21.475,42
16.060,18				4.400,00	20.460,18
36.433,37	5.000,00				41.433,37
16.334,40				8.858,00	25.192,40
476.321,31	5.000,00	31.755,53	21.922,90	17.739,02	552.738,76

Total (Q42 + Q42 – A) = 709.369, 94 €

QUADRO 43

Protocolo Anual com as Juntas de Freguesia

Designação	Valor do Protocolo em Numerário	Valor do Protocolo de Materiais	Un: (Euros)
			Valor dos Materiais efectivamente pagos
Junta de Freguesia de Ançã	17.023,11	3.031,41	3.031,41
Junta de Freguesia do Bolho	14.567,22	2.594,07	2.594,07
Junta de Freguesia de Cadima	30.882,60	5.499,46	5.499,46
Junta de Freguesia da Camarneira	13.865,32	2.469,08	2.469,08
Junta de Freguesia de Cantanhede	36.825,74	6.557,79	6.557,79
Junta de Freguesia de Cordinhã	13.593,86	2.420,74	2.420,74
Junta de Freguesia do Corticeiro de Cima	13.347,49	2.376,87	2.376,87
Junta de Freguesia dos Covões	30.687,04	5.464,63	5.464,63
Junta de Freguesia de Febres	39.535,01	7.040,24	7.040,24
Junta de Freguesia de Murtede	16.796,41	2.991,04	2.991,04
Junta de Freguesia de Ourentã	16.578,12	2.952,17	2.952,17
Junta de Freguesia de Outil	12.542,60	2.233,54	2.233,54
Junta de Freguesia da Pocarixa	14.351,63	2.555,68	2.555,68
Junta de Freguesia de Portunhos	12.739,50	2.268,60	2.268,60
Junta de Freguesia da Sanguinheira	30.926,16	5.507,21	5.507,21
Junta de Freguesia de São Caetano	18.229,23	3.246,19	3.246,19
Junta de Freguesia de Sepins	14.830,72	2.641,00	2.641,00
Junta de Freguesia da Tocha	43.367,02	7.722,63	7.722,63
Junta de Freguesia de Vilamar	13.632,55	2.427,63	2.427,63
TOTAL	404.321,33	71.999,98	71.999,98

V – Situação Económico-Financeira

Na elaboração do presente Relatório de Gestão recorreu-se à generalidade das ferramentas de gestão de que as autarquias dispõem para análise das contas municipais, nomeadamente os instituídos com a entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Dito isto, convém referir que uma leitura completa e elucidativa da situação económico-financeira da instituição dificilmente poderia ser obtida só através do balanço e da demonstração de resultados, uma vez que se trata de documentos de síntese. No caso concreto do balanço, quando reportado a um determinado período, ele dá conta dos recursos em nome e a favor do Município e da relação das dívidas contraídas e por regularizar, enquanto a demonstração de resultados exhibe sumariamente todos os custos e proveitos registados durante o exercício, com indicação do modo como foram obtidos os resultados líquidos. Mas estes indicadores não são, de todo, suficientes.

Daí que a avaliação da verdadeira situação económico-financeira do Município deva ser feita de modo a destacar os elementos que permitam extrair informação mais conclusiva, com recurso, por exemplo, à interpretação de cada massa patrimonial do balanço, que aliás é feita no contexto da análise desta componente.

Previamente, importa adiantar que, em 31 de Dezembro de 2007, o balanço do Município continua a não traduzir todo o seu activo, devido especialmente à grande complexidade que envolve uma operação como a de arrolar e avaliar o conjunto dos bens que dele fazem parte.

Essa circunstância tem obviamente de ser tida em conta na análise dos valores obtidos, sobretudo quando incide na leitura dos rácios económico-financeiros, sob pena de não ser suficientemente fiável.

A avaliação da situação económico-financeira foi feita a partir da apresentação de quadros e mapas de demonstração das rubricas que têm maior expressão, tornando assim a análise bastante mais elucidativa.

5.1 – Análise do Balanço

Partindo de uma explanação resumida do conteúdo de cada um dos membros do balanço, a análise a esta componente que reflecte a situação patrimonial do Município passa à margem da perspectiva orçamental (movimentos de cobrança de receita e realização de despesa).

Do activo fazem parte todos os meios, bens e direitos ao dispor do Município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, e às disponibilidades e acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço os fundos próprios e o passivo: os fundos próprios representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data em que entrou em vigor o POCAL, mais o património criado em função do nível de actividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; o passivo representa o conjunto de todas as obrigações do Município para com entidades terceiras e é organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pelos de médio e longo prazo seguidos dos de curto prazo.

A análise que se segue tem por base cada massa patrimonial do balanço sintético.



QUADRO 44

BALANÇO

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2006		2007	
	VALOR AL	AB	VALOR AP	AL
Activo				
Imobilizado				
Bens de domínio público	37.551.386,33	56.286.518,66	17.434.786,14	38.851.732,52
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	36.914.562,73	44.886.004,76	7.318.845,05	37.567.159,71
Investimentos Financeiros	11.812.079,00	13.510.087,79		13.510.087,79
Existências	2.934.698,96	1.491.535,49		1.491.535,49
Dívidas de terceiros-Médio e longo prazo	0,00	0,00		0,00
Dívidas de terceiros-curto prazo	3.206.516,46	2.369.328,01	900,38	2.368.427,63
Títulos negociáveis	137.170,00	0,00		0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	766.160,37	820.169,90		820.169,90
Acréscimos e Diferimentos	76.884,51	394.288,67		394.288,67
Total do Activo	93.399.458,36	119.757.933,28	24.754.531,57	95.003.401,71
Fundos Próprios				
Património	40.802.729,86			41.211.375,04
Ajustamentos em partes de capital	0,00			0,00
Reservas	16.215.164,86			20.301.220,23
Resultados Transitados	0,00			-399.106,52
Resultado líquido do exercício	4.082.541,51			546.336,48
Total Fundos Próprios	61.100.436,23	0,00	0,00	61.659.825,23
Passivo				
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	8.167.014,69			12.884.739,19
Dívidas a terceiros - curto prazo	6.850.882,15			3.569.279,95
Acréscimos e Diferimentos	17.281.125,29			16.889.557,34
Total do Passivo	32.299.022,13	0,00	0,00	33.343.576,48
Total dos fundos próprios e do passivo	93.399.458,36	0,00	0,00	95.003.401,71

5.1.1 – Imobilizado

QUADRO 45

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2006		2007		Δ
	VALOR		VALOR		
	AB	AB	AB	AB	AB
Activo					
Imobilizado					
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	2.022.156,87	2.285.225,36			13,01
Edifícios	338.423,56	259.209,72			-23,41
Outras construções e infra-estruturas	46.907.560,69	49.649.838,27			5,85
Bens do património histórico, artístico e cultural	539.611,85	539.611,85			0,00
Outros bens de domínio público	405.946,34	463.574,58			14,20
Imobilizações em curso	2.244.141,44	3.089.058,88			37,65
Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
	52.457.840,75	56.286.518,66			7,30
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00			0,00
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	6.103.429,49	6.203.792,99			1,64
Edifícios e outras construções	19.087.142,08	22.547.077,47			18,13
Equipamento básico	2.266.105,80	2.650.249,98			16,95
Equipamento de transporte	1.382.035,25	1.450.754,58			4,97
Ferramentas e utensílios	441.299,36	575.872,17			30,49
Equipamento administrativo	704.405,52	989.053,48			40,41
Taras e vasilhame	40,00	40,00			0,00
Outras imobilizações corpóreas	5.689.069,20	5.737.593,51			0,85
Imobilizações em curso	7.073.951,91	4.731.570,58			-33,11
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
	42.747.478,61	44.886.004,76			5,00
Total	95.205.319,36	101.172.523,42			6,27



O activo que surge na rubrica de bens de domínio público, tal como resulta da análise do quadro nº 45, aumentou 3.828.677,91 euros face a 2006; já as imobilizações corpóreas cresceram 2.138.526,15 euros. Com a soma destes resultados obtém-se o valor absoluto do aumento do património municipal em 2007, aumento esse que totalizou cerca de 6 milhões de euros, através de movimentos contabilísticos realizados em duas vertentes: uma, pelo arrolamento e inventariação de diverso imobilizado da propriedade do Município, no valor global de 159.362,92 euros, e que à data da elaboração do balanço inicial não tinham sido recuperados; outra reporta-se à execução de obras e aquisições várias, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2007, no montante de 5.807.841,14 euros.

QUADRO 46

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	Quantidade	2004 VALOR	2005 VALOR	2006 VALOR	2007 VALOR	% Participação
Investimentos financeiros						
Partes de Capital						
Empresas municipais e intermunicipais						
INOVA - Empresa Desenvolvimento Económico Social-EM		11.647.332,00	11.647.332,00	11.647.332,00	11.647.332,00	100
Empresas privadas ou cooperativas						
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	13.639	68.195,00	68.195,00	68.195,00	68.195,00	1,67
Laboratórios Azevedo- Indústria Farmacêutica	300	1.496,39				0,017
SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A				66.582,00	199.746,00	
Agências de desenvolvimento regional						
WRC - Web para a Região Centro, ADR, S.A.		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,95
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	7,69
Coimbravita - Agência Desenvolvimento Regional, S.A.	3.000	14.970,00	14.970,00	14.970,00	14.970,00	2,21
Associações sem fins lucrativos						
ABAP-Associação Beira Atlântico Parque					1.454.522,66	83,50
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia					110.322,13	99,80
Total investimentos financeiros		11.746.993,39	11.745.497,00	11.812.079,00	13.510.087,79	

O quadro n.º 46 demonstra as variações verificadas na classificação patrimonial habitualmente designada por investimentos financeiros de partes de capital. Da sua análise resulta que 2007 foi marcado pela liquidação total do montante correspondente à subscrição de capital social da empresa SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios da Ria, S.A. Relativamente a esta participação, deve salientar-se que, à data a que reporta a presente prestação de contas, ainda não tinha sido efectuada a respectiva escritura, não configurando, portanto, o Município como accionista da empresa.

Outro aspecto a merecer nota tem a ver com o facto de, neste exercício, se ter feito o reconhecimento do investimento financeiro detido nas associações ABAP e BIOCANT através do método da equivalência patrimonial. Este método consiste em fazer reflectir no balanço da empresa consolidante – o Município de Cantanhede – o valor contabilístico das partes de capital detidas pela Autarquia no montante proporcional à sua participação. No caso da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque a parte de capital detida é de 83,05% e no do BIOCANT – Associação de Transferência e Tecnologia é de 99,80%.

As participações detidas pelo Município nas restantes entidades continuam reflectidas no balanço pelo seu valor de aquisição, porquanto respeitam a entidades onde a participação da Autarquia no capital social é praticamente irrelevante. Nestes casos, não é necessário proceder a quaisquer ajustamentos contabilísticos.



Na rubrica de **existências** consta o montante referente às matérias-primas, subsidiárias e de consumo e às mercadorias reais existentes em armazém à data de 31 de Dezembro de 2007.

A massa patrimonial identificada como **dívidas de terceiros** (devidamente explicada na análise do quadro 13) totaliza 2.263.668,01 euros, montante que basicamente diz respeito a fundos do III Quadro Comunitário de Apoio que ainda estão por receber.

5.1.2 – Circulante

QUADRO 47

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2004	2005	2006	2007
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
Disponibilidades				
Caixa e depósitos em instituições financeiras				
Caixa	950,94	879,32	1.583,64	1.288,69
Depósitos em instituições financeiras				
Caixa Geral de Depósitos, S.A.				
Operações Orçamentais	10.035,53	23.836,72	23.155,51	46.879,03
Operações de Tesouraria	80.569,22	83.036,31	83.627,61	80.982,68
Banco Espírito Santo, S.A.	2.316,23	1.587,02	1.021,20	1.076,82
Caixa Económica Montepio Geral	97,42	300,70	50,18	94,99
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL				
Operações Orçamentais	1.207,29	1.226,55	1.477,77	1.987,81
Operações de Tesouraria	587.047,97	662.746,58	649.604,30	680.480,28
Finibanco, S.A	3.878,02			
Banco Português de Investimento, S.A.	19,71	38,61	100,47	1.491,65
Banco Comercial Português, S.A.	77,80	948,05	3.784,67	1.558,37
Banco Português de Negócios, S.A.	70,12	637,95	43,05	117,10
Banco Santander Totta, S.A.	1.375,51	1.714,20	1.635,66	3.442,85
Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A			76,31	269,63
Banco Popular Portugal, S.A.				500,00
Total de depósitos em instituições financeiras	686.694,82	776.072,69	764.576,73	818.881,21
Outras Aplicações de Tesouraria				
Caixa Geral de Depósitos, S.A. - OT	137.170,00	137.170,00	137.170,00	0,00
Total de Operações Orçamentais	20.028,57	31.169,12	32.928,46	58.706,94
Total de Operações de Tesouraria	804.787,19	882.952,89	870.401,91	761.462,96
Total das disponibilidades	824.815,76	914.122,01	903.330,37	820.169,90

O quadro n.º 47 reflecte o montante do activo circulante, indicador que, à data desta prestação de contas, totalizava 820.169,90 euros. Deste valor representativo do montante das disponibilidades de tesouraria, 761.462,96 respeitam a receitas oriundas de operações de tesouraria, ou melhor, disponibilidades cobradas em nome de e para terceiros.

Aqui há que ressaltar a existência de um pequeno lapso verificado no fecho das contas da tesouraria e consubstanciado no facto de 80 cêntimos terem permanecido numa conta destinada a operações de tesouraria quando deveriam ter sido depositadas numa conta de operações orçamentais. Assim sendo, informa-se que esta situação só foi corrigida já no decorrer do exercício económico de 2008.



5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos

QUADRO 48

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

(Un: euros)					
CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007
271 Acréscimos de Proveitos					
2711	Juros a receber	1.845,43	1.099,49	1.577,21	14.158,33
2712	Encargos com pessoal a receber				329,09
27131	Comparticipação no fornecimento de refeições				35.310,45
27132	Comparticipação em transportes escolares				4.364,11
27133	Comparticipação transferências/subsídios obtidos				18.620,09
2714	Impostos e taxas				256.273,04
	Sub-Total	1.845,43	1.099,49	1.577,21	329.055,11
272 Custos Diferidos					
2721	Prémios de seguros antecipados	17.452,06	18.343,80	67.299,37	57.679,28
2722	Juros Liquidados	2.534,40	1.550,19	236,01	986,59
2724 Fornecimentos e Serviços Externos					
27246	Jornais e revistas	261,50	308,51	457,22	379,70
27247	Contratos de Assistência e Manutenção	3.309,35	2.667,15	6.351,52	3.427,76
27248	Rendas			504,72	1.072,00
27249	Outros Fornecimentos e Serviços Externos	604,14	1.011,04	458,46	1.688,23
2729 Outros Custos Diferidos					
27291	Quotizações	4.125,00	0,00	0,00	0,00
	Sub-Total	28.286,45	23.880,69	75.307,30	65.233,56
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		30.131,88	24.980,18	76.884,51	394.288,67

O quadro n.º 48 demonstra os movimentos ocorridos nas rubricas de acréscimos de proveitos e respectivos custos diferidos, ambas constantes do primeiro membro do balanço, no montante total de 394.288,67 euros. Os acréscimos de proveitos não são mais do que a enumeração das dívidas de terceiros que, em 31 de Dezembro de 2007, a Autarquia não havia ainda liquidado e cobrado, como por exemplo, os juros das contas de depósitos à ordem.

Estas rubricas sofreram uma variação positiva significativa, podendo facilmente constatar-se, que esse aumento decorre do facto de aparecerem pela primeira vez reflectidos na prestação de contas os proveitos relacionados com as cobranças futuras de Impostos Directos. Nos casos concretos do Imposto Municipal sobre Imóveis, do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas e do Imposto Único de Circulação, as respectivas receitas só foram recebidas da parte da Administração Central já no decurso de 2008.

No âmbito das cobranças futuras, foram também reconhecidos os proveitos relacionados com a comparticipação dos encarregados de educação pelo fornecimento de refeições e transporte escolar, as quais totalizaram 39.674,56 euros.



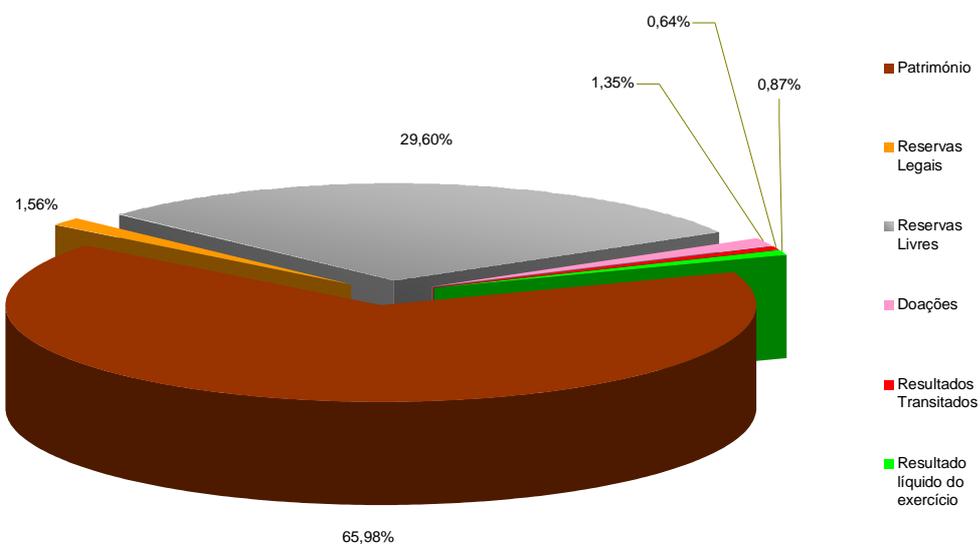
5.1.4 – Fundos Próprios

QUADRO 49
ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2006	2007	VALOR	Variação
	VALOR	VALOR		%
Fundos Próprios				
Património	40.802.729,86	41.211.375,04	408.645,18	1,00
Reservas Legais	768.849,65	972.976,73	204.127,08	26,55
Reservas Livres	14.608.078,36	18.486.492,79	3.878.414,43	26,55
Doações	838.236,85	841.750,71	3.513,86	0,42
Resultados Transitados		-399.106,52		
Resultado líquido do exercício	4.082.541,51	546.336,48	-3.536.205,03	-86,62
Total	61.100.436,23	61.659.825,23	559.389,00	0,92

ESTRUTURA DE FUNDOS PRÓPRIOS



O quadro n.º 49 evidencia as variações ocorridas na estrutura dos fundos próprios. Aí se percebe que esta massa patrimonial sofreu uma ligeira variação positiva de 0,92%, o que, em termos absolutos, se traduz em 559.389,00 euros.



Nesta matéria, justifica-se uma observação sobre a rubrica denominada por *resultados transitados*, que apresenta um valor negativo de 399.106,52 euros. É que, para além de acolher os resultados transitados do ano anterior, esta conta foi utilizada para, a título excepcional, registar regularizações não frequentes e de grande significado que afectaram, positiva ou negativamente, o património Municipal. Estas situações são, designadamente, as seguintes:

- Regularização do valor correspondente à obra de construção do edifício para o Centro de Transferência de Tecnologia – BIOCANT, financeiramente concluído em 2007, por este já não ser propriedade do Município.

- Reconhecimento da participação do Município nas associações ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e BIOCANT – Associação de Transferência e Tecnologia.

- Regularização dos encargos com férias, relativos ao ano de 2006.

5.1.5 – Passivo

A análise desta massa patrimonial dispensa grandes comentários, tanto mais que é matéria sobejamente abordada no ponto 4.3 deste relatório. Mas uma vez que se trata de um membro do balanço que reflecte outras classificações que não foram ainda afloradas, é nessas que vai incidir a análise.

O passivo resume por ordem decrescente de exigibilidade as dívidas detidas pelo Município à data de 31 de Dezembro. Portanto, em primeiro lugar, aparecem as dívidas de médio e longo prazo, onde se encaixam as relativas a instituições financeiras e as contraídas por força de contratos de locação financeira, seguindo-se as de curto prazo, que concernem a encargos com terceiros, tais como, fornecedores, empreiteiros, etc.

QUADRO 50

PRINCIPAIS IMPOSTOS A ENTREGAR AO ESTADO

		Un: (Euros)			
CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007
242	Imposto Sobre o Rendimento	31.382,30	33.078,20	33.284,32	34.779,82
243	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	28.158,75	7.168,01	42.258,81	39.973,58
244	Imposto de Selo	1.058,27	1.194,37	1.542,12	1.011,40
	SUB-TOTAL	60.599,32	41.440,58	77.085,25	75.764,80
2452	Caixa Geral de Aposentações	23.505,72	23.189,61	22.323,83	26.518,37
2453	Segurança Social	804,67	2.043,22	2.062,48	4.142,62
2455	ADSE	1.851,23	2.038,33	2.119,00	3.426,60
2456	Outras Contribuições Para Segurança Social	108,81	239,45	117,34	144,47
	245 Contribuições Para a Segurança Social	26.270,43	27.510,61	26.622,65	34.232,06
249	Outras Tributações	2.282,71	2.008,99	2.615,89	2.658,47
	TOTAL	89.152,46	70.960,18	106.323,79	112.655,33



QUADRO 50

PRINCIPAIS IMPOSTOS A ENTREGAR AO ESTADO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007
242	Imposto Sobre o Rendimento	31.382,30	33.078,20	33.284,32	34.779,82
243	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	28.158,75	7.168,01	42.258,81	39.973,58
244	Imposto de Selo	1.058,27	1.194,37	1.542,12	1.011,40
	SUB-TOTAL	60.599,32	41.440,58	77.085,25	75.764,80
2452	Caixa Geral de Aposentações	23.505,72	23.189,61	22.323,83	26.518,37
2453	Segurança Social	804,67	2.043,22	2.062,48	4.142,62
2455	ADSE	1.851,23	2.038,33	2.119,00	3.426,60
2456	Outras Contribuições Para Segurança Social	108,81	239,45	117,34	144,47
	245 Contribuições Para a Segurança Social	26.270,43	27.510,61	26.622,65	34.232,06
249	Outras Tributações	2.282,71	2.008,99	2.615,89	2.658,47
	TOTAL	89.152,46	70.960,18	106.323,79	112.655,33

QUADRO 51

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007
217	Clientes e Utentes Com Cauções	171.073,45	172.267,19	156.664,47	12.946,98
21701	Cauções de Água (OT)	149.423,39	148.407,13	147.818,24	0,00
21702	Loteamentos e Obras (OT)	20.781,75	22.991,75	7.977,92	12.078,67
21703/4/5	Outras Cauções Cobradas a Terceiros (OT)	868,31	868,31	868,31	868,31
	263 Sindicatos	386,34	571,40	562,81	550,94
	2685 Credores Por Depósitos de Garantia	566.266,22	639.754,83	641.626,38	668.401,61
26851	Cauções Prestadas Por Fornecedor (OT)	4.785,30	4.556,46	5.843,00	7.326,24
26852	Cauções Prestadas Por Fornecedor Imobilizado (OT)	436,25	436,25	734,69	734,69
26853	Cauções Prestadas Por Empreiteiros (OT)	561.044,67	634.762,12	635.048,69	657.390,68
26855	Outras Cauções Prestadas				2.950,00
	2686 Devedores e Credores de Operações de Tesouraria	6.067,47	6.567,30	7.483,27	6.880,88
26861	Estágios Profissionais -Portaria n.º 268/97 (OT)	1.064,76	1.064,76	1.064,76	1.064,76
26862	Outros Devedores e Credores de OT	2.838,45	3.338,28	3.561,73	3.422,00
26863	Estágios IntegraçãoSocio-Profissional-RCM 13 (OT)	728,91	728,91	728,91	728,91
26864	Credores P/Cheques em Trânsito não Recebidos (OT)	1.435,35	1.435,35	1.435,35	1.435,35
26866	Execuções diversas p/ conta de penhoras(OT)			692,52	229,86
	TOTAL	743.793,48	819.160,72	806.336,93	688.780,41

No quadro n.º 50 apresentam-se as dívidas relacionadas com os impostos a entregar ao Estado (cobradas como operações de tesouraria) que reportam a retenções ou apuramentos já realizados mas que apenas serão entregues aos diversos organismos da Administração Central no decurso do ano de 2008 ou quando os vários normativos legais o impuserem. Assim, pode-se confirmar que, nos primeiros meses de 2008, foi entregue neste âmbito o montante de 112.655,33 euros, correspondente a todas as receitas arrecadadas durante o último trimestre de 2007.

Por sua vez, o quadro n.º 51 demonstra as quantias retidas à guarda do Município, nos termos do preceituado por diversos normativos legais, quantias essas que só serão restituídas quando se extinguir a obrigatoriedade da sua retenção.

A massa patrimonial designada por acréscimos e diferimentos constante do passivo, e que vai agora ser objecto de análise, tem por objectivo contemplar o reconhecimento dos proveitos e dos custos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.



QUADRO 52

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

					Un. (Euros)
CONTA	DESIGNAÇÃO	2004	2005	2006	2007
273	Acréscimos de Custos				
2731	Seguros a liquidar	526,02	341,41	130,45	763,82
2732	Remunerações a liquidar	13.719,68	348,46	2.833,96	466.665,76
27321	Férias				464.451,56
27322	Senhas de Presença	13.719,68	0,00	2.833,96	0,00
27323	Remunerações Diversas	0,00	291,48	0,00	2.214,20
27329	Outros encargos	0,00	56,98	0,00	0,00
2733	Juros a Liquidar	0,00	0,00	30,27	2.543,97
2736	Encargos sobre remunerações	0,00	25.942,23	0,00	0,00
2739	Outros Acréscimos de Custos	185.006,02	291.819,05	294.463,46	486.238,33
27391	Fornecimentos e Serviços Externos a Liquidar	83.779,71	164.738,08	82.349,59	188.813,81
273911	Electricidade	12.560,34	28.202,30	20.206,26	74.077,63
273912	Combustíveis	6.843,26	11.440,91	5.751,23	11.642,17
273913	Comunicação	11.398,18	11.089,02	7.731,37	10.203,13
273915	Portagens	255,75	382,15	312,25	683,10
273916	Jornais e Revistas	10,00	41,00	14,00	0,00
273917	Água, Saneamento, e Resíduos Sólidos	9.571,79	7.796,87	11.974,63	20.671,27
2739187	Encargos de cobrança				5.592,22
273919	Outros Fornecimentos e Serviços Externos	43.140,39	105.785,83	36.359,85	65.944,29
27392	Transferências Correntes Concedidas	100.728,68	125.609,16	178.379,89	154.992,42
273921	Despesas de Refeitório- 1º CEB	18.847,08	28.111,20	74.565,54	34.824,20
273922	Despesas com transporte crianças port. deficiências	3.785,65	3.713,70	5.751,99	4.137,18
273923	Despesas c/ acordo cooperação pré-escolar	62.970,95	85.784,26	66.042,19	75.143,50
273924	Despesas c/ atribuição de bolsas de estudo	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00
273925	Quotizações	125,00	0,00	13.505,00	0,00
273926	Encargos com postos de enfermagem	0,00	0,00	3.515,17	3.053,34
273927	Despesas com auxílios económicos				33.981,00
273929	Outras Transferências Correntes	0,00	8.000,00	0,00	3.853,20
27393	Encargos sobre remunerações	0,00	0,00	32.968,54	140.534,07
27394	Custos e Perdas Operacionais	264,02	160,49	287,24	916,35
27395	Custos e Perdas Financeiros	233,61	1.311,32	478,20	951,68
27396	Custos e Perdas Extraordinários				30,00
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		199.251,72	318.451,15	297.458,14	956.211,88

Os acréscimos de custos aparecem devidamente escalpelizados no quadro n.º 52. Estes movimentos foram efectuados no sentido de dar cumprimento ao princípio da especialização do exercício previsto no POCAL, fazendo-se constar deste modo todos custos do exercício de 2007 que só irão ser pagos em anos subsequentes.

A este propósito, é de sublinhar que a variação positiva verificada entre o ano de 2006 e 2007, no montante global de 658.753,74 euros, diz respeito, fundamentalmente, ao reconhecimento do custo dos encargos com férias do pessoal.

Os quadros n.º 53 e nº 54 patenteiam a evolução da conta dos proveitos diferidos, traduzidos nas entradas de receitas arrecadadas no exercício de 2007 ou anteriores e que só irão ser movimentadas para a respectiva conta de proveitos quando ocorrerem os respectivos custos. Estão integrados nesta rubrica todos os recebimentos de subsídios auferidos no âmbito de candidaturas efectuadas a fundos comunitários.

No quadro n.º 53 podem descortinar-se os aumentos e diminuições verificados em 2007, através da leitura do resumo de todos os incentivos arrecadados em cada uma das candidaturas submetidas e financiadas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio; no quadro n.º 54 aparecem os incentivos reconhecidos em 2007 como proveitos, em função da contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam.





QUADRO 53

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2006	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2007
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2.492.308,41	108.007,91	0,00	2.384.300,50
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127.628,65			127.628,65
274511102	Contrato-Programa M. Educação -Eqto/Mat Did.P. Esc	17.511,28			17.511,28
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	258.734,59			258.734,59
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.733.572,08			1.733.572,08
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Imtempéries 2000/01	43.814,41			43.814,41
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq,Equipamento M.Ruído	2.213,40			2.213,40
274511107	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Carta do Ruído	7.800,00			7.800,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	141.092,00			141.092,00
274511109	A Colaboração C/DGAI p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	159.942,00	108.007,91		51.934,09
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
274541011	EIXO I	12.703.996,33	223.667,47	0,00	12.480.328,86
2745410111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	3.220.100,48	10.313,54	0,00	3.209.786,94
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	229.104,27			229.104,27
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	431.973,08			431.973,08
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	238.893,45			238.893,45
274541011104	Alargamento e Rectificação EM 612 Febres/Vilamar	345.240,62			345.240,62
274541011105	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/B. Latas	172.645,75			172.645,75
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	192.804,82			192.804,82
274541011107	Alargamento e Rectificação Cm 1017 Febres/Barracão	201.307,73			201.307,73
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	182.050,09			182.050,09
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	228.767,63			228.767,63
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murtede	247.337,51			247.337,51
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font.Febres)	224.750,24			224.750,24
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampl. 2.ª fase	387.472,67			387.472,67
27454101113	Arranjo Urb./Paissagístico área envolvente Lagoa Montinho	137.752,62	10.313,54		127.439,08
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	4.245.937,53	213.353,93	0,00	4.032.583,60
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarehos e Lirios	404.571,42			404.571,42
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	288.222,50			288.222,50
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	210.707,90			210.707,90
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	113.962,79			113.962,79
274541011205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	18.192,03			18.192,03
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	145.762,24			145.762,24
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	22.057,23			22.057,23
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	601.354,18			601.354,18
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	181.354,40			181.354,40
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	186.014,23			186.014,23
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murtede	328.116,89	213.353,93		114.762,96
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	324.039,90			324.039,90
274541011213	Abast. Água Picoto, Montouro, Q. Troviscais e Malhada	281.186,18			281.186,18
274541011214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	779.640,76			779.640,76
274541011215	Drenagem Águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	360.754,88			360.754,88



QUADRO 53

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2006	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2007
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.841.568,63	0,00	0,00	2.841.568,63
274541011301	EM ° Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/°Ferv.	824.466,65			824.466,65
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	233.500,75			233.500,75
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 1.ª Fase	351.671,22			351.671,22
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	505.632,99			505.632,99
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intenmpéries 2.ª Fase	926.297,02			926.297,02
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	2.396.389,69	0,00	0,00	2.396.389,69
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	861.434,63			861.434,63
274541011402	arranjos Urganístico no Largo de S. João	173.258,28			173.258,28
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	220.115,52			220.115,52
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	278.756,85			278.756,85
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	215.861,27			215.861,27
274541011406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	366.384,31			366.384,31
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	280.578,83			280.578,83
274541012	EIXO II				
274541013	EIXO III	3.886.053,40	0,00	0,00	3.886.053,40
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	342.517,13	0,00	0,00	342.517,13
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	54.868,12			54.868,12
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	122.904,60			122.904,60
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	164.744,41			164.744,41
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.293.672,94	0,00	0,00	1.293.672,94
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da piscina Municipal	1.293.672,94			1.293.672,94
27454101312	MEDIDA III. 12 - Acessibilidades	2.175.493,64	0,00	0,00	2.175.493,64
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 Tocha	1.787.993,64			1.787.993,64
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00			387.500,00
27454101314	MEDIDA III. 14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	24.421,49	0,00	0,00	24.421,49
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	24.421,49			24.421,49
27454101316	MEDIDA III. 16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	49.948,20	0,00	0,00	49.948,20
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	49.948,20			49.948,20
274541015	EIXO V	530.698,56	50.432,27	10.182,64	490.448,93
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL				
2745410150601	Casa do Chico Pinto	187.667,99			187.667,99
2745410131101	Programa Operacional da Cultura	164.959,33	18.514,51	0,00	146.444,82
2745410201	Museu da Pedra Município Cantanhede	56.463,41	12.870,77		43.592,64
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	108.495,92	5.643,74		102.852,18
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	169.242,74	31.917,76	0,00	137.324,98
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	48.329,04			48.329,04
27454402	Beneficiação do Caminho Agrícola Cordinhã/Cantanhede	120.913,70	31.917,76		88.995,94
274545	PROGRAMA LEADER +	8.828,50	0,00	10.182,64	19.011,14
27454501	Criação de uma Ludoteca/Mediateca Municipal	8.828,50			8.828,50
27454505	Parque Prosepe			10.182,64	10.182,64
	TOTAL	19.613.056,70	382.107,65	10.182,64	19.241.131,69



QUADRO 54

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2007	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2007	TOTAL 2007
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO			
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2.203.737,60	104.729,50	2.099.008,10
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127.628,65		127.628,65
274511102	Contrato-Programa M. Educação -Eqto/Mat Did.P. Esc	17.511,28		17.511,28
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	243.287,00	3.632,53	239.654,47
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.597.018,36	86.678,60	1.510.339,76
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Imtempéries 2000/01	35.599,21	2.190,72	33.408,49
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	1.344,20	316,07	1.028,13
274511107	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Carta do Ruído	0,00		0,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	129.414,81	11.677,19	117.737,62
274511109	A Colaboração C/DGAI p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	51.934,09	234,39	51.699,70
27454	EXTERIOR			
274541	FEDER			
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO			
274541011	EIXO I	10.248.053,39	538.437,15	9.709.616,24
2745410111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	2.665.053,72	150.709,16	2.514.344,56
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	175.646,61	11.455,21	164.191,40
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	322.096,25	21.633,74	300.462,51
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	189.123,98	11.944,67	177.179,31
274541011104	Alargamento e Rectificação EM 612 Febres/Vilamar	277.630,99	17.262,03	260.368,96
274541011105	Alargamento e Rectificação do CM Marvão/B. Latas	136.677,88	8.632,29	128.045,59
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	156.137,47	9.290,70	146.846,77
274541011107	Alargamento e Rectificação Cm 1017 Febres/Barracão	171.869,81	9.682,82	162.186,99
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	170.355,47	2.331,35	168.024,12
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	187.851,40	11.732,34	176.119,06
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murte de	228.175,32	14.594,43	213.580,89
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font.Febres)	195.720,00	11.237,51	184.482,49
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampl. 2.ª fase Arranjo Urb./Paissagístico área envolvente Lagoa Montinho	326.329,46	20.381,07	305.948,39
274541011113		127.439,08	531,00	126.908,08
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	3.535.876,47	153.600,07	3.382.276,40
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelhos e Lirios	325.342,81	20.228,58	305.114,23
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	254.596,54	14.411,13	240.185,41
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	175.589,92	10.535,39	165.054,53
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	90.220,55	6.140,92	84.079,63
274541011205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	0,00		0,00
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	109.283,28	6.589,95	102.693,33
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	12.987,32	718,19	12.269,13
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	545.523,35	29.621,18	515.902,17
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	148.861,75	9.067,71	139.794,04
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	169.737,98	9.300,72	160.437,26
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murte de	114.762,96	478,18	114.284,78
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	277.512,87	15.936,19	261.576,68
274541011213	Abastecimento de água Quinta dos Troviscais, Malhada, Conduta Adutora dos Covões	176.605,75	11.736,89	164.868,86
274541011214	Ampliação da Rede de Sanamento da Tocha	779.640,76		779.640,76
274541011215	Drenagem de águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	355.210,63	18.835,04	336.375,59



QUADRO 54

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2007	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2007	TOTAL 2007
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.385.537,71	120.167,95	2.265.369,76
274541011301	EM ° Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/°Ferv.	622.043,93	37.330,73	584.713,20
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	182.059,12	11.675,04	170.384,08
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1.ª Fase	285.732,89	17.583,54	268.149,35
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	423.438,78	32.867,83	390.570,95
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª Fase	872.262,99	20.710,81	851.552,18
2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	1.661.585,49	113.959,97	1.547.625,52
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	554.310,87	40.001,12	514.309,75
274541011402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	127.643,37	8.377,08	119.266,29
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	168.155,08	11.015,80	157.139,28
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	191.408,67	14.905,33	176.503,34
274541011405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	182.474,52	10.793,13	171.681,39
274541011406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	266.608,28	15.453,92	251.154,36
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	170.984,70	13.413,59	157.571,11
274541012	EIXO II			
274541013	EIXO III	3.805.501,01	18.883,26	3.786.617,75
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	339.202,69	720,63	338.482,06
2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	51.553,68	720,63	50.833,05
2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	122.904,60		122.904,60
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	164.744,41		164.744,41
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.216.434,99	18.162,63	1.198.272,36
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal	1.216.434,99	18.162,63	1.198.272,36
27454101312	Medida III- 12 Acessibilidades	2.175.493,64		2.175.493,64
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha	1.787.993,64		1.787.993,64
2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00		387.500,00
27454101314	MEDIDA III. 14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	24.421,49		24.421,49
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	24.421,49		24.421,49
27454101316	MEDIDA III. 16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	49.948,20		49.948,20
2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	49.948,20		49.948,20
274541014	Eixo IV			
274541015	Eixo V			
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL	187.667,99	0,00	187.667,99
2745410150601	Casa do Chico Pinto	187.667,99		187.667,99
27454102	Programa Operacional da Cultura	58.805,07	11.556,14	47.248,93
2745410201	Museu da Pedra Município Cantanhede-Exposições	12.274,07	5.153,26	7.120,81
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	46.531,00	6.402,88	40.128,12
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	88.995,94	4.820,62	84.175,32
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	0,00		0,00
27454402	Beneficiação do caminho agrícola Cordinhã/ Cantanhede	88.995,94	4.820,62	84.175,32
274545	PROGRAMA LEADER +	8.828,50	0,00	19.011,14
27454501	Criação Ludoteca / Mediateca Municipal	8.828,50		8.828,50
27454502	Parque Prosepe			10.182,64
	TOTAL	16.601.589,50	678.426,67	15.933.345,47



5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

QUADRO 55

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2006	2007	VARIACÃO	
				VALOR	%
Custas e Perdas					
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	631.639,48	1.384.151,28	752.511,80	119,14
62	Fornecimento e Serviços externos	3.534.255,67	4.145.189,96	610.934,29	17,29
64	Remunerações e Encargos Sociais	4.404.905,62	4.643.069,83	238.164,21	5,41
63	Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.560.476,58	1.720.018,38	159.541,80	10,22
66	Amortizações do Exercício	3.536.202,46	3.914.587,78	378.385,32	10,70
67	Provisões do Exercício	0,00	900,38	900,38	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	43.384,73	37.724,36	-5.660,37	-13,05
68	Custos e Perdas Financeiras	335.300,46	573.802,68	238.502,22	71,13
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2.170.100,15	2.690.336,48	520.236,33	23,97
Total		16.216.265,15	19.109.781,13	2.893.515,98	17,84
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas e Prestações de Serviços	683.801,49	1.716.186,56	1.032.385,07	150,98
72	Impostos e Taxas	5.029.570,67	5.510.027,59	480.456,92	9,55
	Variacão da Produção	377.149,10	-1.628.408,26	-2.005.557,36	-531,77
75	Trabalhos Para a Própria Entidade	1.005.905,54	1.986.323,37	980.417,83	97,47
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	9.537.533,27	10.155.443,38	617.910,11	6,48
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	538,80	93.963,48	93.424,68	
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	991.205,18	1.001.221,90	10.016,72	1,01
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.673.102,61	821.359,59	-1.851.743,02	-69,27
Total		20.298.806,66	19.656.117,61	-642.689,05	-3,17
88	Resultado Líquido do Exercício	4.082.541,51	546.336,48	-3.536.205,03	-86,62

Com base na leitura dos elementos constantes no quadro n.º 55, a demonstração dos resultados, em função da natureza dos custos e proveitos incorridos, indica que:

- Os custos do exercício totalizaram 19.109.781,13 euros;
- Os proveitos obtidos ascenderam a 19.656.117,61 euros, menos 3,17% que os apurados em 2006.
- O resultado líquido do exercício foi de 546.336,48 euros, um aumento que apesar de não ser muito representativo, decorre de todos os movimentos relacionados com as regularizações referidas nos pontos anteriores.

Uma vez que se procedeu a uma avaliação exaustiva da execução orçamental das receitas e das despesas, considera-se negligenciável a análise detalhada dos custos e proveitos operacionais.

VI – Proposta de Aplicação dos Resultados

O n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, estabelece que a aplicação do resultado líquido do exercício deve ser aprovada pelo órgão deliberativo do Município quando o saldo da conta 59 (Resultados Transitados) for positivo, podendo a verba daí resultante ser repartida para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Por outro lado, o POCAL obriga a que seja feito um reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 (Património) atinja 20% do seu activo líquido e que a conta 571 (Reservas Legais) seja actualizada todos os anos com um montante que, no mínimo, corresponda a 5% do resultado líquido do exercício.

Nessa medida, e no sentido de dar cumprimento às disposições legais aplicáveis, solicita-se à Assembleia Municipal que aprove o resultado líquido do exercício de 2007, no montante de 546.336,48 euros, e que a sua aplicação seja feita nos seguintes termos:

- 27.316,82 euros para reforço das reservas legais; e
- 519.019,66 euros para reservas livres.

VII – Consolidação de contas

O ponto n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, objecto de rectificação em 15 de Fevereiro de 2007 (Declaração de Rectificação n.º 14/2007) quanto à inexactidão da publicação do texto constante no n.º 2 do artigo 47.º - Consolidação de Contas, determina que os Municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas. Nos termos desta imposição legal e considerando que o Município de Cantanhede detém a totalidade do capital da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM, convém tecer algumas considerações sobre a matéria.

A proliferação das diferentes formas de gestão dos serviços públicos locais e a intervenção de diversas entidades na prestação desses serviços faz com que a sua contabilidade, quando considerada individualmente, se torne insuficiente, quer para a tomada de decisões, quer para a realização de controlo eficaz a nível legal e financeiro. Assume-se assim como necessária a utilização de meios que permitam obter informação verdadeira e apropriada acerca da posição financeira do conjunto das entidades que compõem o grupo local.

Com efeito, por via da consolidação, pode obter-se um só conjunto de demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) como se tratasse de uma única entidade, documentos que são uma ferramenta de gestão indispensável para avaliar os resultados das operações efectuadas pelas entidades que compõem o grupo local. Isto porque facilita o acesso de todos os utilizadores a informação contabilística no que diz respeito à avaliação do risco financeiro, apreciação do peso económico e financeiro da autarquia local e a realização de comparações fiáveis.

As demonstrações financeiras consolidadas constituem um complemento e não um substituto das demonstrações financeiras individuais.

O n.º 2 art. 46.º da Lei das Finanças Locais estabelece que os procedimentos contabilísticos de consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro. Acontece que a referida norma levanta uma questão séria. Diz que os procedimentos contabilísticos são os definidos no POCAL, mas a verdade é que, até à presente data, ele ainda não os contempla.

De facto, enquanto no sector privado a evolução das normas de consolidação de contas foram sendo progressivamente ajustadas em função do quadro comunitário e da adopção das NIC, ao nível da administração pública o percurso encontra-se ainda em estado embrionário. Até ao momento, apenas o POC-Educação, aprovado pela portaria nº 794/2000, de 20 de Setembro, contempla normas de consolidação de contas.

Partindo deste enquadramento, as normas que serviram de base às demonstrações financeiras consolidadas têm suporte numa proposta publicada de normas de consolidação de contas a introduzir no POCAL, a qual foi elaborada, respeitando as respectivas directrizes legais nacionais e internacionais, por quem possui comprovado conhecimento sobre esta realidade.

Utilizou-se para o efeito o Método de Consolidação Directa, que preconiza que todas as empresas são consolidadas a partir da empresa mãe. Em função disso, considera-se o Município de Cantanhede como única empresa consolidante do grupo. Seguindo este princípio, recorreu-se ao método de consolidação integral.

Para concluir esta matéria, resta referir que os documentos consolidados fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas em capítulo devidamente identificado.

VIII – Parecer das Contas e Certificação Legal das Contas